

Wânier Aparecida Ribeiro

**Abordagens Pedagógicas de
Prevenção do Uso Indevido de Drogas
por Adolescentes: da Prática da
Opressão à “*Prática da Liberdade*”**

MESTRADO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

NOVEMBRO DE 2001

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Wânier Aparecida Ribeiro

**Abordagens Pedagógicas de Prevenção do Uso
Indevido de Drogas por Adolescentes: da Prática da
Opressão à “*Prática da Liberdade*”**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de mestre em Educação.

Área de concentração: Sociologia e História da Profissão Docente e da Educação Escolar.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rita Amélia Teixeira Vilela.

Belo Horizonte
Novembro de 2001

Dissertação defendida e aprovada em 14 de Novembro de 2001,
pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr.^a Rita Amélia Teixeira Vilela - Orientadora

Prof^a. Dr.^a Maria Inez Salgado Souza

Prof. Dr. William César Castilho

Dedico esta pesquisa aos educadores libertadores, por fundamentarem o ato educativo na prática de liberdade, e aos opressores, por eu acreditar que o ser humano está sempre em tempo de mudança, sendo a reflexão o seu ponto de partida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amor Eduardo, companheiro e cúmplice dos meus sonhos.

À Jéssica e Leonardo, meus amados filhos, inspiração maior para a proposta de uma "educação libertadora". De todos os agradecimentos, o mais especial, pois, ainda que pequeninos, tentaram compreender os momentos de minhas ausências.

À minha amada mãe que, pela sua história de vida, me influenciou a buscar uma filosofia educacional voltada à prática da liberdade. Por seu incentivo e esforço pessoal, em minha infância, para que hoje eu estivesse neste lugar.

À professora Rita Amélia Teixeira Vilela, orientadora desta pesquisa, por seu carinho e abertura para conhecer o desconhecido, por sua competência e, principalmente, pela confiança que depositou em minha busca e em meus achados.

Ao Unicentro Newton Paiva, alicerce de minhas realizações profissionais, pela confiança em meu trabalho e pelo apoio financeiro nesta pesquisa.

Especialmente ao Reitor do Unicentro Newton Paiva, Prof. Newton de Paiva Ferreira Filho, pela credibilidade e carinho pela proposta do "Adole-ser". Registrar a marca do "Adole-ser" representou por um lado o apoio ao seu nascimento e, por outro, o meu compromisso em dar continuidade à proposta iniciada.

Aos adolescentes que participaram desta pesquisa, por terem me acolhido e comprovado a hipótese da importância da educação preventiva do uso indevido de drogas enquanto "*prática de liberdade*".

Aos educadores participantes da pesquisa, pela disponibilidade de participação de todos, pelo comprometimento da maioria em relação ao objeto em estudo, pelo despertar e crescimento de alguns durante a pesquisa e pela disposição à abertura daqueles que ainda não tinham refletido sobre várias questões.

À escola pesquisada que, mesmo diante de seus impasses e contradições, abriu as portas para que algo novo pudesse entrar e contribuir de alguma forma em seu cotidiano.

Aos meus alunos dos cursos de Pedagogia e Psicologia que me acompanharam e contribuíram desde a trajetória inicial do projeto "Adole-ser".

Aos profissionais das várias áreas de conhecimento - Pedagogia, Psicologia, Psiquiatria, Farmácia, Nutrição e Direito - que acreditaram e apostaram na educação para a liberdade e que hoje fazem parte da equipe do Projeto "Adole-ser".

Aos meus queridos familiares que, durante o período de pesquisa, reclamaram a minha falta nos encontros realizados: para mim uma expressão de carinho.

À D.^a Carmélia pelo carinho especial com Jéssica e Leonardo na etapa final deste trabalho.

Ao Crasso pela sua parcela de dedicação.

À minha santinha protetora, Nossa Senhora Aparecida que, segundo minha fé, iluminou-me em todas as etapas da construção deste trabalho.

A Deus por mais esta etapa concluída.

SUMÁRIO

RESUMO	008
INTRODUÇÃO	011
1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	024
2 ADOLESCÊNCIA E USO DE DROGAS: EXISTEM RELAÇÕES?	033
2.1 Adolescência: é possível precisar o que é?	033
2.2 Adolescência e Uso de Drogas: relações possíveis	037
2.2.1 <u>Perspectiva temporal versus Confusão temporal</u>	037
2.2.2 <u>Autocerteza versus Inibição</u>	039
2.2.3 <u>Experimentação de papel versus Fixação de papel</u>	041
2.2.4 <u>Aprendizagem versus Paralisia operacional</u>	043
2.2.5 <u>Polarização sexual versus Confusão bissexual</u>	044
2.2.6 <u>Liderança e sectarismo versus Confusão de autoridade</u>	045
2.2.7 <u>Comprometimento ideológico versus Confusão de valores</u>	046
2.3 Experimentação das Drogas na Adolescência – explorando alguns dados	048
3 PREVENÇÃO COM REPRESSÃO, NÃO QUEREMOS!	051
3.1 Dimensões de Prevenção na Prática Escolar	051
3.2 A nova Proposta de Prevenção	065
4 PREVENÇÃO E ESCOLA	073
4.1 A Proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais	073
4.2 A Aliança Escola-Família na Prevenção do Uso Indevido de Drogas	084
4.3 Prática Escolar: A Escola não Sabe do que a Gente Precisa!	093
5 USO DE DROGAS: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO COMO PRÁTICAS SOCIAIS	103
5.1 Max Weber e a Realidade Social	104
5.2 Peter Berger e a Significação Subjetiva das Ações Sociais	109
5.3 Paulo Freire e a Abordagem de Educação para a Liberdade	112

6 TRANSGRESSÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PREVENTIVA DO USO INDEVIDO DE DROGAS.....	121
6.1 Prevenção Eficaz Requer Interdisciplinaridade: uma das formas de se transgredir o currículo prescrito.....	134
6.2 Transgressão: seria este o papel do professor na prevenção do uso indevido de drogas?.....	135
6.3 O Projeto Adole-Ser: existem diferenciais?.....	150
7 CONCLUSÕES.....	164
8 SUMMARY.....	178
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180
10 ANEXO A	186
11 ANEXO B	187
12 ANEXO C	195

FICHA CATALOGRÁFICA

R484a Ribeiro, Wânier Aparecida
Abordagens pedagógicas de prevenção do uso indevido de drogas por
adolescentes: da prática da opressão à “prática da liberdade”/ Wânier
Aparecida Ribeiro. – Belo Horizonte, 2001.
186p.

Orientadora: Rita Amélia Teixeira Vilela.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais.
Bibliografia

1. Adolescentes – Uso de drogas – Teses. 2. Drogas – Abuso –
Prevenção – Teses. I. Rita Amélia Teixeira Vilela. II. Pontifícia
Universidade
Católica de Minas Gerais. III. Título.

CDU: 301.151: 615.95

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados da avaliação de abordagens pedagógicas de prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes. O interesse do estudo foi o de analisar as motivações, posturas, atitudes e percepções dos adolescentes frente a propostas de prevenção desenvolvidas em escolas. Foram analisadas duas concepções de prevenção do uso indevido de drogas, uma abordagem repressiva e outra libertadora, em uma escola particular de ensino fundamental e médio, situada em Belo Horizonte. Tal escola inclui, em suas práticas escolares, atividades regulares de prevenção e, nos anos de 1999 e 2000 abrigou uma experiência de prevenção, considerada inovadora, proposta por uma instituição universitária e desenvolvida como atividade de extensão dos cursos de Pedagogia e Psicologia.

Os sujeitos da pesquisa foram, essencialmente, adolescentes de classe sócio-econômica média, com faixa etária entre 12 e 18 anos, mas incluiu também professores e representantes do corpo administrativo da escola.

O estudo foi centrado em dois grupos de 14 adolescentes em cada um. O grupo 1 representou a pedagogia repressiva de prevenção, centrada no enfoque de combate à droga. O grupo 2 representou a pedagogia alternativa, com experiências advindas das atividades propostas de um projeto denominado "Adole-Ser", desenvolvido por uma equipe de profissionais do Unicentro Newton Paiva.

A opção metodológica foi a abordagem qualitativa, utilizando o discurso dos sujeitos envolvidos, expressos nas entrevistas semi-dirigidas.

Este estudo pretendeu alcançar três objetivos: 1º) compreender e analisar as percepções relativas às concepções de prevenção vivenciadas pelos dois grupos; 2º) avaliar os resultados de trabalhos de prevenção, comumente, efetivados pela a escola e 3º) levantar elementos apropriados para a defesa da proposição de uma nova forma de prevenção do uso indevido de drogas com adolescentes escolares, mais adequada aos propósitos educacionais para os ensinos fundamental e médio e mais apropriada para responder os anseios da população escolar destes níveis de ensino.

Para contemplar tais objetivos fez-se necessária a discussão do currículo escolar enquanto prescrição e ação, apostando que ele deve se constituir num instrumento dialético voltado à formação da cidadania. Tal concepção é validada pela atual proposta educativa dos parâmetros curriculares nacionais ao assinalar a importância da eleição de temas transversais, relacionados ao exercício da cidadania, no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio.

Os resultados encontrados indicaram que a prevenção do uso indevido de drogas, enquanto "*prática de liberdade*", favorece uma formação mais ampliada dos adolescentes, possibilitando uma visão crítica da realidade e da sua responsabilidade sobre sua escolha do uso ou não das drogas.

As conclusões desta investigação apontam para a aproximação entre os pressupostos teóricos da educação libertadora de Paulo Freire e a aplicação prática dessa proposta. Identificam-se os avanços pedagógicos que

podem ser alcançados a partir deste enfoque e a necessidade de ampliação desta proposta no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Prevenção do uso indevido de drogas, adolescentes, temas transversais.

INTRODUÇÃO

Uma das questões mais recentes enfrentadas no cotidiano da escola refere-se à utilização e tráfico de drogas. Esta questão, assim como a da violência, são manifestações que têm preocupado educadores e pais, principalmente de adolescentes, pois estes se constituem, pela instabilidade da própria fase do desenvolvimento, como público muito vulnerável ao uso. A escola, como instituição educativa privilegiada de socialização dos indivíduos, tem sido chamada a mediar tal situação. Portanto, tem havido conseqüências no entendimento da ação educativa, na organização e ampliação curricular e, principalmente, no papel dos professores. Por isso mesmo, uma das temáticas sociais experimentadas hoje pelos educadores está relacionada com o trato das possíveis intervenções dirigidas aos jovens para se prevenir o uso indevido de drogas por essa população.

A análise da questão é por demais complexa, visto que devem ser consideradas as inúmeras variáveis relacionadas ao contexto social, histórico, cultural, psicológico e biológico dos sujeitos envolvidos. Portanto, é possível, de início, já constatar que a abordagem da ação preventiva deve compreender o problema de forma interdisciplinar e multidimensional. E, por outro lado, além daquelas variáveis, necessárias também se fazem, entre os profissionais da educação, a clareza e a distinção dos conceitos de uso, de abuso e de dependência de drogas, para que eles possam analisar as dimensões envolvidas na questão e para que suas ações tenham, de fato, efeitos educativos ou formadores.

O consumo de drogas está presente na maioria das culturas, variando o modo de uso, seus objetivos e seu alcance. O uso das drogas, sejam elas lícitas ou

ilícitas, data de tempos remotos, incluindo questões culturais, religiosas, econômicas, sociais, políticas, etc.. Entre outros exemplos, pode-se citar o álcool como uma droga que, desde os primórdios da humanidade, é utilizada em alguns rituais religiosos e festividades sociais. Entre 1880/1890, a França era líder do consumo de álcool. O vinho chegou a fazer parte das refeições operárias. Os charutos sempre foram e ainda são largamente utilizados, muito especialmente nos rituais de candomblé. A mascção da folha de coca é utilizada até hoje pelos povos andinos como forma de diminuir a fome e o cansaço. Os índios sempre consumiram alucinógenos em seus rituais com o objetivo de se encontrarem com as divindades. Manuscritos egípcios apontam o uso do ópio em 6.000 a.C., sendo utilizado, principalmente, para abrandar o choro das crianças e no tratamento das diarreias. No contexto militar, as anfetaminas -"comprimidos da energia"- foram intensamente utilizadas por soldados, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, para combater o cansaço, a fome e o sono e a morfina era, e ainda pode ser utilizada, para as dores físicas e mutilações. Muitos soldados que sobreviveram à guerra tiveram como resultado da ingestão indevida de drogas a dependência química. Outro exemplo é a aplicação de substâncias entorpecentes em crianças - comumente conhecida por "benção de mãe" - durante a Revolução Industrial, uma vez que as mães necessitavam estar fora de casa por longos períodos do dia. Nos círculos desportivos, alguns atletas apelam para a administração de substâncias químicas com o objetivo de aumentar o seu desempenho. (Almeida,1999)

Portanto, é possível perceber que o uso das drogas sempre esteve inserido no contexto histórico e cultural dos povos, podendo-se também constatar que não há sociedade sem drogas. A questão da adequação ou inadequação do uso das drogas está relacionada, aos motivos, à quantidade e contextos sociais, tendo claro que vários

fatores podem contribuir para que esse uso possa se transformar, ou não, em abuso e/ou dependência para algumas pessoas. Daí a importância da prevenção do uso indevido de drogas para adolescentes.

Na atualidade, vários autores têm utilizado a expressão "uso indevido de drogas" para designar de forma mais apropriada os tipos de intervenções necessárias, já que elas devem estar inseridas no contexto sociocultural dos indivíduos.

Jaffe (1999) adverte que o abuso é um padrão mal-adaptativo do uso de substâncias, manifestado por conseqüências adversas recorrentes e significativas relacionadas ao uso repetido. Já a dependência pode ser designada como um agrupamento de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos indicando que a pessoa utiliza a substância apesar de problemas significativos relacionados a ela. Silveira Filho (1996) salienta, ainda, que o abuso e a dependência de drogas não ocorre por acaso. Tal fenômeno é originado devido a fatores que remontam à infância do indivíduo e, somados a isso, existem aqueles de caráter econômico, histórico, social, cultural, familiar e psicológico. Assim, para ser melhor compreendido, devemos levar em consideração três elementos, ou seja, a substância psicoativa, a singularidade biológica e psicológica e o contexto sociocultural. A ação preventiva, vista por esse prisma, deve atentar para esta tríade para não reforçar o mito de que a droga é em si mesma a causa do problema.

Muito se tem especulado sobre os motivos que, na contemporaneidade, têm levado inúmeros adolescentes ao uso abusivo de drogas. No Brasil, esse abuso intensificou-se no início da década de 70, para atingir seu pico em 80/90. Obviamente, a problemática das drogas não surgiu nas últimas décadas, mas a sua efervescência tem levado as autoridades a investirem em programas e campanhas cada vez mais intensos

no sentido de controlar o alarmante aumento de consumo de drogas pelos jovens. Tais campanhas têm atuado ora pela mídia, através das redes de televisão, jornais, revistas, rádio e Internet, ora pelas comunidades e escolas, na maioria das vezes, com uma abordagem centrada nas drogas e não nas múltiplas mediações que envolvem a questão. Nesta abordagem direta a principal estratégia é a criação do medo, enfatizando os aspectos negativos das drogas para que as pessoas possam afastá-las de suas vidas.

A legislação brasileira, reconhecendo a necessidade de tratar as drogas não somente como um problema legal, mas também social, tem procurado soluções no âmbito jurídico e educativo-formativo da população. Já em 21/10/76, promulgava-se a lei n.º 6.368, vigente até hoje, em cujo artigo 5º determina que nos programas de formação de professores devem ser incluídos temas relativos às drogas que provoquem dependência física e/ou psíquica. No parágrafo único do mesmo artigo consta também que os programas de ciências naturais, que integram o currículo do ensino fundamental, devem ter, obrigatoriamente, pontos que visem a esclarecer os efeitos dessas substâncias entorpecentes. Na realidade, essas medidas nunca foram e nem são, a rigor, cumpridas. Além disso, o que tenho percebido, enquanto educadora e psicóloga, é que a postura de trabalho escolar, prevista na legislação, que se fundamenta na ênfase sobre o estudo da substância tóxica, em detrimento de um trabalho pedagógico para desenvolver uma cultura da valorização da reflexividade e liberdade de escolha dos indivíduos, tem contribuído, por vezes, como estímulo desafiador para que o jovem busque arriscar-se na aventura e curiosidade do uso e/ou abuso de drogar-se. Cruzadas repressivas demonstrando os horrores das drogas, seja através da mídia, escolas ou famílias, parecem não surtir efeitos construtivos sobre a formação da personalidade dos jovens.

As estatísticas oficiais¹ anunciam que, a cada ano, o uso de drogas vem crescendo assustadoramente atingindo uma população de faixa etária cada vez menor. Grande parte destes jovens pode chegar à dependência, aumentando com isso os índices das DST/AIDS, assim também como dos suicídios e da marginalidade, apesar de que não necessariamente esses fatores estejam associados ao uso de drogas.

Os pais e a comunidade em geral, por se sentirem despreparados, amedrontados e ansiosos diante dessas questões, tendem a transferir para a escola, e particularmente para os professores, a responsabilidade e a tarefa de orientarem seus filhos. Alguns professores, por sua vez, sentem-se também despreparados para abordar tal tema junto aos seus alunos. Grande parte das vezes, por não terem como se isentar dessa responsabilidade, abordam a questão das drogas da forma que julgam mais pertinente, adotando estratégias que nem sempre produzem resultados condizentes com a formação de uma consciência mais reflexiva e crítica do jovem diante de sua escolha. Tenho percebido, nesse caso, que o discurso que prevalece é o de combate, ou seja, um discurso autoritário e repressivo não criando espaço para os jovens se posicionarem e construírem valores próprios em relação às suas vidas e em relação ao uso ou não de drogas.

Apesar dos investimentos públicos cada vez mais intensos referentes a programas de prevenção do uso indevido de drogas pelos jovens, as atividades previstas, na maioria das escolas, não se apresentam num

¹Consultar pesquisas do IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes em dez capitais brasileiras, CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), 1997. Os dados da última pesquisa entre adolescentes, realizada pelo CEBRID, revelam o aumento de consumo de drogas entre adolescentes e o uso inicial cada vez mais precoce. A análise comparativa de pesquisas desenvolvidas entre 1987 a 1997 aponta que: a faixa etária entre 10-12 anos em 1987 atingia um consumo de 14,2% e em 1989 de 17,7%, diminuindo apenas 2% em 1997. Para 13-15 anos, em 1987 o consumo era de 19,3% crescendo para 21,7% em 1997. Para 16-18 anos em 1987 o consumo era de 27,4% e em 1997 de 31,2%.

continuum, não havendo também uma preparação adequada para a maioria dos professores, para que possam desenvolver propostas de intervenções articuladas à formação do jovem como um todo, formação esta que deveria estar voltada à construção de um projeto de cidadania plena, no qual as atividades com relação à vida pessoal e social seriam, de fato, formativas e capazes de reduzir o uso indevido de drogas e o envolvimento com o tráfico a elas relacionado.

Na atualidade, educadores e psicólogos, dentre eles, Beatriz Carlini-Cotrim (1995), Richard Bucher (1991), Maria Rosa Santos (1997), Salete Maria Vizzolto (1987), Dartiu Xavier da Silveira Filho (1996), além de outros, vêm discutindo a questão da prevenção na escola, apresentando uma proposta anti-repressiva e anti-preconceituosa, sinalizando que é preciso levar em conta as dimensões emocionais, culturais e sociais dos jovens, assim como criar abertura de espaço para a orientação dos pais e comunidade em geral. Esses trabalhos, que inauguram uma nova concepção de se pensar a prevenção, nem sempre são acolhidos, visto que a política repressiva e autoritária prevaleceu por muito tempo na própria formação dos professores que lidam com o adolescente. Por isso mesmo, é possível verificar empiricamente que há, pelo menos, duas concepções pedagógicas correntes para se abordar a questão da prevenção do uso indevido de drogas na escola, o que chamarei aqui de "*pedagogia repressiva*" e "*pedagogia da autonomia*". Estes termos reportam à abordagem pedagógica de Paulo Freire, onde se salienta a "*pedagogia da autonomia*" ou libertadora como aquela educação voltada para a formação do educando enquanto pessoa livre, capaz de escolher através de

sua consciência reflexivo-crítica. Essa concepção de educação está comprometida em atender às demandas advindas das particularidades e necessidades individuais do sujeito e acredita nas possibilidades que o indivíduo tem para criar potenciais para atingir a sua própria liberdade de escolha, como também ser responsável por esta. Ao contrário, a “*pedagogia repressiva*” oprime todas as potencialidades que o sujeito pode criar através de sua capacidade de vir-a-ser, já que lhe retira a autonomia, a liberdade de construção de um projeto que lhe seja original. Essa pedagogia é alienante e se ocupa apenas da mera transmissão de conhecimentos prescritos.

A maioria das escolas que tenho visitado quando vou trabalhar o tema dentro de um projeto de prevenção do uso indevido de drogas denominado "Adole-ser"², apoiado pelo Unicentro Newton Paiva, instituição onde trabalho, não possui um projeto continuado de prevenção, nem tampouco desenvolve atividades sintonizadas com a realidade vivida pelos alunos e, ainda, grande parte dos professores não é preparados para lidar com o tema de forma contextualizada. Quando se aborda a questão, isso é feito de maneira informal, respondendo a uma indagação eventual de algum aluno, o que se encerra por ali mesmo. Outras vezes, fazem-se trabalhos escolares abarcando o tema, principalmente nas aulas de biologia, enfocando os efeitos das drogas no organismo e o perigo de usá-las. De acordo com alguns professores, durante essas aulas, alguns alunos se rebelam defendendo o uso de drogas e apontando para o discurso “careta”, ou seja, autoritário do professor, no qual

² A designação "Adole-ser" surgiu da influência recebida da filosofia fenomenológico-existencial. Ser para o filósofo Martin Heidegger significa uma estrutura de realização, no sentido da pessoa estar atuando, fazendo, sendo enquanto projeto existencial. Daí "Adole-ser", ou seja, crescendo, sendo por via da auto-realização, do auto-conhecimento e pela capacidade de escolher e eleger-se o tempo todo.

apenas se apresenta o lado caótico do uso de drogas. Não se vislumbra, assim, na maioria das escolas, um trabalho pedagógico de prevenção sustentado pelas dimensões de transversalidade e interdisciplinaridade.

Em contrapartida a essa postura de tratamento da questão da droga entre adolescentes escolares, o projeto "Adole-ser" procura sinalizar a possibilidade de emprego da *"pedagogia da autonomia"*. O seu foco é o convite ao jovem para ser o ator da elaboração de seus próprios conceitos sobre a prevenção, sobre a droga e suas relações, sobre a sua existência e suas escolhas, quando é possível perceber o interesse dos alunos em participarem e se posicionarem diante da escolha pelo uso ou não uso das drogas. No desenvolvimento das atividades é proposto um tema de conflito que faça parte do cotidiano dos adolescentes, através de oficinas de teatro, de músicas, de poesias, de leitura, de dinâmicas de grupo, de jogos, entre outras. Nessa perspectiva, busca-se que eles elaborem conceitos e valores sobre a questão a partir de seus próprios referenciais. Os adolescentes trocam idéias e experiências e depois tudo é discutido de uma forma mais ampla, avaliando a liberdade de escolha, assim como também as responsabilidades e riscos de tal escolha. Nesse ponto o jovem é capaz de envolver outras questões relacionadas ao uso indevido de drogas, como os riscos de contaminação de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, envolvimento em atos violentos, crimes, tráfico, suicídios, a destruturação das relações familiares e sociais, as dificuldades de êxito nos tratamentos da dependência, a perda do sentido de vida nos seus aspectos afetivo-emocionais, a perda de valores e de perspectivas de projetos de vida, o comprometimento físico e psíquico diante

do uso, etc.

O confronto com essa situação despertou meu interesse em avaliar essa realidade ou cultura da instituição escolar para o trabalho direcionado à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes.

Envolvida com a experiência do projeto da Newton Paiva, eu sentia a necessidade de fazer um movimento de distanciamento do trabalho, para olhá-lo de fora, com outras lentes que não fossem as que eu então utilizava como coordenadora de tal projeto.

Foi esse propósito que me levou a procurar o Mestrado em Educação. Estudos e reflexões viabilizados no curso, principalmente, na área da Sociologia da Educação e do Currículo, instigaram-me a procurar entender as atividades pedagógicas para a prevenção do uso indevido de drogas que se faziam presentes na escola.

Minha primeira referência foi a constatação de que os professores dos ensinos fundamental e médio, ao participarem da experiência do projeto "Adole-ser", passavam a analisar formas de trabalharem o tema interdisciplinarmente e, inclusive, questionavam e discutiam suas posturas repressivas anteriores. Alunos e professores relatavam a experiência como válida e prazerosa, pois as reflexões estão sempre situadas na realidade prática do cotidiano escolar e nas experiências de vida dos próprios alunos.

Diante de tal evidência a pesquisa desenvolvida pretendeu analisar as duas situações, ou seja, as duas pedagogias: a pedagogia centrada no discurso repressivo acerca do uso indevido de drogas pelos jovens, que objetiva o combate e que tem como foco a mera informação e a pedagogia que

propõe como alternativa uma educação transformadora, construindo novas relações de autonomia com o conhecimento sobre as drogas e a reflexão sobre as posturas diante do seu uso ou não, tendo como seu foco a formação para a cidadania. Pretendeu-se conhecer as duas concepções, analisando seus efeitos, essencialmente, através das percepções dos alunos adolescentes que vivenciaram uma das duas propostas. Entretanto, no decorrer da pesquisa, como será esclarecido posteriormente, as concepções de outros profissionais da escola foram também incorporadas.

Pretende-se que o explicitamento e conhecimento dessas duas formas de lidar com a prevenção do uso indevido de drogas entre adolescentes escolares possa favorecer o encaminhamento de projetos pedagógicos mais propícios ao tratamento da questão, o abandono de medidas repressivas e o desenvolvimento de posturas educacionalmente mais efetivas, pautadas na participação e adesão consciente dos alunos enquanto sujeitos. E por pensá-los enquanto sujeitos do conhecimento é que este estudo buscou focar seu olhar sobre a percepção do público alvo da prevenção: o sujeito adolescente.

Quem é o adolescente? O que os adolescentes pensam sobre prevenção do uso indevido de drogas na escola? É necessário? Se sim, como desenvolvê-la? E a escola e os professores, qual o seu papel diante do uso indevido de drogas por adolescentes? O que a escola e professores têm feito? A família também ocupa lugar nessa tarefa? Seria papel da escola orientá-la? A escola e professores estão preparados para abordar tal demanda? Qual o método e abordagem mais adequados ao público adolescente? Essas foram algumas das indagações que nortearam o estudo realizado, no sentido de

construir subsídios para a prática preventiva educativa do uso indevido de drogas pela população escolar.

A análise desenvolvida teve como principal referência teórica no trato das questões pedagógicas as teorias da Pedagogia Libertadora e da Pedagogia Repressiva/do Oprimido de Paulo Freire. A primeira, por anunciar a necessidade de uma educação voltada para a formação de consciências críticas e a segunda por ser o contraponto de sua crítica a essa necessidade. Buscou-se, também, a contribuição da Sociologia Compreensiva de Max Weber e Peter Berger para defender uma abordagem preventiva do uso indevido de drogas pautada na compreensão das relações sociais enquanto processos carregados de intenções e motivações subjetivas. Os pressupostos psicológicos necessários à compreensão do desenvolvimento do adolescente e suas relações com o uso de drogas foram buscados na teoria de Erick Erikson. Autores como Beatriz Carlini-Cotrin e Richard Bucher forneceram subsídios para a discussão de uma proposta crítica de prevenção entre adolescentes.

O estudo consta de seis seções, sendo que a primeira - **CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**- apresenta os procedimentos metodológicos utilizados, sua importância e limitações, assim como as etapas da trajetória da pesquisa.

A segunda seção - **ADOLESCÊNCIA E USO INDEVIDO DE DROGAS: EXISTEM RELAÇÕES?** - define o conceito de adolescência, buscando estabelecer possíveis relações entre essa fase e o uso indevido de drogas. Para tanto, a discussão foi alicerçada nos fundamentos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento de Erick Erikson, utilizando-se também

depoimentos dos adolescentes para traçar analogias entre os dados empíricos e os teóricos.

A terceira seção - **PREVENÇÃO COM REPRESSÃO, NÃO QUEREMOS!** - aborda a origem das concepções repressiva e crítica de prevenção do uso indevido de drogas buscando retratar o enfoque característico de cada uma, bem como as percepções dos adolescentes, dos dois grupos, referentes aos dois modelos. No contraponto das duas concepções é apresentada a proposta teórica de Paulo Freire como uma possibilidade de ação pedagógica no trabalho preventivo.

A quarta seção - **PREVENÇÃO E ESCOLA** - é composta de três sub-ítems. O sub-item IV.1-**A Proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais** - abarcou a discussão da recomendação do texto constitucional que enfatiza a necessidade de eleição de temas relacionados ao exercício da cidadania no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio. Esse enfoque dos PCN permitiu a articulação da prevenção enquanto tema transversal. No sub-item IV.2- **A Aliança Escola-Família na Prevenção do Uso Indevido de Drogas** - foi abordada a percepção dos adolescentes frente a importância da interação família - escola no trato da questão, assim como os impasses da escola em relação a essa nova demanda. O sub-item IV.3- **A Escola não Sabe do que a Gente Precisa!** - teve como objetivo demonstrar as direções divergentes que adolescentes e escola têm vivenciado em relação à prevenção do uso indevido de drogas.

Na quinta seção - **USO INDEVIDO DE DROGAS: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO COMO PRÁTICAS SOCIAIS** - foram discutidas as

contribuições da Sociologia Compreensiva de Max Weber e Peter Berger para se propor uma abordagem educativa à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes. Ambos contribuíram ao proporem que o fenômeno social é sempre carregado de subjetividade e, sendo assim, as intervenções direcionadas aos atores sociais devem partir da realidade social e da particularidade dos sujeitos. Tal pensamento corroborou para sugerir que a escola, ao realizar uma abordagem preventiva, procure alcançar, ao máximo, a realidade cotidiana dos seus alunos. A seção é finalizada com a discussão da abordagem de educação para a liberdade, proposta por Paulo Freire que confirma a tese da sociologia compreensiva de que o ponto de partida do conhecimento devam ser as experiências e valores dos atores sociais.

A última seção - **TRANSGRESSÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PREVENTIVA DO USO INDEVIDO DE DROGAS** - trata as perspectivas de currículo denunciando a prática meramente prescritiva e propondo a prática dialética discutida por autores como Cherryholmes, Eisner, Goodson e Silva. Aponta a prática preventiva do uso indevido de drogas a partir de uma proposta de transgressão do currículo convencional. Para tanto, sugere os "saberes necessários à prática educativa" proposta por Freire. A discussão é articulada com depoimentos de adolescentes e professores buscando uma aproximação entre realidade e conhecimento. Para encerrar o trabalho, são assinalados os diferenciais do projeto "Adole-ser" que incorporou, da proposta pedagógica de Freire, os saberes fundamentais à efetividade da prática educativa voltada à liberdade.

1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tratando-se da avaliação de experiências pedagógicas sobre prevenção do uso indevido de drogas a opção metodológica foi a abordagem qualitativa. Essa escolha resultou do interesse em focar o olhar sobre questões que apontassem para representações mentais, motivações, posturas, atitudes e percepções dos sujeitos envolvidos em propostas pedagógicas de prevenção.

Goldenberg (1998) concorda com outros autores que a melhor opção para estudos que objetivem a análise de fenômenos que carregam componentes subjetivos seria a pesquisa qualitativa, já que não há como precisá-los quantitativamente.

Tendo este estudo o objetivo de contribuir com um enfoque de educação preventiva voltado para a formação de cidadãos críticos, foi analisado um modelo de prevenção alicerçado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, intitulado "Adole-ser", modelo este diferenciado de outros mais comumente utilizados pelas escolas, que abordam a prevenção em forma de combate às drogas, através de metodologias repressivas. Para se ter um parâmetro de avaliação dessa experiência pedagógica, em relação às práticas usuais de prevenção, foram tomados elementos dessa outra experiência. Não se trata, então, de um estudo comparativo clássico, mas o confronto com a outra realidade foi um recurso metodológico necessário, uma vez que o interesse era esclarecer se os resultados da prática pedagógica do projeto

"Adole-ser" eram, de fato, diferenciados das outras usuais.

Foram sujeitos da pesquisa alunos de uma escola particular onde o projeto "Adole-ser" é atualmente desenvolvido. Foram escolhidos um grupo de adolescentes que participou das atividades desenvolvidas pelo projeto "Adole-ser" e um outro grupo que não participou dessas atividades, mas que já havia tido experiências repressivas de prevenção. O critério utilizado para avaliar se os adolescentes haviam, de fato, participado de experiências repressivas de prevenção foi a aplicação de uma redação a todos que manifestaram interesse em participarem da pesquisa. Nela deveriam relatar o que eles entendiam por prevenção e como foram as suas experiências anteriores. Em suas descrições, deveriam aparecer conceitos que evocassem formas autoritárias de se prevenir o uso de drogas evidenciando, assim, o combate. O elemento focado nesse tipo de prevenção deveria ser a droga ao invés do sujeito. Dos dezoito alunos inicialmente interessados quatorze deles demonstraram atender às condições para integrarem o grupo de pesquisa. Esse grupo demonstrou, desde o início, uma certa resistência em falar sobre o assunto, provavelmente devido à insatisfação com relação às experiências vivenciadas anteriormente. Sabendo-se que seria mais difícil compor esse grupo, foi o número de sujeitos encontrados com disponibilidade para serem pesquisados nessa categoria que definiu a amplitude da amostra. Tendo encontrado 14 alunos para o grupo, para o seguinte foram convidados também outros 14 alunos. Cada grupo foi composto por 07 adolescentes do sexo feminino e 07 do sexo masculino. Todos os sujeitos foram alunos de uma escola particular de ensino fundamental e médio de Belo Horizonte, com idade entre 12 e 18 anos e classe sócio-

econômica média. Considerou-se o indicativo de classe média a localização da escola, o valor das mensalidades escolares e, sobretudo, a própria classificação da clientela indicada pela escola³.

A escolha do público adolescente se justifica pelo fato de se constituir naquele que vem demonstrando prevalência no uso indevido de drogas, com início cada vez mais precoce, preocupando os educadores em relação ao trato dessa questão. **(Ver nota de rodapé n.1, p. 15)**

A opção pela escola particular se fez com a pretensão de demonstrar que os profissionais e alunos lidam hoje com dificuldades semelhantes aos da escola pública. As pesquisas realizadas nessa área têm focado de forma relevante escolas que atendem às classes sociais desprivilegiadas, criando, por vezes, um mito de que seriam os alunos delas oriundos os principais usuários de drogas. Na realidade, sabe-se que o uso e/ou abuso das drogas não obedece a fronteiras entre classes sociais, cultura ou etnia. (Carlini-Cotrim,1989)

Este estudo pretendeu alcançar três objetivos básicos: 1º) compreender e analisar as percepções relativas às concepções de prevenção vivenciadas pelos dois grupos; 2º) avaliar os resultados de trabalhos de prevenção comumente efetivados pela a escola e 3º) levantar elementos apropriados para a defesa da proposição de uma nova forma de prevenção do uso indevido de drogas com adolescentes, mais adequada à natureza do problema e do público atingido. No decorrer do trabalho com os adolescentes, foram surgindo variáveis que se relacionavam diretamente com a questão

³ Sabe-se de antemão que esta classificação apresenta problemas, já que, nas pesquisas sociais, em especial no Brasil, não existem parâmetros consensuais. Na dimensão e interesse deste estudo, não buscou-se enquadrar os

tratada, ou seja, nos vários depoimentos apareciam as percepções sobre as posturas dos professores e da escola referentes à forma de se pensar ou fazer prevenção, sobre os motivos que levavam os adolescentes ao uso das drogas, a importância de o educador atingir a realidade concreta dos alunos para abordar a prevenção, a necessidade da interdisciplinaridade, a participação das famílias nas atividades, entre outras.

Assim, visando a contemplar de forma mais profunda e ampla elegeram-se também 06 professores da mesma escola. Foram escolhidos 02 professores da disciplina de Biologia, 01 de Matemática, 01 de Física, 01 de Química e 01 de História. A escolha do grupo de professores se justifica, segundo os critérios intencionais:

- Os professores de Biologia e Química - devido ao conteúdo "substâncias psicoativas" estar estabelecido pela estrutura curricular e pelo fato dessas disciplinas serem designadas pela lei 6.368/76 contemplarem tal conteúdo. Com relação aos professores de Biologia, somou-se a sobrecarga que percebem com relação à obrigatoriedade de abrangerem temas voltados à saúde, não havendo nenhuma proposta interdisciplinar desenvolvida pela escola.
- O professor de História - por ter sido considerado pelos alunos aquele que contextualiza e debate questões múltiplas em suas aulas.
- Os professores de Matemática e Física - devido ao senso comum e, às vezes, os próprios professores acreditarem que os profissionais dessas disciplinas exatas nada tenham a ver com o desenvolvimento de atividades

e/ou conteúdos sociais ou relativos à saúde, situação considerada importante de ser constatada ou checada.

Esses professores, exceto dois, participaram das atividades das oficinas do "Adole-ser", podendo contribuir com a sua auto-avaliação referente à abordagem metodológica desse projeto, comparando-a a outras propostas das quais também haviam participado. Os outros dois relataram suas experiências anteriores relativas à prevenção, assim como refletiram sobre formas viáveis para abordar o assunto com adolescentes.

Participaram também da pesquisa a Diretora e a supervisora pedagógica, figuras representativas da estrutura organizacional da escola, que forneceram a visão institucional referente à questão.

Foram utilizadas entrevistas semi-dirigidas com todos os sujeitos da pesquisa tendo como objetivos o contato pessoal com os entrevistados e o levantamento de dados esclarecedores do significado de suas vivências particulares sobre prevenção.

A escolha da técnica de entrevista semi-dirigida se deveu a dois fatores: 1º) a semi-padronização das respostas dos entrevistados às mesmas perguntas, permitindo que todas elas fossem comparadas⁴; e 2º) maior grau de liberdade para que a entrevista desenvolvesse cada situação na direção que os sujeitos considerassem mais importante. Essa técnica propiciou explorar alguns aspectos do histórico de experiências de cada entrevistado, possibilitando uma aproximação das categorias previamente estabelecidas no projeto de pesquisa, que foram as percepções referentes às concepções

⁴ Ver roteiro das entrevistas no Quadro comparativo do Anexo B.

repressivas e anti-repressivas de prevenção, a interdisciplinaridade, o método mais viável para abordar a prevenção, a aliança família - escola no desenvolvimento das atividades, a visão e papel de professores e escola diante da questão, entre outras. Como aborda Neto (2000), entende-se como categoria o conjunto de elementos com características comuns ou que se relacionam entre si.

As entrevistas foram realizadas individualmente. Quando havia a permissão dos sujeitos pesquisados, foi possível a sua gravação e, no caso de recusa, era realizado o registro escrito das respostas pelo entrevistador. Três alunos não autorizaram a gravação, sendo necessário o registro de seus depoimentos, o qual lhes foi apresentado, ao final da entrevista, para conferência quanto a sua fidedignidade. Depois de escolhidos os sujeitos da pesquisa, não houve qualquer desistência de participação. Para preservar a identidade, dos sujeitos foram utilizados nomes fictícios para os adolescentes. Para o sexo feminino, optou-se por nomes iniciados com a letra F e, para o sexo masculino, nomes iniciados com a letra M. No caso dos professores, utilizou-se a letra P (de Professor) seguida de um numeral (P1, P2, etc). Em certos depoimentos onde seria possível a identificação dos professores, através da disciplina ministrada, eles foram informados desse risco, mas, mesmo assim, concordaram com a divulgação das informações. Em alguns casos, os próprios professores fizeram questão de identificar a sua disciplina. A diretora e a supervisora da escola, também entrevistadas, não fizeram restrições a identificação de suas falas.

Após o contato direto com os sujeitos da pesquisa para esclarecer os objetivos do estudo, foram marcados a data e o local da realização da entrevista. Todas as entrevistas realizaram-se na própria escola, atendendo aos horários disponibilizados pela supervisão e direção. Foram aproveitados, principalmente, horários vagos de aula. A duração de cada entrevista girou em torno de 20 a 30 minutos, dependendo da fluidez de fala de cada entrevistado. As entrevistas foram realizadas no período de outubro de 2000 a fevereiro de 2001.

Na realização das entrevistas, sempre havia uma "fase introdutória" tendo em vista facilitar a interação entrevistador/entrevistado.

"A introdução é composta de uma breve comunicação do entrevistador sobre a informação que já possui, a promoção de um sentimento de confiança e uma complementação da informação inicial pelo entrevistado".
(Lodi, 1993:52)

Na fase introdutória, falava-se mais detalhadamente sobre os objetivos do estudo, o caráter confidencial das informações e esclarecia-se que, para o estudo ser mais efetivo, era importante que o entrevistado se sentisse à vontade para fazer comentários ou solicitar os esclarecimentos que se fizessem necessários.

Além disso, foram feitos contatos assistemáticos com professores, alunos, diretora e supervisora nos horários de intervalos, tanto no pátio quanto na sala dos professores, o que contribuiu para o enriquecimento dos dados colhidos. Muitas informações sobre o estudo em questão foram obtidas nesse

momento e foram de grande importância para confirmar os dados das entrevistas formais.

Quanto à entrevista, sendo essencialmente um método qualitativo, apresenta algumas vantagens e limitações. No que diz respeito às vantagens, pode-se destacar:

- possibilidade de explorar mais amplamente a questão;
- maior flexibilidade, podendo o pesquisador esclarecer perguntas não compreendidas garantindo, assim, maior fidedignidade das respostas;
- maior oportunidade de avaliar as condutas do entrevistado naquilo que diz e como diz.

Por outro lado, apresenta as seguintes limitações:

- dificuldade de expressão e comunicação de alguns sujeitos entrevistados;
- indisposição de alguns entrevistados para darem as informações necessárias;
- retenção de alguns dados importantes por parte de alguns entrevistados, receando que sua identidade fosse revelada;
- dificuldade em conciliar horários disponíveis para o encontro com o informante.

Qualquer instrumento utilizado em pesquisa apresenta ora vantagens, ora limitações. Cabe ao pesquisador lançar mão dos instrumentos que mais julgar pertinentes aos seus objetivos, como também saber adequá-los às suas necessidades e imprevistos que surgirão ao longo do trabalho.

Com a conclusão da fase de estudo de campo, passou-se à organização e análise dos dados. Essa etapa caracterizou-se por três fases

distintas: 1ª) a transcrição integral das entrevistas; 2ª) a categorização dos temas levando em consideração os significados apresentados pelos sujeitos; 3ª) o levantamento de situações esclarecedoras sobre os processos vividos pelos sujeitos, que estavam registrados no controle das observações realizadas, 4ª) a descrição e análise das práticas de prevenção do uso indevido de drogas tendo como apoio a reprodução ou tomada de trechos dos depoimentos dos entrevistados, os apontamentos das observações e a articulação teórica. Nas primeiras leituras do material colhido em campo pôde-se perceber a riqueza no teor dos depoimentos de todos os sujeitos, sendo perfeitamente possível articulá-lo com o objeto em estudo. Os registros foram suficientes, então, para avaliar e comparar as formas de prevenção do uso indevido de drogas que vêm sendo veiculadas na escola, assim também como foi possível compreender as percepções dos adolescentes frente a essas abordagens.

Assim, à luz das teorias de práticas preventivas do uso indevido de drogas, tendo como referencial tanto a repressão quanto a prevenção educativa enquanto "*prática de liberdade*", procedeu-se à análise das duas ações pedagógicas, buscando compreender representações e posturas para, então, ser possível apontar para uma ação que pudesse contemplar de forma mais efetiva a prevenção enquanto "*prática de liberdade*". Tal proposta identifica-se com a teoria freireana enquanto fundamento de uma educação voltada à formação da autonomia do sujeito cidadão.

2 ADOLESCÊNCIA E USO DE DROGAS: EXISTEM RELAÇÕES?

2.1 Adolescência: é possível precisar o que é?

Para analisar a existência de relações entre a fase da adolescência e o uso de drogas, faz-se importante que, num primeiro momento, entenda-se o conceito de adolescência, como também de onde se origina tal conceito.

Adolescer ou *adolescere*, do latim, significa crescer, desenvolver-se. A adolescência se constitui, assim, *“no período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas. Estende-se aproximadamente dos 12 aos 20 anos.”*(Ferreira, 1999, p.55)

Ariés (1962) e outros estudiosos concordam que a adolescência é uma invenção da moderna sociedade industrial. A adolescência, assim como a infância, é um conceito relativamente novo.

Ariés (1986) argumenta que o conceito de adolescência, enquanto um período mais complexo que a infância, somente aparece no final do século XVIII e só se difunde mais amplamente no século XX. Ariés dedica enorme volume de estudos em relação ao surgimento da infância, porém faz poucos apontamentos referentes à adolescência. Ele assinala que o prolongamento da escolaridade até os dezoito/vinte anos contribuiu, em parte, para a diferenciação da adolescência em relação à infância e idade adulta (isto válido, pelo menos para as classes privilegiadas). Outra contribuição que ele aponta para o surgimento da adolescência foi o fato dos exércitos começarem a atrair

os jovens devido a suas características de virilidade e resistência, a partir do século XVIII:

“A correlação do adolescente e soldado na escola resultou numa ênfase em características como virilidade e resistência, as quais tinham sido anteriormente negligenciadas e, desde então, tornaram-se valiosas em si mesmas. Havia aparecido um novo conceito, embora ainda em forma embrionária, um conceito distinto de infância; o conceito de adolescência.” (Ariés, 1962, p.268)

O teórico comenta que não era incomum que as crianças de famílias aristocratas ou de classe média começassem os seus estudos por volta dos quatro anos de idade (diferentemente do que é chamado hoje pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases - de ensino infantil) e terminarem aos dezoito anos. Com relação às classes desprivilegiadas, as crianças começavam muito cedo no trabalho. Não havia, assim, até mais ou menos quatrocentos anos atrás, para nenhuma das classes econômicas, uma distinção entre infância, adolescência e fase adulta. Não eram reconhecidas características pertencentes a cada fase do desenvolvimento humano.

De fato, o interesse por esse estudo se deu a partir do século XVIII, primeiramente pelo filósofo Jean Jacques Rousseau. Rousseau marcava o início da adolescência a partir dos 12 anos, quando ele atribuía a “emergência da razão”, o que, segundo ele, permite dizer que encerra a infância. O teórico não deixou de considerar as mudanças físicas e a necessidade de adaptação do jovem na sociedade. Assinalava, também, que é a partir desta idade que começa a surgir a paixão sexual. Mas, apesar de salientar todas essas

características, o filósofo não parece considerar que essa fase seja marcada por conflitos, como enfatizam os teóricos dos séculos posteriores.(Boyd, 1955)

Desde Rousseau, estudiosos vêm propondo conceitos que melhor explicitem o entendimento dessa fase do desenvolvimento humano, resultando esses estudos em pontos de vista divergentes. G. Stanley Hall, Anna Freud e Harry Stack Sullivan, teóricos representativos da psicologia da adolescência, enfatizam as mudanças do desenvolvimento intelectual, aumento de autonomia e maturação sexual. Embora haja explicações diferenciadas para o desenrolar do processo, descrevem a adolescência como um *“período incomum de tempestade e tormenta.”* (Gallatin, 1978, p.01)

Há controvérsias a respeito de tais características. Há autores que argumentam a necessidade dos conflitos na adolescência para que haja a maturação, outros concordam que os adolescentes não necessitam ultrapassar grandes conflitos para se tornarem adultos maduros.

Tais contradições não estão, até aqui, resolvidas. Entretanto, buscando uma compreensão mais integral que possa englobar não só os aspectos biológicos e psicológicos inerentes à adolescência, mas também outros que são constitutivos do desenvolvimento, como por exemplo os aspectos socioculturais, é que será evocada a teoria de Erick Erikson.

Erikson refere-se à adolescência:

“... não como um período de tempestade e tormenta, mas como um período de crise normativa. No lugar do ideal de tormenta da adolescência, ele coloca o conceito de moratória”. (Gallatin, 1978,p.02)

Moratória para Erikson significa:

“... um período de espera concedido a alguém que não está pronto para enfrentar uma obrigação ou é algo imposto a alguém a quem não deveria dar-se um prazo de tempo. Assim, entendemos por moratória psicológica um compasso de espera dos compromissos adultos e, no entanto, não se trata apenas de uma espera. É um período que se caracteriza por uma tolerância seletiva por parte da sociedade e uma atividade lúdica por parte do jovem. Contudo, também conduz, freqüentemente, a um empenho profundo, ainda que muitas vezes transitório por parte do jovem, e acaba numa confirmação mais ou menos cerimonial desse compromisso pela sociedade.” (Erikson, 1968, p.157)

Erikson (1968) considera a adolescência como um período particularmente decisivo na formação da identidade, que se realiza de diversas maneiras, variando de cultura para cultura. Para ele, o elemento comum entre as culturas é a idéia da necessidade do reconhecimento consistente e significativo das realizações e conquistas do adolescente. *“Um forte sentido de identidade é essencial para a verdadeira maturidade atingida posteriormente pelo indivíduo”* (Erikson, 1968, p. 89), sendo que é apenas no final da vida adulta que tal sentido emergirá. Na adolescência é que o indivíduo desenvolverá as condições de crescimento fisiológico, maturação intelectual e responsabilidade social. Estes pré-requisitos irão prepará-lo para experimentar e ultrapassar a crise da identidade. Para Erikson (1968), essa crise incorpora elementos de todas as outras, ou seja, a formação da identidade *“entalha um conjunto bastante complexo de relação entre os diversos estágios do desenvolvimento humano, e a adolescência está assentada no meio do caminho.”* (Gallatin, 1978, p.01)

A teoria eriksoniana descreve o conflito nuclear da adolescência propondo o envolvimento da resolução de sete conflitos, com duas saídas possíveis. São eles: Perspectiva temporal versus Confusão temporal, Autocerteza versus Inibição, Experimentação de papel versus Fixação de papel, Aprendizagem versus Paralisia operacional, Polarização sexual versus Confusão bissexual, Liderança e sectarismo versus Confusão de autoridade e Comprometimento ideológico versus Confusão de valores.

“Se o conflito é resolvido de uma maneira satisfatória, a qualidade positiva é constituída dentro do ego e pode-se verificar um desenvolvimento subsequente sadio. Mas se o conflito persiste ou é resolvido insatisfatoriamente, o ego em desenvolvimento é prejudicado porque a qualidade negativa se incorpora a ele.” (Muus, 1976, p.36)

A resolução dos sete conflitos a serem explicitados no próximo item é que faz com que o indivíduo signifique o seu passado e se prepare adequadamente para o futuro. Esses desafios conflituosos não se desenvolvem sem um suporte social, portanto cada conflito vivenciado apresenta um desafio também à sociedade. Embora os conflitos possam ocorrer simultaneamente, eles serão descritos separadamente.

2.2 Adolescência e Uso de Drogas: relações possíveis

Sabendo-se que o uso de drogas por adolescentes não é decorrente apenas da crise da identidade (já que envolve uma complexidade de aspectos biológicos, sociais, culturais, econômicos, etc), mas que os conflitos da crise, quando não aceitos, podem evocar saídas ilusórias, é que serão articulados

com as categorias de Erikson os relatos de entrevistas dos adolescentes entrevistados. Ao revelarem os prováveis motivos que podem levar os jovens ao uso indevido das drogas, pôde-se percebê-los associados aos conflitos da crise enunciados pelo teórico.

2.2.1 Perspectiva temporal versus Confusão temporal

Segundo Erikson a reconciliação do passado com o futuro deve formular um plano coerente para a vida adulta do adolescente. A noção de temporalização, ou seja, a avaliação que o adolescente deve fazer a respeito do que ele é (que engloba passado e presente) e do seu ideal (futuro) possibilita a sua ponderação no que diz respeito a suas escolhas e formas para se atingir objetivos.

A identidade requer, portanto, uma perspectiva temporal, mas diante da multiplicidade de possibilidades para se coordenar o passado e o futuro, é possível a confusão temporal e, em conseqüência, a dificuldade do próprio auto-conhecimento. É possível perceber esse aspecto nos depoimentos a seguir:

“Às vezes, o adolescente não sabe entender se ele é uma criança ou adulto. Aceitar o seu passado e botar para quebrar no futuro é que faz nascer um sentido para a vida da gente. Se a gente se eternizar enquanto criança, nunca seremos responsáveis. Muitos jovens, acho eu, buscam nas drogas um escape de ser adulto, de ser futuro.” (Franscislene – 17 anos, 1ªA, 07/10/00 - Grupo 1)

“Acho que um dos motivos do uso da droga é o naufrágio que o adolescente se vê, no aspecto de ter que

abandonar a infância, só que às vezes não tem segurança nenhuma para ser adulto, não consegue ver o futuro de forma confiante ou responsável. Entrei nesta uma época, graças a Deus, caí fora.” (Maurício, 18 anos, 2ºB, 06/12/00- Grupo 2)

2.2.2 Autocerteza versus Inibição

A convicção interna de autocerteza, para Erikson, aponta para um sentido de autoconfiança do jovem em relação aos seus projetos futuros. Portanto, engloba a assimilação do passado e futuro do conflito nuclear anterior.

“Em suas tentativas de alcançar um sentido maduro em si mesmo, o jovem se apóia no sentimento básico de autonomia que emergiu durante a segunda crise da infância (muscular-anal). É como se na consciência do adolescente ecoasse o reconhecimento ocorrido na infância de que ele é um ser autônomo. De forma semelhante, a inibição do adolescente relembra a vergonha e a dúvida mais primitivas daquele estágio inicial.” (Gallatin, 1978, p.215)

Para Erikson, a autocerteza se caracteriza “*por um sentido definitivo de independência*” (Gallatin, 1968, p. 183), o que leva o jovem, a todo custo, a lutar pela conquista de sua liberdade.

Esse estágio de luta para a própria libertação é considerado por alguns teóricos como o estágio da rebeldia.

“Tornar-se pessoa significa passar por vários estágios de consciência de si mesmo. O primeiro é o da inocência da criança, antes do nascimento da autoconsciência. O segundo é o estágio da rebeldia, quando a pessoa luta

para libertar-se, a fim de estabelecer uma força intelectual independente. Esse estágio pode ser mais claramente observado na criança de dois ou três anos, ou no adolescente, e talvez inclua desafio e hostilidade... Em maior ou menor grau, a rebeldia é uma necessária transição no romper das velhas cadeias e na busca de novas. Mas não deve ser confundida com liberdade.” (May, 1986, p. 113)

Erikson sublinha que a autocerteza só é adquirida pelo auto-exame.

A avaliação feita pelo adolescente, referente às “perdas e aos ganhos” em suas escolhas poderá lhe ocasionar uma dolorosa inibição.

“A obrigação atual de vincular-se com um sentido de livre arbítrio a uma identidade autônoma poderá despertar uma dolorosa vergonha global, de certo modo comparável à vergonha e raiva decorrentes de ser totalmente visível aos adultos que tudo sabem – agora, porém, esta vergonha se refere ao fato de que o jovem tem uma personalidade pública...” (Erikson, 1968, p. 183)

A incerteza é contrabalançada pela autocerteza que possui, nesse estágio, um sentido definitivo de independência. A busca de independência, por vezes, pode ser concebida, pelos adultos, como rebeldia, no sentido negativo da palavra, porém a grande necessidade do jovem, nesse momento, é a busca de sua auto-afirmação e a conquista de sua individualidade.

Tecendo-se a analogia desse conflito com o uso de drogas, encontram-se nos relatos:

“Tem adolescentes que acham mais fácil buscar nas drogas uma falsa liberdade do que lutar para conquistar a liberdade de fato. Acho que isto é falta de segurança em si mesmo e também medo de assumir as responsabilidades das coisas. Penso assim, pois vivi na própria pele esta insegurança, tive que me esforçar para sair desta. A viagem, nem sempre, é a melhor saída. O pior é que alguns adolescentes demoram para perceber isto, pois no início não se pensa com a razão, falta base.

Entende?” (Fabiana, 17 anos, 3ºA, 04/10/00 - Grupo 1)

“Quando experimentei drogas, a maconha, queria mostrar para mim e para meus pais que era livre para fazer o que eu queria, mas depois vi que não era por aí. Ainda bem que saí antes que a dependência me pegasse. O meu pai me ajudou ver coisas que para mim estavam confusas. Quando se tem o apoio do pai ou de alguém, tudo bem, eu fico pensando é na galera que não conta com isso, principalmente o pessoal carente. O adolescente é muito doido, precisa de apoio, às vezes não significa nada para outras pessoas, mas quando você está passando por aquele problema parece que você não tem saída, aí o bicho pega.” (Milton, 16 anos, 1ºB, 08/11/00- Grupo 1)

“Acho que alguns jovens entram no uso e até mesmo na dependência por terem medo da própria independência que terão que assumir e além de tudo a sociedade não ajuda em nada ou ajuda muito pouco.” (Felícia, 17 anos, 2ºB, 06/12/00 - Grupo 2)

2.2.3 Experimentação de papel versus Fixação de papel

A experimentação de papéis pelos adolescentes assimila as fases anteriores. Somente através de uma temporalização adequada e do sentimento de autocerteza em suas escolhas é que o jovem poderá escolher entre um papel e outro. Sem essa assimilação anterior, a saída do adolescente é a fixação em papéis que não estão enraizados, propriamente, em um sentido mais intenso de posse interna. O adolescente que possui uma percepção confusa de si mesmo frente às várias possibilidades ou mesmo se sente

restringido pelas poucas opções, pode experimentar um tipo de “fixação de papel” ou ainda uma identidade negativa.

“A declaração de um jovem “Prefiro ser completamente inseguro do que um pouco seguro” e a de uma jovem, “Pelo menos, na sarjeta sou a maior”, evidenciam o alívio que se segue à escolha decisiva de uma identidade negativa.” (Erikson, 1968, p. 178)

Antes da definição de seu lugar na sociedade, é importante que o adolescente tenha acesso a várias possibilidades de escolhas para, então, avaliar a sua opção. Nesse sentido, a sociedade, a escola e a família desempenham papel fundamental no que diz respeito à instrumentalização que deve ser oferecida aos jovens referente a sua formação e informação, nos vários aspectos, durante o seu desenvolvimento.

O depoimento de uma adolescente ilustra bem a relação desse conflito com o uso das drogas:

“Acredito que um dos motivos do uso das drogas é a confusão de experiências que a gente vive. Às vezes o adolescente quer mostrar o que ele não é, aí para ter coragem usa a droga. Usa droga para afirmar uma coisa que não dá conta de ser. Entra na droga para se sentir o “mais-mais” e não vê que está afundando. Tem gente que viaja na “maionese”, imagina ser o “super star”. Quando vê que não é cai na “deprê”. Usa droga para sair da depressão, aí vira uma bola de neve. Por isto que acho que a escola e a família devem ajudar na prevenção, é sempre bom um apoio a mais. Tenho amigos que estão passando por isto. Tem gente que fala que é frescura, mas quem está vivendo aquilo é que sabe que está sofrendo. Tenho tentado ajudá-los, mas nem sempre querem, pois acreditam que estão numa boa, pelo menos por enquanto.” (Florípedes – 16 anos, 2ºB, 07/10/00-Grupo 2)

2.2.4 Aprendizagem versus Paralisia operacional

A escolha ocupacional pelo adolescente é um elemento constitutivo na formação da identidade, já que o trabalho desempenha marcante lugar da pessoa na sociedade. O desenvolvimento de um sentido produtivo desempenhará um importante papel no que se refere à percepção de si mesmo. Segundo Erikson, os jovens que se consideram mal-preparados para se inserirem no mercado de trabalho podem se sentir, de alguma forma, paralisados no sentido operacional.

A assimilação dos três conflitos anteriormente abordados é fundamental em suas capacidades produtivas. Vejamos a relação do conflito com o uso de drogas através do depoimento a seguir:

“Eu considero que a adolescência é uma batalha a ser vencida. São muitos os grilos e você tem que resolvê-los a qualquer custo. O maior de todos é arrumar emprego, principalmente, para os homens, que, ainda, têm o problema do alistamento militar. Só consegue emprego, depois dos 18 anos e também tem o problema da experiência profissional. Experiência de onde? Isto dá um tédio danado. Muitos não seguram a onda! Tenho colegas que se queixam que não têm dinheiro para nada, nem para levar a “mina” para o cinema, aí entram nesta de usar drogas. Fico imaginando aqueles caras que não têm grana nem para comer o pão de todo dia. Tem muito adolescente por aí que não tem a menor chance de emprego, pois não são mão-de-obra qualificada e caem no uso e no tráfico também. Tenho sofrido este dilema de emprego, mas tenho segurado a onda, minha família me apóia, acho que a força que eles dão contribui muito. Mas conheço uns carinhas que estão afundando cada vez mais, parecem que não têm força de vontade para vencer o problema. Sei lá!” (Márcio – 18 anos, 2º B, 06/12/00-Grupo 2)

2.2.5 Polarização sexual versus Confusão bissexual

Na adolescência ocorre a necessidade do jovem e da jovem de definirem e redefinirem o significado do que seja ser “homem” e “mulher”. Erikson sublinha que há marcantes diferenças culturais a esse respeito.

“Os hábitos sexuais das culturas e classes propiciam o aparecimento de imensas diferenças na diferenciação psicossocial do sexo masculino e feminino e na idade, espécie e onipresença da atividade genital.” (Erikson, 1968, p. 186)

O sentido de confiança na própria “feminilidade” ou “masculinidade” contribui significativamente para a formação da identidade. Nas tentativas de identificações sexuais o adolescente pode revelar um estado de confusão bissexual e tornar-se inseguro. Tal insegurança pode expressar tanto uma iniciação prematura da intimidade física quanto o evitamento do contato sexual. Esses ajustamentos podem ser considerados temporários, pois eles podem permitir, salvo alguns casos, o estabelecimento de um equilíbrio em direção à intimidade com o parceiro ou parceira sexual. Os depoimentos abaixo ilustram tal tipo de conflito:

“Acho que a maioria dos jovens usa drogas porque estão inseguros com relação a si próprios, de várias formas e por vários motivos. Mas, para ilustrar, veja só, conheci um cara que é um grande amigo. Ele não tinha coragem de afirmar sua homossexualidade para a família dele. Entrou numa de cheirar a branquinha para agüentar a barra, acabou tendo dois problemas: a dificuldade de contar e a dependência.” (Fernanda, 15 anos, 1ºA, 16/12/00 - Grupo 1)

“Acho que tem jovem sem estrutura para agüentar problemas que para alguns é coisa simples. Tem cara que usa droga para conseguir ser o bonzão, quer ficar com as minas e de cara limpa não consegue. Aí usa e sai transando com todas, mas não gosta de ninguém, aí usa mais para esquecer que ele é um fracasso.” (Messias, 15 anos, 1ºB, 04/10/00 - Grupo 2)

“Tem problemas que os adolescentes se envolvem e não dão conta de resolver, tipo engravidar, ficar com um cara só para dizer que não é virgem. Ter filho na adolescência eu acho o mais problemático. Tem colegas minhas que abortam, porque sabem que não têm condições de criar a criança. Ficam enroladas aí começa a usar a droga, mais ainda.” (Flávia, 18 anos, 1ºB 07/10/00 - Grupo 2)

2.2.6 Liderança e sectarismo versus Confusão de autoridade

As experiências do adolescente nos vários papéis, a ocupação produtiva e o encontro com o parceiro sexual contribuirão para que ele possa se localizar na sociedade, enquanto cidadão. Tais experiências possibilitam a responsabilidade de liderança e de atitudes sectárias, nos momentos apropriados. Neste sentido, os valores da família transmitidos à criança serão de significativa importância, pois serão reelaborados e se constituirão em base de sustentação para a elaboração dos próprios conceitos e valores pessoais do adolescente.

Entretanto, devido à ampliação dos seus contatos sociais, o adolescente passa a perceber valores que lhe são divergentes e, como resultado, pode experimentar uma confusão de autoridade. Ela será solucionada se o adolescente utilizar suas capacidades para discernir entre os

valores dados e os seus próprios valores, para daí construir uma essência que lhe seja particular.

Com relação a esse conflito os depoimentos caracterizam que:

“Às vezes o adolescente usa o "bagulho" só para contrariar a autoridade dos pais, às vezes não sabe lidar com os limites, aí faz o contrário do que os pais determinam, principalmente se não tiver diálogo, aí é a revanche que prevalece.” (Manoel, 16 anos, 2ºB, 24/10/00- Grupo 2)

“Adolescente é meio rebelde, gosta de ser do contra para mostrar que é dono de si, às vezes usa droga para romper com os limites, ir contra a autoridade.” (Fátima, 18 anos, 1ºB, 07/10/00- Grupo 2)

2.2.7 Comprometimento ideológico versus Confusão de valores

“Do que dissemos até agora, podemos atribuir à ideologia a função de oferecer ao jovem: (1) uma perspectiva simplificada do futuro..., (2) uma correspondência fortemente estabelecida entre o mundo íntimo de ideais e perversidade, e o mundo social com suas metas e perigos; (3) uma oportunidade para exibir alguma coerência entre aparência e comportamento...; (4) incentivos para uma experimentação coletiva de papéis; (5) introdução aos valores éticos da tecnologia predominante e, portanto, à competição sancionada e regulamentada; (6) uma imagem do mundo geográfico-histórico como quadro de referência para o início da identidade do jovem; (7) um fundamento racional para um modo de vida sexual...(8) submissão a líderes, no momento adequado...” (Erikson, 1968, p. 187-188)

O comprometimento ideológico, para Erikson, revela a capacidade que o jovem desenvolve a fim de se vincular a sua comunidade e também para

organizar suas experiências passadas e atuais, com vistas às aspirações futuras. A crença do adolescente de que seus valores e objetivos são significativos, no contexto social mais amplo, contribui para o evitamento das experiências de confusão de autoridade e de valores.

Erikson sugere que a construção de uma ideologia pessoal contribui para que os jovens possam solucionar seus conflitos da crise de identidade, assim como também os conflitos da última idade do homem, ou seja, a “integridade versus desesperança”. Salienta, ainda, que a formação de uma identidade se constitui num processo extremamente complexo, sendo influenciado pelas instituições, sociedade e cultura nas quais a pessoa está inserida. Nesse processo, também, há amplas variações individuais, sendo que a transição, para cada jovem, será muito particular “... *cada sociedade e cada cultura institucionaliza uma certa moratória para a maioria de seus jovens. Na sua maior parte, estas moratórias coincidem com aprendizados e aventuras que se harmonizam com os valores da sociedade.*” (Erikson, 1968, p.157)

A adolescência, na perspectiva eriksoniana, é um período de transição em que o adolescente deve passar por experiências diferenciadas para que tenha a oportunidade de explorar os vários aspectos de seu eu. Acredita-se que “*não pode haver um crescimento pessoal que leve a um firme sentimento de identidade, sem que ocorram certos conflitos.*” (Gallatin, 1978, p.229)

Para ilustrar as relações desse conflito com o uso de drogas, foi recortado o depoimento abaixo:

“Eu penso que o usuário de droga, no mínimo, não possui um sentido para sua própria vida. Não tem segurança nos seus objetivos pessoais, aí tenta fugir. Não confia nos seus ideais, tem medo do futuro. Fico pensando, também, que nem sempre a família e a sociedade dão uma mão. O adolescente é todo confuso, usa droga, curte uma onda e vai indo até ficar dependente”. Conheço muitos colegas que se sentem assim e usam, eu me senti assim algumas vezes e usei algumas vezes. Só que agora eu saí desta, não dá para continuar, comecei a fazer tratamento. Agora estou fora mesmo, mas custei para enxergar isto. Estou em outra agora.” (Marcos, 16 anos, 1ºB,24/10/00-Grupo2)

2.3 Experimentação das Drogas na Adolescência – explorando alguns dados

Os estudos estatísticos atuais revelam a cada ano o aumento do uso das drogas, principalmente, pelos adolescentes. O início do uso tem atingido uma faixa etária cada vez mais jovem, variando entre os dez e os doze anos, quando não menos e abarcando os sexos feminino e masculino (CEBRID,1997). Essa situação atinge pessoas de diferentes grupos sociais, o que permite afirmar que o uso de drogas responde a aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos e psicológicos diferenciados. Com isso, é possível dizer que a ocorrência do uso e/ou abuso não se dá em um grupo de risco pré-determinado. Os dados estatísticos demonstram tanto a aceleração do uso de drogas lícitas (álcool, tabaco e medicamentos) quanto de drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack e etc). Com relação a faixas etárias abaixo de 12 anos, tem crescido o índice de uso inicial, principalmente das classes

menos favorecidas, uma vez que tais crianças, muitas vezes, são colocadas em situação de trabalho cada vez mais cedo.(Almeida, 1999)

Dentre os vários aspectos que envolvem o uso e o abuso de drogas na adolescência, os estudos atuais têm se preocupado em compreender os motivos individuais que levam os jovens a usarem e/ou abusarem das drogas. Os motivos variam desde a curiosidade até a busca de saídas para os conflitos da própria existência.(CEBRID, 1997)

De acordo com os adolescentes entrevistados, os conflitos nucleares vivenciados no período da adolescência parecem estar associados ao uso e/ou abuso de drogas sem, contudo, obscurecer a influência social com relação, principalmente, ao consumo de drogas lícitas, como é o caso do tabaco e álcool⁵, que são amplamente difundidos e tolerados entre os adultos.

A questão do uso de drogas abarca uma complexidade de aspectos, o que torna inútil tentar compreendê-los de forma unilateral. Entretanto, parece notório que o período de maior prevalência para o uso é o da adolescência, justamente por ser uma fase de busca de auto-afirmação e formação da identidade. As confusões apresentadas nos conflitos nucleares dessa fase da vida parecem contribuir para a iniciação e o abuso das drogas. Os relatos dos adolescentes, colhidos em campo, confirmam a afirmação.

Sem deixar de considerar os aspectos que não são de ordem psicológica, já que a questão do uso de drogas na adolescência não deve convergir para um ponto único (nos próprios relatos é possível perceber as relações do uso não apenas com os conflitos, mas o entrelaçamento destes

com outros aspectos, sejam de ordem social, cultural, biológica, etc), foi possível evidenciar que a formação da identidade e a consciência da aproximação de uma vida adulta revelam-se bastante conflituosas. Por vezes, a nova consciência de si mesmo oferece insegurança e a droga, aparentemente, fornece um alívio para esse momento de confusão. Mesmo que não seja a maioria dos adolescentes que busque essa possibilidade para atenuar o sentimento de angústia da crise de identidade, ainda assim, faz-se necessário instrumentalizá-los para evitar que, para alguns, a possibilidade de saída da crise seja uma opção superficial. E é esse um papel importante da escola e ao qual ela hoje não pode se furtar.

Após o estudo dos aspectos psicológicos relacionados à adolescência, as seções posteriores visam a descrever e analisar as variáveis mais importantes reveladas na pesquisa.

Para melhor visualização das variáveis obtidas em entrevistas com os dois grupos de adolescentes e com os professores, sugere-se recorrer aos quadros relativos às perguntas norteadoras da pesquisa com as respostas mais comuns, que se encontram no anexo B.

⁵ O IV levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras, 1997, realizado pelo CEBRID constatou que o uso inicial da maconha pelos estudantes está situado numa porcentagem de 7% a 10%, enquanto a do álcool é de 70% a 80% e o tabaco, 30% a 40% em média.

3 PREVENÇÃO COM REPRESSÃO, NÃO QUEREMOS!

3.1 Dimensões de Prevenção na Prática Escolar

A palavra prevenção origina-se do latim, *praeventionem*, que “significa ato ou efeito de prevenir”. Prevenir, por sua vez, do latim, *praevenire*, significa “vir antes, tomar a dianteira, dispor com antecipação, dispor de maneira que evite algum dano, ou mal” (Ferreira, 1999, p.1636). O ato preventivo, então, requer medidas que antecipem um fato, objetiva evitar que determinada situação ocorra para que se evitem conseqüências não desejáveis.

Em entrevistas realizadas, tanto com adolescentes quanto com professores do ensino fundamental e médio pode-se perceber um consenso com relação ao conceito de prevenção. De forma geral, os conceitos formulados apontaram:

“É uma medida que antecede um fato.” (P6, 06/03/01)

“São ações que visam a evitar que algum mal possa acontecer.” (Felícia, 17 anos, 2ºB, 06/12/00)

No caso da prevenção do uso indevido de drogas, essas conseqüências seriam relativas a várias ordens, entre elas biológica, psicológica, social.

Muitas foram as modalidades de prevenção que surgiram, ao longo do tempo, devido à explosão do uso de drogas, principalmente a partir de meados da década de 70. A legislação brasileira de combate aos tóxicos,

reconhecendo a necessidade de tratar as drogas não somente como um problema legal, mas também social, já em 21/10/76, regulamenta a lei nº 6.368 que, em seu artigo 5º, determina que nos programas de formação de professores devem ser incluídos temas referentes às drogas que provocam dependências física e/ou psíquica. No parágrafo único do mesmo artigo, consta também que os programas de ciências naturais, que integram o currículo do ensino fundamental, devem ter obrigatoriamente pontos que visem a esclarecer os efeitos dessas substâncias entorpecentes. Na realidade, nem um nem outro nunca foram nem são, a rigor, cumpridos, apesar de que essa lei vigora ainda hoje. Algumas propostas e projetos educativos, principalmente aqueles pautados pelos novos parâmetros curriculares nacionais, tentam modificar essa perspectiva. Em contrapartida, surgiram, a partir da regulamentação legal, modelos de prevenção que nem sempre estavam ou estão assentados em premissas éticas voltadas para a formação cidadã da criança ou do jovem. Entendendo, aqui, que essas premissas deveriam estar sustentadas pelo conceito de ética contemplado por Freire (1996), quando propõe:

“... uma ética que condena o cinismo do discurso, o falsear a verdade, o iludir o incauto, o golpear o fraco e indefeso, o soterrar o sonho e a utopia, o testemunhar mentirosamente. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de gênero, de raça e de classe. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles... falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como falo de sua natureza constituindo-se social e historicamente não como um “a priori” da História.” (Freire, 1996, p.17-18)

E entendendo a formação cidadã enquanto:

“... a formação que reforça o elo entre cidadania e ação política. Ou seja, tira o indivíduo da atuação passiva e o faz participar ativamente de sua responsabilidade política, assumindo o fato de ser co-participante no governo. Para efetivar essa participação na vida pública implica uma igualdade dos indivíduos em relação ao saber e à formação, isto é, permitir ao indivíduo, enquanto governado, ter conhecimento de seus direitos e deveres e que forneça subsídios para assumir sua posição de governante potencial.” (Gonçalves, 1994, p.10)

O termo cidadania, aqui, propõe aquele sentido de plenitude que ele, em sua conotação ampliada, revela, ou seja, *“a idéia de uma participação consciente e voluntária na totalidade dos deveres e direitos cívicos, o exercício, assim, da cidadania”* (Gonçalves, 1994, p.60). Vejamos, portanto, o porquê de se acreditar que as primeiras medidas (e também algumas medidas atuais que continuam sendo veiculadas) relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas não se deram dentro de um paradigma de formação para a cidadania e dentro de uma proposta ética que se apóiam naquilo que Freire (1996) chamou de *“ética universal do ser humano”*.

As modalidades de prevenção sempre estão sendo originadas a partir de interesses ideológicos que sustentam uma determinada sociedade. No caso do Brasil, o paradigma que ampara as políticas e leis antidrogas⁶ é o mesmo que deu sustentação ao pensamento científico até a metade do século XX, ou seja, o pensamento determinista, linear⁷. Vista por este paradigma reducionista, a droga é definida como:

“... uma matéria-prima vegetal, mineral ou animal, que pode também servir como base para substâncias

⁶ Como o próprio nome indica, a lei antidrogas está pautada no princípio da repressão.

⁷ Esse pensamento interage dentro de uma lógica funcional de causa e efeitos pré-determinados.

sintetizadas em laboratórios, da qual se extrai um ou mais princípios ativos. O adicto é o ser humano que se auto-regula dentro de um equilíbrio dinâmico tolerável, mas que, pelo uso contínuo de substâncias ativas externas ao corpo, vai desequilibrando-se e, com isso, têm aumentado as probabilidades de apresentar comportamentos inadequados ao convívio social, bem como de contrair doenças e morrer. O ser humano é, portanto, puro e saudável por princípio, e o que lhe acontece de mau ou ruim é por causa de substâncias externas a ele. Logo, se eliminarmos estas substâncias ou impedirmos o contato, eliminaremos o problema.” (Meirelles, 1998: 149)

Dentro dessa análise lógica e reducionista, as drogas e os usuários são os causadores de todas as conseqüências danosas. Por isso, estabeleceu-se, no final do século XX, a luta e, porque não dizer, a guerra antidrogas⁸.

A repressão, uma primeira concepção de prevenção, foi um mecanismo que não obteve êxito, devido ao seu discurso alarmista e moralista, como também por destoar da realidade concreta do usuário. Essa concepção origina-se, historicamente, do modelo jurídico-moral e, posteriormente, do sanitarista⁹, que privilegiam os aspectos legais e aqueles referentes ao perigo do uso das drogas. O usuário, nesse sentido, é considerado como um infrator ou como vítima de um mal que é a droga. Trata-se de uma visão reducionista que não leva em consideração fatores sócio-culturais, psicológicos e biológicos. Sua prioridade é o produto tóxico proibido, assim como os efeitos nocivos sobre o indivíduo que o consome e o perigo ao qual a sociedade está exposta. (Bucher, 1991)

⁸ Cabe lembrar que a lei 6368/76 foi advogada durante o período do regime militar (1964 – 1985) e o plano político deste modelo é marcado pelo autoritarismo e supressão dos direitos constitucionais. Sendo assim, a lei antitóxicos não teria outra perspectiva senão a do combate, a da educação proibitiva através de um discurso moralista.

⁹ Necessário se faz pontuar que ao lado do modelo sanitarista ortodoxo, ou seja, aquele que considera o uso abusivo de drogas enquanto uma enfermidade contraída ou genética (enfermidade biológica/mental) houve uma outra corrente da reforma sanitária, entendida como um movimento social que no final da década de 80, foi apresentado à sociedade brasileira como o caminho possível à contextualização das questões de saúde. Assim, a perspectiva atual deste modelo sanitarista para a compreensão do abuso de drogas está situado não apenas nos fatores de causa e efeitos pré-determinados, mas na contextualização entre homem, droga e meio sócio-cultural.

Os adolescentes entrevistados, tanto do grupo 1 que representou a “pedagogia repressiva”, quanto do grupo 2 que representou a “pedagogia da autonomia”, demonstram insatisfação com relação a tal tipo de abordagem quando relatam:

“ Estamos cansados de escutar estas palestras que não têm nada a ver com a nossa realidade e nem com a verdade. As pessoas costumam inventar muito em cima do real para ver se convencem os jovens a não usarem as drogas. Quando falam de drogas, geralmente querem nos assustar, com cenas horríveis, com slides e filmes ainda mais horríveis. Falam mal da droga, as pessoas que usam morrem de rir, caçoam, pois sabem que não é bem assim. Falam só do mal que a droga provoca, mas não admitem que ela também faz bem. Para quem gosta, este tipo de trabalho se torna uma “babaquice”. Acho que as palestras deveriam ser mais light, mais reais, mais concretas mesmo, levando em consideração aquilo que já sabemos. Falam também de uma proibição, da questão legal etc e tal, a gente sabe de tudo isto, só que quem vem falar coloca a droga num pedestal e as coisas não são bem assim.”(Fernanda,17anos, 1ºA, 06/10/00 - Grupo 1)

"Todos os palestrantes que vêm na escola dizem a mesma coisa: falam do mal que a droga traz , mostram aqueles cartazes e filmes horríveis em que o usuário sempre se dá mal. Na verdade, aqueles que usam pensam: "comigo é diferente, este pessoal não está com nada". É assim que ouço meus colegas usuários falando. Na realidade este tipo de trabalho é cansativo, entra num ouvido e sai pelo outro, não traz nenhum proveito, mas isto acontece porque o pessoal não sabe conversar com os adolescentes. O trabalho de prevenção na escola não deveria ser esta canseira, que impõe uma certeza de fora para a gente. Eles não sabem fazer prevenção. Prevenção com repressão a gente não quer não." (Márcio, 18 anos, 2º B, 06/12/00 - Grupo 2)

Como os adolescentes relatam, para a sustentação da proposta repressiva são utilizados argumentos de ordem moralista, sensacionalista ou,

ainda, emocional, objetivando chocar, amedrontar e alarmar a sociedade e, principalmente, os usuários. Esse tipo de discurso não obteve e continua não obtendo repercussão, visto que a exagerada forma de abordar os fatos não coincide, pelo menos de imediato, com aqueles efeitos que os próprios usuários experimentam. Tal ineficácia pode ser observada nos relatos dos adolescentes quando, em entrevista, lhes foi perguntado sobre a importância do desenvolvimento de projetos de prevenção do uso indevido de drogas em sua escola. Obtiveram-se respostas do tipo:

“Acho muito importante este trabalho na escola, pois, nem todos os pais têm abertura para conversar com a gente. O adolescente precisa destas informações para que ele possa escolher melhor sobre o que vai fazer de sua vida, só que não adiantam estas palestras cansativas que a gente está cansado de ouvir a mesma coisa. Droga faz mal, não use, ela mata, dá cadeia, enfim, eles querem aterrorizar para a gente não usar. Este papo é “careta”, a gente tem curiosidade de saber das coisas, mas queremos participar, dialogar. Com o adolescente não adianta impor, pois ele é do contra, gosta de mostrar que é livre para fazer o que quer. Igual aquelas propagandas que mostram o usuário se acabando, morrendo, aquilo é ridículo, pois quem usa, nem sempre acaba assim, se acaba é mais devagar. Também, quem usa só vê que está se acabando quando não tem mais jeito. Acho que um projeto legal é aquele que dá espaço para o adolescente falar, não é pelo medo que alguém vai nos convencer. Uma vez participei de uma palestra que o pessoal começou mostrando um tanto de gente morta, um pessoal seco, definhado, a gente começou a rir e o mais interessante é que o palestrante fumava. No final da palestra ele acendeu um cigarro e saiu fumando, a gente não agüentou, fomos atrás dele e metemos o ferro nele. Tá achando que só o bagulho que mata?” (Fabiana, 17 anos, 3ºA, 04/10/00 - grupo 1)

“Os palestrantes geralmente têm uma visão distorcida de jovem, acreditam que somos ingênuos e então trazem um

discurso moralista para a gente, acreditando que estão corretos e que têm a verdade. As informações que trazem, muitas vezes, já sabemos de todas através dos livros. A questão da prevenção não está apenas no fato de explicar o que a droga provoca, a questão é abrir a mente do sujeito para a responsabilidade diante de sua vida, mostrar e fazê-lo refletir sobre o que ele está fazendo e pode piorar a sua vida. Entende? Desenvolver estes tipos de atividades para a gente não tem validade, os palestrantes e as escolas deveriam entrar na linguagem e no mundo dos jovens, do jeito que fazem, não está com nada."(Malaquias, 13 anos, 1º B, 08/11/00-Grupo 2)

Outra característica dessa visão, como bem mostra o depoimento da adolescente, é o combate das drogas ilícitas e a omissão em relação às drogas lícitas que, inclusive, são incentivadas pela mídia para serem consumidas. Entretanto, elas não são, em sua essência, menos prejudiciais para a saúde dos usuários que as ilícitas. Assim, a idéia que se propaga é aquela que os usuários de “drogas mais pesadas” iniciam o uso pela maconha. Na realidade, dados estatísticos¹⁰ revelam que o consumo de drogas pelos jovens tem seu início, principalmente, pelo álcool e tabaco. **(Ver dados na página 49 - nota de rodapé n.º 5)**

A idéia de que os bons cidadãos não consomem drogas ou, quando consomem, apenas utilizam as drogas lícitas aposta numa proposta ideológica de incluídos x excluídos, ou seja, numa idéia de que os bons cidadãos são aqueles que estão dentro da lei.(Bucher,1991)

Ao perguntar aos adolescentes sobre a ênfase dada pela maioria dos profissionais da prevenção, relativa aos tipos de drogas tem-se:

¹⁰ IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras, 1997 -CEBRID.

“Eles falam de álcool e tabaco, mas muito pouco. Gostam de aterrorizar é com o bagulho, com a farinha e assim por diante. Álcool é prejudicial, mas pode né? Não dá cadeia, ninguém olha com olhos de mal para um adolescente que usa álcool, às vezes ele bebe acompanhando o próprio pai ou a família, mas deixa eles saberem que rola um bagulho. Aí o bicho pega. Acho que é esta mensagem, no fundo, é que é passada: Melhor beber que usar bagulho. A própria televisão diz isto o tempo todo e o governo aprova, tem a questão política por detrás, lá em casa a gente conversa sobre isto. A gente sabe que álcool é ruim também, mas falam muito é das drogas proibidas, são as mais faladas. Injetáveis eles adoram, quanto mais pesada, mais medo eles querem colocar. Ah! Do crack, também, eles gostam de falar. Gostam também de mostrar o gráfico subindo em relação ao consumo e dependência dos adolescentes, falando que o início do uso é quase sempre pela maconha. Gostaria de saber se isto é realmente verdade, mas verdade mesmo.” (Flor, 16 anos, 2ºB, 07/12/00-Grupo 1)

No sentido apontado pela adolescente, um trabalho de Carlini-Cotrim & Rosemberg (1991) aponta que os materiais didáticos utilizados em escolas de 1º e 2º graus, para tratar da prevenção do uso de drogas, apelam por procedimentos que denotam generalizações dos efeitos das drogas e também do percurso do usuário. Utilizam-se, para tanto, estatísticas alarmistas e infundadas. Isso pode ser confirmado pelo depoimento da adolescente.

A ineficácia dessas ações, na maioria das vezes, desperta os jovens para exercer a sua liberdade diante do proibido. Se a tendência do adolescente é marcar sua auto-afirmação, seu direito de escolha e com isso contradizer o “dito”, encontra aí um ótimo álibi para pôr à prova sua liberdade de escolha.

Com relação à forma (estratégia) ideal para abordar o tema com o adolescente, eles relatam:

“Você sabe, adolescente é meio rebelde, não adianta impor, se você vem na pressão não consegue nada. Adolescente é do contra, às vezes só para contrariar ele faz o contrário. Se os pais falam uma coisa de forma autoritária acontece o contrário, da mesma forma é na escola, se o professor ou qualquer pessoa quer mandar, quer exercer pressão aí pode saber que a coisa não anda, dá para trás. O negócio é abrir para discussão, deixar o adolescente falar das suas idéias, discutindo numa boa, talvez ele até mude de opinião, mas não pode forçar a barra.” (Milton, 16 anos, 1ºB, 08/11/00 - Grupo 1)

"Ah! Tem que chegar junto, senão não funciona mesmo. Adolescente é arredo, fica com o pé atrás. A gente desconfia de tudo e de todos e debochamos também, principalmente, quando querem convencer a gente na marra. A melhor forma é não vir com repressão, com força. Sabe como? Falar, conversar, pedir nossa opinião, não jogar '7/1' para cima da gente." (Kátia, 13 anos, 7ª B, 15/11/00-Grupo2)

Essas metodologias utilizadas pela concepção repressiva, buscando alcançar os seus objetivos, lançam mão de estratégias para apelar às emoções dos jovens. Tais estratégias variam desde palestras abordando, de forma exagerada, os malefícios causados pelas drogas até a apresentação de vídeos com fetos abortados, como conseqüência do uso da droga. Isso pode ser confirmado pelo depoimento consensual dos adolescentes, **quando indagados sobre os tipos de estratégias mais comuns utilizadas pela escola para abordar o tema:**

“ Geralmente são lâminas com dados estatísticos, slides com os tipos de drogas, filmes que mostram os adolescentes na lama, aqueles comerciais que a rede Globo gosta para aterrorizar o uso do pó e do crack. Tipo aqueles que a Cláudia Ohana participou uma vez, onde ela se consumia. Lembra? Tudo bem que possam mostrar

isto, mas é muito dramático para o meu gosto. Na realidade custa para a pessoa chegar naquele ponto. Isto não convence o jovem. Sem contar que se a gente criticar a Diretora é bem capaz de dar uma advertência. Os professores pedem pesquisa de vez em quando, mas é muito raro. O que mais acontece são outras pessoas, que vêm de fora, falarem para a gente.” (Márcio, 18 anos, 2ºB 06/12/00- grupo2)

Com relação ao aspecto metodológico, a propagação da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), também serviu de instrumento alarmista para coibir o uso das drogas, como se o principal fator de risco para sua contaminação fosse esse consumo. Evidente que se constitui como mais um fator, porém, para os usuários que se previnem dos danos associados ao uso, ou se são indiferentes a estes danos, esse discurso passa a ser ultrapassado e infundado, já que se sabe, hoje, que toda a sociedade se constitui em grupo de risco de tal doença.

“Nos tempos da AIDS, estes são particularmente agudos e fazem mudar radicalmente o panorama da questão social das drogas, com repercussões para toda a população, vivendo hoje em situação de risco no seu conjunto.” (Mesquita & Bastos, 1994, p.71)

Com referência a este aspecto os adolescentes relatam:

“O pessoal que vem dar palestra ou mesmo alguns professores que falam do assunto, pegam pesado na questão da AIDS, como se só quem usasse droga pegasse AIDS. Os colegas que usam comentam que não é assim, mas aí a pessoa acha que ele está zuando e já apela para a disciplina, chama até o disciplinário se a ordem não for mantida. É uma caretice danada. Ninguém tem o direito de pensar, de achar alguma coisa. A verdade é aquela que eles trazem e pronto!” (Fabrícia, 17 anos, 1º B, 04/12/00- Grupo2)

Freire (1996) salienta que um dos saberes fundamentais à experiência educativa é o conhecimento dos educadores no que se refere às dimensões que caracterizam a essência da prática. Uma dessas dimensões inclui a capacidade que o ser possui de apreender os objetos. Se essa dimensão não é levada em consideração, tem-se que o aprendiz funciona muito mais como “paciente” da transferência de conhecimentos do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. Se apreender requer construção e reconstrução, não há como realizar a apreensão diante de uma prática sem a abertura ao risco e à aventura do espírito. Podese apostar, desta forma, que um dos motivos que levaram à insatisfação e, em alguns casos, à superação desse modelo repressivo foi justamente a capacidade apreensiva que os sujeitos possuem. Segundo Freire (1987), a prática pedagógica alicerçada na concepção da “*pedagogia repressiva*”:

"Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo espacializado neles e não nos homens como "corpos conscientes". A consciência como se fosse alguma seção 'dentro' dos homens, mecanisticamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá "enchendo" de realidade. Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. Como se os homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles, que tivesse por distração "enchê-los" de pedaços seus." (Freire,1987,p.62-63)

Os sucessivos fracassos da prevenção baseados na repressão levaram profissionais de várias áreas do conhecimento, entre elas educação, saúde, psicologia, sociologia, antropologia etc, a discutirem e proporem uma nova abordagem preventiva, apostando, não nas interdições, mas na responsabilidade individual diante dos fatores de risco, já que o aumento do consumo e os fatores de risco não foram diminuídos diante das proibições.

Para atender tal perspectiva, tem sido discutida a idéia da educação preventiva, que leva em consideração a questão do consumo situado no contexto social e humano. O abuso do consumo deve ser analisado como um sintoma que ocorre em função de vários aspectos: biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros. O uso e o abuso são inseridos numa realidade concreta, focalizando a responsabilidade pessoal e não apenas apontando a droga como um produto perigoso. (Bucher, 1991)

Ao perguntar para os adolescentes, que participaram do projeto Adole-ser, sobre sua percepção em relação às estratégias utilizadas em suas atividades, foram obtidos os seguintes tipos de resposta:

“Todo mundo que participou deste projeto fala que ele o foi o primeiro que, realmente, abordou de forma aberta a prevenção, não sei se foi porque foram profissionais da N.P, pois têm maior conhecimento, foram os primeiros que falaram claramente para a gente...” (Maurílio, 17 anos, 1º B, 24/10/00 -Grupo2)

“Teve espaço para o diálogo e também eles não começaram com aquelas palestras cansativas, que falam que a droga faz mal. Primeiro criaram um espaço para discussão e reflexão através das oficinas e dinâmicas que nos despertaram para querermos saber de dados mais científicos depois. Aí entrou a parte de mitos e verdades e

a gente que tinha que tentar achar uma resposta. Todos queriam que eles voltassem para trabalhar de novo com a gente.” (Márcio, 18 anos, 2ºB, 06/12/000 -Grupo2)

“O mais legal foi que eles deixaram a gente se posicionar nas escolhas, escutando sobre o que a gente pensava. Tinha gente que mudava de opinião no meio das atividades. Foi muito interessante!” (Manoel, 16 anos, 2ºA, 04/10/00-Grupo2)

“O que eu mais gostei é que eles deram espaço para o adolescente se posicionar e é disto que a gente precisa.” (Marcos, 16 anos, 1ºB, 24/10/00 -Grupo2)

“Eu gostei porque no final cada um tinha que tirar sua própria conclusão, não teve nada imposto.” (Fátima, 18 anos, 07/10/00-grupo2)

“Foi diferente de tudo que eu já assisti, eles não mandaram fazer a escolha que era certa, deram espaço para discussão. Não foram aquelas palestras enjoadas. As oficinas é que eram legais. Acho que nunca vou esquecer deste trabalho, mexeu com muitos colegas que fazem o uso.” (Feliciano, 17 anos, 2º A, 06/10/00 -grupo2)

"Achei diferente de todas as palestras de drogas que participei na escola, quer dizer que já assisti, pois a gente não participa de nada, o tempo todo o pessoal só fica falando com a gente e a gente escutando e, muitas vezes, a gente fica dormindo ou zutando, pois não dá para agüentar. Eles deixam a gente falar o que a gente pensa, depois a gente sai na maior dúvida o que é melhor e o que pior, faz a gente pensar sobre o assunto mesmo." (Flávia, 13 anos, 7ªA, 07/10/00 - Grupo2)

Freire (1996) aponta que um outro saber necessário à prática educativa é a abertura aos outros, ou seja, a disponibilidade curiosa para a vida, pois a ética da abertura fornecerá a viabilidade do diálogo e, em consequência, da escuta.

“Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre no mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história.”
(Freire, 1996, p.153-154)

Neste sentido apontado por Freire (1996), o relato da adolescente parece muito pertinente:

“Nós não somos resistentes às informações, muito pelo contrário, temos muita curiosidade em tudo, só não dá para encarar estas idéias prontas que trazem para nós. No Adole-ser todo mundo queria participar, todos estavam super interessados, as turmas não viam a hora de chegar o momento delas participarem. Tudo isto porque eles deram abertura para a gente falar e partiram de nossas próprias dúvidas e experiências, vocês tinham paciência para nos escutar. Se eles tivessem chegado da forma que a maioria chega para falar, ou seja, dizendo o que é certo ou errado ou com aquela falação de sempre: de que a droga faz mal e mata, com certeza eles teriam sucesso.”
(Fernandina, 15 anos, 1ºA, 06/12/00 - Grupo2)

Freire (1996) ressalta a importância de se respeitar os saberes dos educandos, saberes estes socialmente construídos em sua prática comunitária, para que eles possam perceber uma coerência naquilo que é transmitido, assim como também estabelecerem acerca do aprendido uma verdade que lhes seja particular. A abordagem preventivo-educativa voltada para uma *“pedagogia da autonomia”* coincide com a proposta de Freire (1996), pois parte dos pressupostos dos valores da vida humana, incluindo a capacidade particular de auto-realização do ser humano. Leva em consideração a

contextualização histórica em que as pessoas estão inseridas, a sociedade e suas nuances, assim como o entendimento da produção das drogas na sociedade. Vista por esse prisma, é possível dizer que a dimensão ética dessa abordagem é de cunho não-moralista e preconiza a responsabilidade do cidadão em relação a suas escolhas, sua saúde e ao seu corpo. A proposta é direcionada para conscientização das crianças e jovens, no sentido de conseguir efeitos amplos, duradouros e multiplicadores. Tal abertura pressupõe que o papel dos educadores seja o de despertar no aluno uma consciência crítica, avançando para além dos conteúdos sistematizados, com o propósito de se aproximar cada vez mais da realidade social dele. Para tanto, é necessária uma revisão de valores e atitudes no sentido de contemplar a questão de forma mais dialética, democrática e humanizadora. Mais que uma proposta política, regulamentada por lei, esse tipo de ação preventivo-educativa requer do educador um comportamento ético e social para sustentar seus objetivos.

3.2 A Nova Proposta de Prevenção

Uma nova proposta que vem sendo utilizada por escolas e outros órgãos é a prevenção a partir de três níveis: primário, secundário e terciário.

A prevenção primária pretende atuar antes que haja o uso da droga. Deve ser iniciada na infância, associada a um quadro mais amplo de educação para a saúde. Deve contar com o apoio de *“educadores naturais, sendo pais e professores”* (Bucher, 1991, p. 32). Com os jovens e adultos, ela precisa voltar-

se para a conscientização e sensibilização diante de sua existência e, em conseqüência, para a responsabilidade de suas escolhas. Portanto, é esse o tipo de prevenção a mais necessária na escola, pois é a partir dela que será possível evitar que o adolescente faça o uso e/ou abuso da droga.

A prevenção secundária é um prolongamento da primária. No nível secundário, já houve o consumo de alguma droga, mesmo que de forma intermitente, e a preocupação aí é que a dependência não se instale. Assim, é importante dialogar com o usuário, tendo o cuidado de fazer intervenções para que ele possa se informar e, ao mesmo tempo, questionar-se a respeito do significado que atribuí a tal uso. Esse diálogo poderá vislumbrar outras possibilidades de escolha, evitando, inclusive, outros fatores de risco em que o usuário possa se envolver, ou seja, riscos legais, de saúde física e psicológica, etc.

É importante lembrar que o uso da droga por alguns adolescentes, enquanto experimentação ou rito de passagem, não se constitui em abuso ou dependência. Considera-se, também, que o uso de alguma droga possa acontecer esporadicamente nas vidas de algumas pessoas, sem necessariamente constituir-se em abuso, pois este é visto como um uso mais contínuo e em maiores quantidades. Por outro lado, nem todo abusador é considerado dependente. O dependente necessita da droga, de forma mais contínua, geralmente o uso é diário, e em quantidades cada vez maiores. Não é possível precisar qual usuário esporádico possa vir a ser abusador ou não, assim como não é possível prever se o usuário esporádico e abusador se tornará dependente. Inúmeras variáveis influenciam essa questão, ou seja,

aspectos socioculturais, biológicos, psicológicos, econômicos etc. A relação que o usuário traça com a droga parece ser um determinante para se instalar a dependência. Assim, é muito importante que as pessoas que estejam dispostas a contribuir com intervenções junto aos adolescentes usuários e/ou abusadores estejam abertas à escuta para compreenderem o significado do uso e/ou abuso.

Já a prevenção terciária pressupõe que a dependência esteja instalada.

“Atuando antes de um tratamento adequado, ela visa ajudar na formulação de um pedido de ajuda. Durante o tratamento visa a desdramatização da situação, sem, contudo minimizá-la, ajudando o usuário a não interromper o processo terapêutico. Após o tratamento visa uma ação conjunta com uma instituição especializada em reinserção social.” (Bucher, 1991, p. 31).

Vários fatores podem influenciar no sentido de não se realizar o tratamento da dependência, dentre eles, o desinteresse ou o conflito vivenciado pelo próprio usuário, a falta de condições econômicas, inexistência de programas sociais públicos, falta de apoio familiar, nível de dependência física ou psicológica etc. Nesse caso, a prevenção terciária visa a diminuir os danos que o uso possa causar. As medidas de prevenção enfatizam a conscientização dos usuários a respeito dos cuidados que eles devem ter ao fazer o uso da droga, ou seja, não compartilhar seringas, fazer o uso de preservativos (camisinhas) para evitar a contaminação pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e,

ainda, a substituição de uma droga por outra para tentar uma redução dos efeitos prejudiciais.

No Brasil, a oferta de prevenção terciária é relativamente dificultada por questões legais. Não existe, ainda, uma lei que permita ou favoreça campanhas de trocas de seringas usadas por seringas descartáveis ou que possibilite uma campanha de redução de danos que vise à orientação quanto à substituição de uma droga por outra. Como existe proibição quanto ao uso de drogas ilegais, a substituição é vista, ainda, como forma de incentivo ou permissão de uso, sem considerar, entretanto, que tal não é o objetivo da proposta.

Com relação aos níveis de prevenção utilizados, hoje, na proposta preventiva, os seis professores entrevistados mostraram-se desconhecedores de seus objetivos. Apontaram, apenas, que qualquer proposta de prevenção objetiva evitar o uso das drogas.

“Não sei se prevenção tem diferença de abordagem, prevenção para mim é conversar com os meninos para que eles não utilizem as drogas. Existem vários tipos?” (P5, 06/12/00)

“Sou leiga a respeito do assunto. Sei o que é prevenção de uma forma geral. Existem diferenças? Gostaria de entender.” (P2, 05/03/01)

“Existem níveis, nunca ouvi falar. Gostaria que explicasse, me interesse muito a respeito desse assunto.” (P3, 05/03/01)

“Sei, cá comigo, que tem diferença no trato com os adolescentes, mas não sei que diferença é esta. Esta

prevenção feita aqui na escola, pela Newton Paiva, foi qual?” (P6, 06/03/01)

“Existe diferença nas abordagens? Acho que esta prevenção que o grupo da Newton Paiva fez aqui no colégio não é preciso. Não tenho conhecimento de alunos que usem drogas aqui. Agora, acredito que na escola estadual que trabalho, aí sim, precisa de prevenção. Isto que vocês fizeram deu em quê? Fiquei sabendo que os meninos gostaram, amaram participar, mas eles não são usuários. É necessário socorrer as escolas de prefeitura e estado, lá sim, os meninos usam para valer. Quebram os carros dos professores, ameaçam os professores. Outro dia tive que conversar com uma professora para acalmá-la, pois ela discutia com uma adolescente drogada, os professores batem boca mesmo, não sabem nem o risco que estão correndo.” (P1, 07/03/01)

“Nunca ouvi falar sobre isto.” (P4, 07/03/01)

Os relatos dos professores revelam o desconhecimento em relação às propostas preventivas atuais. No relato de P1 é possível averiguar o mito de que são os adolescentes de classes populares que utilizam as drogas, o professor acredita que não seria necessário abordar a prevenção com os alunos de classe média. Aposta, também, que a prevenção seria necessária, apenas, para aqueles adolescentes que já fazem o uso das drogas.

Dos adolescentes entrevistados, tanto do grupo 1 quanto do 2, a maioria acredita que a prevenção na escola é de fundamental importância, pois acresce ao que os pais não têm condições de orientá-los. Acreditam, também, que é um problema com o qual eles convivem no cotidiano e, como a escola é o segundo local que eles ficam a maior parte de seu tempo, a instituição deveria fornecer-lhes subsídios para conviverem com uma situação que atinge

toda a sociedade. Os alunos que não consideram importante a prevenção escolar possuem um histórico de experiências repressivas com relação a ela.

O depoimento da adolescente ilustra de forma geral os relatos dos que dão importância à prevenção feita pela escola:

“O problema da droga atinge todas as pessoas, independente da cor, raça, nacionalidade, padrão social. Os mais riquinhos podem esconder o problema de uma forma melhor. Tampam o sol com a peneira, não deixam o “filhinho” na cadeia e às vezes ele não precisa traficar, mas o problema é o mesmo. Os pais devem falar de prevenção com seus filhos, são os primeiros responsáveis, mas a escola também deve falar de prevenção sempre, pois ficamos a maior parte de nosso tempo aqui. Nossa vida é escola e casa, praticamente. Para ser cidadão é necessário ser consciente. Como os adolescentes serão cidadãos conscientes se vivem dopados? É muito necessário fazer prevenção para nós, mas do jeito que a Newton Paiva fez, uma coisa aberta. Quando o pessoal do “Adole-ser” veio aqui muita gente saiu pensando se o melhor caminho era realmente continuar no uso. Muita gente saiu balançada. A escola deveria investir mais.” (Feliciano, 17 anos, 2ºA, 06/10/00-Grupo2)

O depoimento da adolescente aponta que é papel da escola a continuidade da prevenção que, provavelmente, pôde ter sido iniciada com a família. Aponta, também, para a desmitificação de que o aluno usuário é apenas aquele das classes sociais populares e para a necessidade de uma proposta preventiva que tenha como meta a formação do cidadão consciente, sendo necessária a prevenção para todos os alunos, usuários ou não, de classes sociais populares ou abastadas. O relato da adolescente mostra o equívoco de P1 ao confirmar que há usuários entre eles e que sentem a necessidade de um espaço de discussão acerca do tema.

Frente ao desconhecimento e às dúvidas apresentadas pelos professores no que diz respeito aos níveis de prevenção, fez-se necessário discutir com eles o assunto, informando-os sobre os objetivos diferenciados dos níveis de prevenção.

Foi interessante perceber, após a intervenção informativa aos professores, a disponibilidade para tentarem articular sua prática diária aos níveis de prevenção. Alguns professores buscaram pensar as necessidades de alguns alunos em especial, para tratar as demandas, já conhecidas, de forma diferenciada.

Quanto ao P1:

“Confesso que imaginei que a prevenção deveria estar voltada para os alunos que já apresentam alguma demanda de uso. Mas agora, sabendo como funcionam as propostas, é que vejo a necessidade de prevenir o quanto antes. A prevenção primária é a mais importante de todas, para evitar o abuso e a dependência. Vejo que eu estava equivocado. É fundamental ter essas informações.” (P1, 07/03/01)

É importante perceber como se faz necessário o melhor preparo dos professores para lidarem com essa temática. Eles se mostram preocupados com a situação mas, às vezes, são pouco ou nada instrumentalizados para intervirem de uma forma mais adequada em relação à questão.

No que diz respeito ao nível de prevenção, qualquer que seja, devemos transmitir mensagens que tenham credibilidade. Discursos alarmistas, repressivos ou de cunho moralista tendem a encobrir realidades que devem ser conhecidas para que, de fato, a prevenção seja eficaz.

A preocupação em formar cidadãos conscientes deve ser o principal objetivo de uma proposta de prevenção, visto que uma vida saudável requer, entre outros fatores, a implicação dos indivíduos em suas escolhas pessoais.

É possível finalizar esta seção assinalando que é no ato da participação consciente e voluntária em relação à gama dos deveres e direitos cívicos que o exercício da cidadania se efetivará. É importante, também, lembrar que a cultura da escola em sua rede de interações e relações está sempre repassando mensagens que são absorvidas pelos alunos em formação. Assim, pretende-se defender que a escola possui papel importante no processo de instrumentalização dos alunos quanto às abordagens preventivas do uso indevido de drogas.

4 PREVENÇÃO E ESCOLA

Nesta seção, serão tratados três aspectos muito discutidos em relação à prevenção do uso indevido de drogas na escola. São eles: a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos ensinos fundamental e médio que confirmam a importância da formação para a cidadania e a pertinência da inclusão de temas transversais oriundos das necessidades reais da comunidade escolar; os impasses da interação familiar na prática preventiva da escola e as divergências de concepções entre adolescentes e a escola a respeito da prevenção.

4.1 A Proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Tratando-se da inserção do tema transversal referente à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes no currículo escolar, buscaram-se subsídios nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, visto que a fase da adolescência compreende uma faixa etária situada nesses dois contextos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental e médio – PCN -, elaborados em 1997, ao proporem uma educação comprometida com a cidadania, elegeram, baseados no texto constitucional, como princípios orientadores da educação escolar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, participação ativa do cidadão no espaço público e co-responsabilidade pela vida social. Diante de tal proposta, uma

pergunta parece-nos pertinente: apenas os conteúdos convencionais, classicamente assumidos na escola, são suficientes para alcançarem esse fim?

A recomendação dos PCN do ensino fundamental ressalta que há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, entre eles questões como saúde, violência, os preconceitos, meio ambiente e outros temas da vida social.

Acrescenta que:

“A eleição de conteúdos, por exemplo, ao incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade, ao invés de tratá-los como dados abstratos a serem aprendidos apenas para “passar de ano”, oferece aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletirem e mudar suas próprias vidas. Por outro lado, o modo como se dá o ensino e a aprendizagem, isto é, as opções didáticas, os métodos, a organização e o âmbito das atividades, a organização do tempo e do espaço que conformam a experiência educativa, ensinam valores, atitudes, conceitos e práticas sociais. Por meio deles pode-se favorecer em maior ou menor medida o desenvolvimento da autonomia e/o aprendizado da cooperação e da participação social. Entretanto, é preciso observar que a contradição é intrínseca a qualquer instituição social e, ainda que se considerem todas essas questões, não se pode pretender eliminar a presença de práticas e valores contraditórios na atuação da escola e dos educadores. Esse não é um processo simples... O resultado desse processo não é controlável nem pela escola, nem por nenhuma outra instituição: será forjado no processo histórico-social.”
(MEC, 1997, p.26)

Além disso, os atuais PCN, tanto do ensino fundamental como do médio, incorporam a tendência da transversalidade, ou seja, a inclusão de um conjunto articulado e aberto de novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma

importância das áreas convencionais.

“O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos.” (MEC, 1997, p.29)

Vejamos alguns dos critérios adotados pelos PCN do ensino fundamental, para a eleição dos temas transversais no trabalho escolar:

Urgência social – Esse critério indica a preocupação de eleger como temas transversais questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida.

Abrangência nacional – Por ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou contemplar questões que, em maior ou menor medida, e mesmo de formas diversas, fossem pertinentes a todo o país. Isso não exclui a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais, e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes para sua realidade.

Favorecer a compreensão da realidade e a participação social – A finalidade última dos temas transversais se expressa neste critério: que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável.

Assim, os temas eleitos, em seu conjunto, devem possibilitar uma visão ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, desenvolvendo um trabalho educativo que possibilite a participação dos alunos.

Um dos temas transversais escolhidos pelos PCN do ensino fundamental é a saúde, que aborda:

“O nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. Falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho, estilos de vida pessoal. Atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são construídas desde a infância pela identificação com valores observados em modelos externos ou grupos de referência. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Mas a explicitação da educação para a Saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas – e não pacientes – capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.” (MEC, 1997, p.33-34,)

Com relação aos PCN do ensino médio, sabendo-se que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394) confere ao ensino médio a identidade básica, tem-se que:

“... é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação- cidadão.”(MEC,1997, In: <http://www.mec.gov.br/pcn>)

Na perspectiva da nova lei, o ensino médio deve contemplar, na prática educativa, a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Visto por este prisma, o objetivo da educação no ensino médio aposta no currículo, enquanto instrumentação da cidadania, devendo abarcar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: *" a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando a integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva."* (MEC,1997,In: <http://www.mec.gov.br/pcn>)

Segundo os PCN, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, a relação entre aprender na realidade e aprender da realidade a respeito dos conhecimentos teoricamente sistematizados, articulados às questões da vida real. Os temas transversais constituem-se, por isso, de singularidades específicas de cada realidade social e, portanto, os educadores devem ser capazes de ler e analisar as situações de necessidade para cada realidade em particular.

Dessa forma, para o ensino médio, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular quatro premissas básicas:

Aprender a conhecer - inclui a possibilidade de aprofundamento em determinada área de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento intelectual e o senso crítico, permitindo a compreensão do real.

Aprender a fazer - engloba o desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões.

Aprender a viver - trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

Aprender a ser - aborda uma educação comprometida com o desenvolvimento total da pessoa. Supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para elaborar seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si próprio, frente às diferentes circunstâncias da vida.

Os PCN dos ensinos fundamental e médio realçam uma educação voltada à formação de cidadãos críticos, capazes de serem responsáveis por seus projetos existenciais. Favorecem, portanto, um currículo aberto que abarque as necessidades complexas para a formação dos indivíduos. Tendo como alicerce as premissas dos PCN, é possível considerar a prevenção do uso indevido de drogas como um tema transversal no ensino médio, necessário e pertinente à formação dos cidadãos.

Nesse sentido:

“O currículo é um terreno de produção e de política cultural no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.”
(Silva, 1994, p.28)

Nessa perspectiva apontada por Silva, a visão convencional do currículo é rejeitada e, ao invés de ser um veículo de algo a ser transmitido e

passivamente absorvido, o currículo passa a ser um terreno em que ativamente se desenvolverão as relações reais e concretas da vida sócio-cultural dos educandos. *“Para isso é necessário que os analistas críticos se tornem menos “escolares” e mais “culturais”.* (Silva, 1994: p. 33)

A contestação e transgressão que Silva aponta diz respeito à necessidade de os educadores estarem atentos às realidades apresentadas pelo aluno-cidadão pois, ao contrário, sutis mecanismos de controle e poder podem abafar a postura ética do educador, no sentido de atender normas racionalistas, pré-fixadas, colocando à deriva a formação do educando.

Tendo em vista todos esses aspectos, parece ser possível afirmar que a inserção do tema transversal referente à prevenção do uso indevido de drogas se faz pertinente às propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, constituindo-se, inclusive, como parte de seus documentos, ou seja, a saúde para o ensino fundamental e o aprender a ser para o ensino médio.

Nesse sentido, Busquets & Leal, assinalam:

“Finalmente, o conhecimento que as diferentes intervenções que as pessoas podem fazer para modificar um comportamento não desejado, assim como o valor da tomada de decisões e a responsabilidade individual destas, serão outros fatores fundamentais a tratar. Esta mesma perspectiva leva-nos a considerar que o tema da dependência de drogas deve ser abordado no âmbito escolar a partir da necessidade de tomar consciência e conhecer aquelas situações e relações que favorecem a autonomia e auto-estima, bem como aquelas outras situações e relações que favorecem dependência de todo tipo, não só dependências de produtos como as drogas mas também dependências sociais como o consumo, a moda, etc. Assim, gera-se a necessidade de um conhecimento das intervenções e decisões responsáveis que ajudam a manter um equilíbrio saudável com o

ambiente, a fim de que as relações com ele deixem de ser dependentes e passem a ser autônomas.” (Busquets & Leal, 1999, p.72)

A prevenção do uso indevido de drogas é reconhecidamente, uma demanda que se caracteriza enquanto uma urgência social de abrangência nacional, vista a grande preocupação de várias autoridades governamentais, pais e educadores, com relação aos altos índices de consumo de drogas por adolescentes, nas últimas décadas.

As propostas teórico-críticas mais recentes acreditam num trabalho articulado com a realidade social dos alunos, que lhes forneça subsídios para a formação de uma consciência mais crítica e reflexiva diante de suas escolhas, com base no conhecimento e respeito de suas experiências e valores.

Entretanto, em geral, como apontam Carlini-Cotrim (1991), Bucher (1991), Silveira Filho (1996), Lescher (1998), Albertini (1998) e outros, a prática escolar usual veicula, ainda, no espaço escolar, formas autoritárias e repressivas para abordar o tema, pois não são levados em consideração os valores, conhecimentos e experiências dos alunos. Nesse caso, o assunto geralmente é abordado de forma passiva, já que, através de um discurso de combate, são demonstrados aos jovens os malefícios advindos do consumo das drogas. Tal discurso proibitivo, estigmatizante e aterrorizante não tem privilegiado a capacidade de posicionamento dos jovens e, por vezes, pode, inclusive, contribuir para que eles desafiem a lei imposta, característica essa inerente à própria fase adolescente.

“... a escola deve ter o cuidado para não contribuir com qualquer forma de rotulação, discriminação ou

marginalização do usuário eventual ou assíduo do uso de drogas. Além das óbvias razões humanitárias para proceder dessa maneira, não podemos esquecer que a escola, na figura de seus agentes institucionais, desempenha um importante papel na formação da identidade dos jovens. Uma ação desse tipo, vinda com o peso da autoridade de um agente socializador oficial como a escola pode ajudar a sedimentar no usuário o estigma de não pertencer, de ser diferente, de não ter espaço no universo, supostamente “higiênico”, do ambiente escolar. Estabelecida essa marca na identidade do jovem em formação, as possibilidades de alteração da situação tornam-se bem mais remotas.” (Albertini, 1998, p. 55)

Maior tarefa que educar para a passividade, através de discursos autoritários, seria fornecer subsídios aos adolescentes para o desenvolvimento da reflexividade no sentido de compreender suas motivações subjetivas e sociais para o uso das drogas, bem como uma postura pessoal autônoma e responsável diante das próprias escolhas.

“A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. Ao contrário da “bancária” a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é sua intencionalidade, nega os comunicados e existência a comunicação. Identifica-se com o próprio da consciência que é sempre ser consciência de, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma, no que Jaspers chama de “cisão”. Cisão em que a consciência é consciência de consciência.” (Freire, 1988, p. 67)

A princípio, as proposições dos PCN tendem a apontar para a necessidade de desenvolvimento de atividades escolares que extrapolem a mera transmissão de conhecimentos prescritos. Vistas por esse ângulo, priorizam a formação do cidadão tendo como referência a contextualização das intenções e motivações subjetivas, objetivando dar sentido aos processos sociais. Grande parte da literatura educativa, também, tem dado ênfase à formação do indivíduo enquanto cidadão salientando a importância do desenvolvimento de atividades educativas que abranjam um fazer mais crítico, aberto às experiências particulares dos alunos. Algumas pesquisas têm contribuído para estudar a prevenção enquanto tema transversal necessário à realidade do cotidiano escolar, já que se constitui como uma demanda social emergente. Entretanto, tradicionalmente a formação dos educadores brasileiros não contemplou e, ainda, muitas vezes, não contempla essa dimensão, não incluindo no currículo de formação de professores conteúdos voltados para a formação política e para o tratamento de questões sociais. A concepção de formação sustenta-se, ainda, na maioria das vezes, épocas anteriores sustentou-se na crença da neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo, concepção que já foi suficientemente criticada e que se encontra em fase de busca de superação¹¹. Os educadores, embora conscientes de seu novo papel, encontram-se despreparados para as novas ações que a demanda exige. A implementação do projeto educativo atual solicita um processo de mudança na formação dos educadores e, ao mesmo tempo, exige daqueles

¹¹ Um conjunto de publicações da área, nos últimos cinco anos, reforça esta tendência: assinalam as rupturas na formação do professor e sugerem formas e processos de superação, a partir de pesquisas desenvolvidas no País. Ver em especial: Becker (1998), Goergen e Saviani - orgs - (1998), Candau -org.- (1998), bem como números especiais das revistas: Cadernos CEOES, v.44,1988; Revista da FAE/USP, V. 22, 1996 e Educação e Sociedade, n. 68,1999.

que já estão na prática educativa novo posicionamento, mesmo que não tenham sido preparados para isso. Portanto, é necessário reconhecer que as propostas dos PCN são pertinentes e ideais à formação do cidadão, podendo se inserir nelas o tema da prevenção do uso indevido de drogas. Por outro lado é possível analisar que entraves de toda ordem não deixarão de existir em função de uma proposta que ofereça a visão múltipla do fazer educativo, sendo necessário que os educadores criem e recriem novas formas de inserção do tema à proposta pedagógica.

A questão que se coloca é de como a prevenção do uso indevido de drogas, enquanto tema transversal necessário à formação do cidadão, pode ser contemplada no projeto educativo da escola. Por um lado ele pode estar assentado dentro das propostas dos PCN, mas como transcender à proposta escrita atingindo a efetividade pela ação?

Quando se perguntou aos professores participantes da pesquisa se eles tinham conhecimento da proposta atual dos PCN, todos foram unânimes em dizer que seria contemplar temas transversais necessários à formação da cidadania. Ao se indagar sobre as medidas adotadas para trabalhar a prevenção do uso indevido de drogas, obteve-se de P1, P2 e P3 que este tema era abordado a partir do programa curricular, pois o tempo era insuficiente para estender o assunto. P5 apontou que vez ou outra, quando surge o assunto entre os adolescentes ele comenta algo. P4 e P6 afirmaram que abordam o assunto quando algum palestrante de fora faz atividades na escola e os alunos comentam em sala. Obteve-se, ainda, como

resposta, por parte de alguns professores, que eles não abordam o assunto por não serem pagos suficientemente para extrapolar os conteúdos sistemáticos, estabelecidos pelo currículo escolar. Essa visão se constitui numa realidade pois, como comentado anteriormente, a formação dos professores, em sua grande maioria, não abarca a dimensão social da formação dos cidadãos. É interessante lembrar, que se os professores do ensino particular possuem tal visão, argumentando com base no salário recebido, o que dirão, então, alguns professores do ensino público que convivem com a realidade das drogas na escola e, como é de conhecimento geral, auferem salário ainda menos gratificante.

É possível perceber que, mesmo diante da proposta dos PCN, na realidade, algumas vezes, a ação educativa tem sido indevida. Portanto, é notório que não basta elaborar novas leis ou propostas educativas. Paralelo a isso é necessária uma nova concepção de mundo e de homem por parte dos educadores para que não só a lei, mas também a prática educativa adequada à realidade, sejam efetivadas.

4.2 A Aliança Escola-Família na Prevenção do Uso Indevido de Drogas

A modernidade encarregou a instituição escolar da responsabilidade de atender a programas de reforma social que nem sempre estão previstos em projeto. A mudança de localização das forças de socialização para a escola tem tido conseqüências no entendimento da ação educativa, na ampliação curricular e, principalmente, no papel dos professores. Por isso, uma das temáticas sociais enfrentadas hoje pelos educadores refere-se ao trato das

possíveis intervenções dirigidas aos jovens, para prevenir o uso e/ou abuso de drogas.

Uma das estratégias utilizadas por profissionais da educação é a participação dos pais nas práticas escolares de seus filhos. Essa tendência, na atualidade, tem sido discutida por especialistas em educação. Enquanto alguns explicam-na como um *“apelo a um aprofundamento democrático baseado na participação”*, outros, mais conservadores, atestam que *“as funções dos sistemas escolares agridem às competências legítimas dos pais na orientação e na proteção de seus filhos.”* (Sacristan, 1999, p. 217)

Todavia, despreparada que está a escola para reagir a uma demanda de “imperfeição social” a que certamente ela é chamada a acudir, sua saída tem sido recorrer a essa remodelação de legitimidades, as quais têm sido entendidas como conseqüências das mudanças sociais e culturais que ocorrem nas sociedades e culturas pós-modernas.

Segundo Sacristan (1999):

“isso não é explicado somente pela esperança de constituir uma comunidade democrática em torno das escolas; por baixo desta tendência, pode estar a intenção tanto de ceder poder como o de não assumir responsabilidades.” (Sacristan, 1999, p.217).

Atualmente, em vários países, a participação dos pais nas escolas é estimulada pelos governos, como uma nova forma de legitimação, buscando redefinir e esclarecer outras formas de controle educacional. (Sacristan,1999) Entretanto, à parte as tendenciosidades ideológicas, é notório que o adolescente, estando numa fase de busca de identidade e auto-afirmação,

necessita, para estruturar sua personalidade, de estar circunvolto de referenciais e limites coerentes e comuns. Já que essa construção gira em torno da família e da escola – pois são nelas que alguns, supostamente, passam a maior parte de suas vidas – o mais viável e sensato seria a união das forças de ambas em um eixo para executarem uma proposta comum, formando aí uma ponte.

Quando se perguntou aos adolescentes sobre **“quem deveria abordar a prevenção do uso indevido de drogas”**, a maioria dos entrevistados, de ambos os grupos, coloca que quem deveria iniciar a prevenção seriam os pais e quem deveria dar continuidade seriam os pais e a escola e que, ainda, os pais poderiam ser melhor preparados para abordar o tema com seus filhos pela própria escola. Acreditam que dividem o tempo de suas vidas entre família e escola, portanto as duas instituições deveriam se unir para que a prevenção fosse mais efetiva e coerente. A minoria dos adolescentes do grupo 2 relatou que a prevenção deveria ser feita somente pelos pais. Interessante perceber que essa minoria relatou experiências repressivas de prevenção na escola, não julgando ser viável sua interferência sobre o assunto. Os relatos da maioria dos alunos, referentes a tal pergunta, giraram em torno dos depoimentos abaixo:

“A prevenção deve ser iniciada em casa, com a família, os pais têm muita importância nisso, pois os valores que eles passam para a gente são importantes para a vida toda. O diálogo entre pais e filhos é o mais importante, só que nem todos os pais têm abertura para falarem disto com os filhos, às vezes até fazem de conta que não sabem que os filhos usam drogas para não sofrerem ou porque não sabem o que fazer ou ainda espancam seus filhos quando

ficam sabendo do uso. Acho que a escola entra aí, já que passamos muito tempo dentro dela, nossa vida é escola e casa. A escola poderia inclusive preparar os pais sobre o assunto, mas o que a gente vê é a escola chamando os pais para dizer que eles têm que fazer alguma coisa com seus filhos que usam droga; pode até não expulsar, mas a questão não é tratada em aberto. Sinto que a escola também não sabe o que fazer, aí passa a batata quente para frente, faz de conta que não tem nada a ver com isso. A família que se vire com seu filho drogado e, às vezes, os próprios pais têm problemas com drogas e a escola não sabe. O que deveria acontecer mesmo era uma união entre a família e a escola para se prevenir as drogas. Talvez, assim as coisas melhorassem.”
(Fernanda, 15 anos, 1ªA, 06/12/00 - Grupo 1)

"Acho que a família e a escola deveriam se unir para prevenir o consumo de drogas pelos adolescentes. A família, como é o primeiro contato que temos, deveria sempre ser a primeira e a escola deveria dar continuidade, já que passamos muito tempo dentro dela. Ela é para nós uma continuação de casa, ela é referência de educação. Às vezes, um aluno escuta muito mais os professores, dependendo dos pais que ele tem, do que os próprios pais. Por isto eu acho que a escola deveria se unir à família para ajudar na prevenção. Hoje em dia a gente só escuta falar sobre consumo de drogas por jovens, ficam dependentes com maior frequência. Se não houver união de família e escola na prevenção, este número vai aumentar cada vez mais. Só que a escola tem que se abrir mais para isto, trazer os pais para dentro da escola, não apenas para dar advertência para os alunos, ou para contar o que está errado e passar o problema para os pais resolverem sozinhos.”(Feliciano, 17 anos, 2ªA, 06/10/00- Grupo2)

Os relatos apontam para a importância da interação família - escola na prevenção. Retratam o despreparo de alguns pais para abordar o assunto, inclusive por serem, em alguns casos, também usuários de drogas. Abordam também despreparo da própria escola em intervir de forma adequada, seja na intervenção junto ao aluno, seja na orientação aos pais. As adolescentes percebem a falta de vínculos e integração família - escola no trato da questão,

o descompromisso da escola na busca de soluções e o autoritarismo frente ao assunto tanto por parte da escola quanto por parte de alguns pais, o que é confirmado por outros adolescentes.

"Acho que as escolas deveriam se preparar melhor para orientar os pais, pois nem sempre eles tem estudo suficiente para terem informações para passar para seus filhos, também existem casos que os pais têm estudo mas não sabem chegar junto para conversar, são envergonhados ou durões. Se a escola se preparasse para preparar os pais talvez a prevenção fosse mais eficiente." (Flor, 14 anos, 8ª A, 07/10/00 - Grupo 1)

"Eu acho que toda prevenção deve ser começada com os pais, os principais responsáveis pela a educação dos filhos, porém a escola também deve ajudar, pois passamos muito tempo dentro da escola. Ela também é nosso referencial. A escola deveria estar mais aberta, inclusive para receber e orientar os pais em questões comol esta. Você sabe, têm muitos pais que são muito autoritários, não sabem conversar com seus filhos e, às vezes, são usuários também." (Fátima, 18 anos, 1º B, 07/10/00- Grupo 2)

"A escola tem papel fundamental na prevenção, deveria ajudar as famílias com relação à prevenção. Ou quem sabe alguns pais mais abertos não poderiam ajudar alguns professores a serem menos repressivos? Os pais devem ser os primeiros a darem base para nossa formação, mas a escola deve se empenhar também, não apenas repassar conteúdos. A gente fica, se bobear, mais tempo dentro da escola do que em casa." (Maurílio, 17 anos, 1º B, 24/10/00 - Grupo2)

Pode-se dizer que dentro da concepção participativa as competências não são exclusividades, ou seja, as funções básicas dos professores, no que se refere ao desenvolvimento do ensino e da educação, podem ser complementadas e, às vezes, até supridas a partir do envolvimento

dos pais, pois é certo que a função básica da educação não é eliminar as lacunas apresentadas.

“Esse componente cognitivo profissional é uma ferramenta para fazer valer a especificidade do grupo que o desempenha: os membros da profissão querem tê-lo e dizem possuí-lo com exclusividade, o que é mais verdadeiro em alguns casos do que em outros. Embora estejam bem-formados e tenham boa experiência dominaram aspectos que somente eles saberão utilizar, mas dificilmente poderemos dizer que são monopolizadores absolutos das habilidades de saber educar e ensinar, porque estas são pautas culturais muito compartilhadas.” (Sacristan, 1999, p. 222)

São muitos os questionamentos a respeito dessa situação. Um deles é a eliminação de conflitos explícitos e disfarçados com relação à aproximação professores-família, a outra é como evitar que essa demanda de participação dos pais no ensino e educação não represente discriminação para os que não podem participar. É evidente que nem sempre é possível levar todas as famílias para dentro da escola, dadas as dificuldades de toda ordem: cultural, econômica, social, etc., bem como os valores que serão apresentados por elas.

Quando se aponta para a aliança escola - família na prevenção do uso indevido de drogas, está implícita uma unidade social necessária à consolidação de forças mais integradas para o desenvolvimento de um projeto educacional que tem como mediação a formação para a cidadania. Nesse sentido, não é possível educação sistematizada sem a escola, pois esta possui um papel significativo e único para a formação do cidadão. Em contrapartida, a escola necessita do apoio e participação das famílias, já que toda criança está

o tempo todo construindo os seus referenciais de identidade com base na educação familiar. O depoimento de P6 revela que:

“A gente percebe, na maioria das vezes que os pais estão mais presentes na escola quando o menino perde nota, não vai passar, aí eles querem saber o que está acontecendo, querem conversar com o professor. O problema já está tão amplo que várias coisas têm que ser feitas. Eles, na maioria das vezes, encobrem o problema com outro problema e não querem perceber quando há o uso da droga, negam o problema, principalmente se tratando de classe média, pois supostamente o menino tem tudo que precisa. O pior de tudo é que algumas escolas e professores também não sabem enfrentar o problema, aí colocam a questão para os pais resolverem, não fazem nada, a escola várias vezes nega o problema.. A escola tem o costume de chamar os pais somente quando existe problema. Na escola pública já é um pouco diferente, o menino usa droga e todo mundo sabe, só não fazemos nada porque não queremos ou porque não sabemos o que fazer, ou às vezes fazemos tudo trocado, a escola não nos prepara para isto. Considero ser muito importante a participação dos pais na escola, até porque para a gente construir valores com esses meninos é necessário conhecer os valores das famílias, tem coisas que a gente não sabe. O pior é que ficam as famílias de lá pensando o que fazer, o que a escola pode fazer e nós de cá fazendo quase nada.” (P6, 06/03/01)

Fica evidente no discurso de P6 a necessidade da escola preparar os professores para que eles possam fornecer subsídios às famílias e para que tenham claro para si qual é realmente o seu papel enquanto educadores. Reforça a questão do despreparo tanto da escola particular quanto da escola pública para lidarem com o tema, colocando o problema, na maioria das vezes, apenas nas mãos dos pais. Revela também a necessidade de uma aproximação das famílias com a escola para que os professores tenham maior conhecimento dos seus valores, para daí proporem uma ação conjunta.

A grande questão que se coloca é com relação a quando, a como e quem irá começar este movimento.

Conforme sugere Sacristan (1999), na pós-modernidade essa situação está definindo-se num tipo de profissionalismo docente paternalizado e num paternalismo escolarizado.

As principais queixas de professores referentes a tal questão é que sentem dificuldades em saber estabelecer junto aos pais os limites de atuação de cada um, já que por muito tempo a escola, devido a sua concepção educativa enquanto transmissora de conhecimentos, não precisou dos pais.

“Considero importante a participação dos pais na escola, porém a escola tem que ter claros quais são as funções de cada um, senão as coisas podem ser atropeladas, o professor por sua vez tem que ser preparado para lidar com isto, pois reinamos por muito tempo sozinhos na escola. A diferença é que a escola, anteriormente, apenas transmitia conhecimentos e agora ela se vê obrigada a tratar de temas que são sociais e sendo assim terá que entender que novo processo é este.” (P5, 06/12/00)

Todos os professores propõem que a escola deva fornecer maior preparação para que possam atuar de forma mais efetiva. Eles, nesse sentido, esperam que a demanda parta da escola, é possível perceber isso nos discursos dos seis professores entrevistados. Os relatos apontaram que:

“Sinto que é necessário que a escola faça alguma coisa, ela tem que nos preparar para essa nova demanda, pois não somos preparados. A gente faz uma coisinha ali e acolá, mas não é o suficiente, são ações isoladas. Na minha disciplina eu converso com os alunos, mas é de vez em quando, é necessário uma ação mais consistente.” (P5, 06/12/00)

O relato traduz a necessidade e a certeza de que é necessária maior preparação para os professores lidarem com o tema, pois têm agido de forma isolada, o que não julgam suficiente. Em contrapartida, quando perguntados sobre o que têm proposto no sentido de aprofundar o tema de forma consistente, todos os professores responderam que nunca propuseram nada e o que sempre fizeram foi trabalhar, vez ou outra, com o tema, vinculando-o ao currículo prescrito. Parece notório que existe a consciência, por parte dos professores, da importância relativa ao tema, mas a inércia ainda prepondera.

Por outro lado, como aponta Sacristan (1999), a história da escolarização tem sido paralela à desfamiliarização. Isso significa que a família tem colocado nas mãos da escola o seu papel natural de educação, acreditando que sua responsabilidade pode ser suprida pela escola. Por sua vez, a escola, despreparada que está para lidar com a demanda, não tem encontrado subsídios necessários para construir junto com as famílias referenciais coerentes e efetivos para a educação dos jovens. Assim, a aliança escola-família solicita uma postura mais solidária que convide os pais a estarem *sendo-com* seus filhos e a escola *sendo-com* a comunidade.

Remetendo essa questão à teoria freireana, somente no libertarse da concepção bancária de educação é que se pode construir, desconstruir e reconstruir algo novo junto com a humanidade. Denomina-se educação bancária aquela que só deposita conhecimentos, ou seja, prescreve o necessário, não dá vazão à humanização dos homens, no sentido de construir juntos um novo paradigma. A educação libertadora, ao contrário, cede espaço para os homens se humanizarem através das relações, não

pensa o homem apenas no mundo, mas o homem com o mundo e por isso ela transforma o ser num cidadão. A dicotomia homem-mundo, nessa concepção, é inexistente e é por isso que ela acredita que a educação não se dará no isolamento, mas na aproximação das pessoas histórico-culturais que fazem parte do processo educativo. A educação libertadora, ou transformadora, não opta por uma paz social falsa, ela convoca os conflitos para que, através de sua explicitação, possa revolucionar a ordem e recriar os significados de um determinado fenômeno. Talvez, pensando sob esta ótica e ética, é que será possível estabelecer laços entre as principais instâncias educacionais nas quais a criança ou o jovem convive, conseguindo então atingir o objetivo de sua formação para a cidadania.

4.3 Prática Escolar: a escola não sabe do que a gente precisa!

No que se refere à prevenção do uso indevido de drogas, adolescentes e escola têm vivenciado direções opostas. As perguntas feitas à Diretora, à Supervisora, aos professores e aos alunos podem revelar as percepções diferenciadas em relação à prevenção. Todas as perguntas aqui tratadas foram feitas com a intenção de avaliar como a escola tem atendido a uma demanda real apresentada pelos adolescentes.

Para a questão: **“O que a escola tem feito em relação à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes?”** foram encontradas respostas que denotam um grande desencontro entre aquilo que a escola oferece e o que os alunos indicam como desejo e/ou necessidade.

Diretora:

“Às vezes. promovemos palestras para os adolescentes e família, os professores têm que acompanhar sua turma para discutir com os alunos depois. Sempre vêm especialistas de fora dar palestras para eles. O problema é que nem sempre as pessoas abordam de forma eficaz o problema, a gente percebe que fica algo a desejar. Tem vezes que a gente sente os palestrantes mais despreparados que a gente mesmo.” (Diretora Z, 06/10/00)

Supervisora:

“É muito importante a prevenção na escola, os meninos precisam muito. Precisamos conscientizá-los a respeito das drogas. Sempre chamamos alguém para falar, apesar que eles não prestam muita atenção, parece que não gostam de palestras para tratar de assunto que é do interesse deles mesmos. Eles têm curiosidade, mas na hora não participam, com alguns mais rebeldes temos que fazer valer a disciplina para eles participarem. Mexer com adolescente, você sabe, não é fácil.” (Supervisora F, 06/10/00)

Professor:

"A gente fala uma coisa ou outra, nada de muito organizado ou preparado, tentamos responder algo que os alunos necessitam, alguma dúvida. A escola, às vezes, traz pessoas de fora para falar para eles.” (P1, 06/10/00)

Adolescentes:

“A escola chama uns palestrantes chatos para falar tudo que a gente já sabe: droga mata, droga é isto, droga é aquilo, droga dá cadeia, maconha emburrece, só que antes de emburrecer ela dá prazer e se a gente falar isto é capaz de chamar nossos pais porque acham que a

gente é usuário. Estas palestras não ajudam em nada, é um saco participar desta falação, só falam dos danos no organismo e a gente fica escutando. Estas palestras chatas não estão com nada. O pessoal da escola que está com a gente o tempo todo, professores, supervisora, diretora, a maioria não sabe conversar com a gente. Acham que tudo é na base da pressão. A escola não sabe do que a gente precisa.” (Messias, 15 anos, 1ºB, 04/10/00- Grupo 1)

" A escola não faz, ela manda fazer. Acontecem umas palestras chatas falando do mal que a droga provoca, a gente está cansado de saber dessas coisas. Acho que isso não adianta, pois mesmo já sabendo desses efeitos , desses prejuízos muita gente usa. A coisa não deveria ser assim, penso eu. A escola não se prepara aí fica tercerizando serviços que nem sempre são bons para nós.” (Messias,, 15 anos, 1º B, 04/10/00- Grupo 2)

A escola, nas figuras da diretora, supervisora e professor, percebe a necessidade de se abordar o tema, porém coloca a responsabilidade nas mãos de pessoas de fora do contexto real vivenciado pelos alunos, apela para palestras que abordam a droga de forma repressiva. Professores e alunos devem participar para depois comentarem sobre o assunto, tal participação é feita de forma arbitrária tanto para alunos quanto para professores. Não há sensibilização para nenhuma das partes se envolverem na proposta, como também não há trabalho efetivo desenvolvido pela própria escola. O tema somente é abordado a partir de demandas externas.

Os alunos, dos dois grupos, por sua vez reclamam das palestras vindas de fora, pois as percebem, na maioria das vezes, inúteis para suas vidas, já que são totalmente desvinculadas de sua realidade concreta. Apontam para a falta de envolvimento da comunidade escolar, assim como realça o

despreparo da escola para abordar, pois a estratégia utilizada para lidar com a verdade é a repressão.

"O que a escola faz ao perceber o uso de drogas pelo adolescente?" Com relação a esta pergunta foram obtidas as respostas:

Diretora:

"Nós não expulsamos, assim como fez aquela escola Parque do Rio (Revista Veja, Maio,2001). Acho aquilo um absurdo, a questão tem que ser discutida. Nós chamamos os pais e falamos o que estamos percebendo para que eles possam tomar mais cuidado e perceberem o que é possível fazer pelo filho. Mas isto é um caso muito raro. Às vezes a gente percebe um ou outro com um comportamento mais estranho, mas é muito difícil, não temos tantos casos." (Diretora Z, 21/05/01)

Supervisora:

"Nós chamamos os pais para tomarem conhecimento, conversamos com o aluno, às vezes o advertimos se o uso for dentro da escola, tentamos orientá-lo dentro de nossas possibilidades." (Supervisora F, 06/10/00)

Professor:

"Geralmente, se a gente tem intimidade com o aluno, chama a atenção, conversa, alerta sobre os perigos. Quando o caso é mais grave a gente passa para a diretoria." (P3, 06/10/00)

Adolescentes:

"Do jeito que fazem para mim significa fazer nada, pois não se interessam com o aluno de carne e osso. Batem um papo meio que careta, falando do mal que a droga

provoca e aí chamam os pais se perceberem que a gente está estranho. Tem carinha que quando o pai e a mãe ficam sabendo, levam uma surra, ficam sem a mesada como castigo. O que isso tem a ver com educação? O cara vai ficar revoltado e usa mais ainda. Nem a escola, nem os pais estão preparados para conversarem sobre drogas." (Francislene, 17 anos, 1º A, 07/10/00- Grupo 1)

"O cara paga o maior "mico", pois todo mundo fica sabendo. A diretora chama os pais para falar do fato ou da suspeita. Depois disto é que o cara usa mais ainda para mostrar para o grupo que aquilo tudo foi "paia" demais. Acho que o negócio da escola é mesmo só ensinar o ABC e pronto." (Matusalém, 13 anos, 8ª A, 07/11/00- Grupo 1)

"O pessoal da escola não sabe quantos usuários de maconha tem aqui, acham que somos classe média e por isto não tem usuário aqui, estão totalmente enganados, acham que sabem detectar os usuários. O pior é que quando conseguem realmente identificar abafam o assunto, chamam os pais e passam a "batata quente" para frente, não fazem nada. O coitado fica tão discriminado que acaba saindo do colégio. Fora maconha, têm aqueles que bebem até morrer, vivem de ressaca, bebem cerveja todos os dias, acho que têm muita chance de desenvolverem o alcoolismo, no entanto a escola não tem feito nada, a não ser estas palestrinhas bobas que o pessoal de fora vem fazer de vez em quando. A escola não conhece as necessidades dos seus alunos, acha que é só repassar conteúdo para a gente passar no vestibular, principalmente quando a gente chega no ensino médio, aí que é só conteúdo e prova mesmo." (Manoel, 16 anos, 2º A, 04/10/00- Grupo2)

"A única coisa que fazem é advertir os alunos, chamam os pais, falam que o rendimento está ruim. Não se preocupam de fato com a gente, preocupam é com a fama, com o nome da escola e com a gente passar no vestibular. A escola ter aluno usuário não é uma boa." (Malaquias, 15 anos, 1ºB, 08/11/00- Grupo 2)

A escola ainda insiste na concepção repressiva de educação acreditando que advertindo o aluno e convocando os pais para repassar o problema, estaria cumprindo sua cota de responsabilidade. Os relatos da diretora e da supervisora sustentam uma concepção que falseia a verdade, encobrem a realidade dos fatos e ao mesmo tempo tentam demonstrar que algo está sendo feito para beneficiar os alunos e a família. Na realidade, apenas repassam o problema para a família e não se envolvem na questão, o que pretendem é eliminar o fato de forma sutil. Os professores por sua vez, acreditam estar contribuindo quando chamam a atenção dos alunos e os encaminham à diretoria, para a solução da questão.

Os relatos dos alunos, que revelam a percepção da maioria dos adolescentes entrevistados, em contrapartida, apontam o desconhecimento da escola em relação à realidade do uso de drogas entre os adolescentes, sejam drogas lícitas e/ou ilícitas. Apontam também para o desinteresse e despreparo da escola diante da orientação e encaminhamento dos alunos usuários e seus familiares. O trabalho de prevenção feito pela escola é superficial, não havendo envolvimento, de fato, com a questão junto aos pais. Os adolescentes ainda relatam que o interesse dela estaria mais voltado em preparar os alunos para o vestibular do que lidar com as necessidades apresentadas pelos próprios alunos.

Outra questão provocativa foi feita também aos entrevistados: **“Você percebe alguma relação entre prevenção do uso indevido de drogas na escola e qualidade no processo de aprendizagem?”**

Diretora:

"Nunca fiz esta relação, pois aqui não temos casos, um ou outro, muito raramente, é chamado na diretoria devido ao uso, mesmo assim quando acontece notamos que o aluno já vem sob o efeito. Não há espaço para eles usarem na escola, a vigilância é muito rígida, temos disciplinários o tempo todo acompanhando os alunos e como lhe disse assim que percebemos chamamos o aluno e também comunicamos aos pais." (Diretora Z, 21/05/01)

Supervisora:

"É claro que o uso da droga diminui a capacidade de aprendizagem, de concentração etc., mas os nossos alunos não demonstram usar drogas no sentido de comprometer a aprendizagem e o rendimento deles." (Supervisora F, 21/05/01)

Professores:

"Com certeza, a gente que está na sala de aula nota o aluno que está produzindo e aquele que o rendimento está caindo. O aluno que utiliza qualquer tipo de droga fica mais disperso, desconcentrado, agitado e às vezes lerdo. É notável. Aqueles que usam maconha, geralmente, dormem muito em sala, a gente tem que ficar chamando o tempo todo para ele se ligar." (P4, 06/10/00)

"A gente suspeita, muitas vezes, que a queda do rendimento tem a ver com o uso, a sonolência e o desinteresse de alguns, mas não é nada comprovado. Como a gente vai abordar esse menino para saber se ele usa droga? É lógico que ele não vai falar." (P5, 06/10/00)

Adolescentes:

"Dá para fazer relação, por exemplo: eu tenho colegas que chegam de ressaca toda segunda-feira porque encheram a cara no domingo, é bebida alcoólica, é

maconha, "o diabo a quatro", eles usam de tudo. É lógico que desse jeito não dá para prestar atenção na aula, a cabeça está estourando, não dá para ter paciência para escutar nada. Sem contar o sono que sentem. Também depois da aula, tem muito cara que fica aqui no boteco do lado tomando umas, antes de fazer o simulado que é à tarde. Só que a escola não se dá conta e também acham que só droga ilícita que é droga. A escola podia muito bem falar dessas coisas em aula, os professores poderiam estar ensinando isto também. Daqui a pouco esses caras viram alcoólatras e não se dão conta." (Fabiana, 17 anos, 3º A, 04/10/00 - Grupo 1)

"Toda a relação, na 2ª feira, principalmente é que dá para ver o pessoal baqueado. Há muitos que usam bebidas alcóolicas e maconha no final de semana, aí chegam derrubados na 2ª, não dão conta nem de ouvir o professor, principalmente se ele falar alto. Parece que o mundo nem existe para eles. Esses caras precisam sair desta, eu saí a tempo, bicho." (Miguel, 16 anos, 3ºA, 08/11/00- Grupo 1)

"Com certeza, pois os caras que usam a maconha, e não são poucos, só dormem em sala, nem sabem o que a professora está falando. Na prova afundam mesmo. A escola faz de conta que não vê, pois não falam nada. Deixa o povo dormir, quando muito chamam os pais." (Manoel, 16 anos, 2º A, 04/10/00 - Grupo 2)

"Nossa, toda a relação, quando a galera começa a usar droga eles só pensam nisto, em mais nada. Não estão nem aí para mais nada, nem sabem o que o professor está falando, ficam vegetando. Tem uns que olham para a cara do professor, mas não estão escutando nada, eles mesmos falam." (Flávia, 15 anos, 1ºB, 04/10/00 - grupo 2)

É interessante perceber no discurso da diretora a sua necessidade de encobrir o real, de demonstrar que não há casos explícitos de uso de drogas na escola. Relata estar sempre atenta ao que está acontecendo e que, quando os propósitos da escola escapam do controle, imediatamente, é criada a solução. Porém, a solução do problema está numa equação que a família deve

resolver, a responsabilidade da escola se reduz a comunicar o fato aos pais. Já a supervisora acredita que os alunos não utilizam drogas a ponto de comprometer a qualidade do processo de aprendizagem. Os professores, no entanto, demonstram que lidam no cotidiano com alunos que denotam queda de rendimento, supostamente, devido ao uso, porém não têm enfrentado a situação de forma mais efetiva, na maioria das vezes, apenas cobram dos alunos maior participação em sala de aula. Como a adolescente Fabiana coloca, muitos de seus colegas utilizam o boteco ao lado da escola para consumirem o álcool, enquanto esperam o horário de aula. A adolescente aponta, também, para o fato da escola não considerar que o consumo do álcool é consumo de droga. A atitude de negligenciar o uso do álcool recai naquela concepção de combate, anteriormente discutida. No relato dos adolescentes, pode-se evidenciar que, na sua percepção, o consumo de drogas tem prejudicado a qualidade da aprendizagem, porém a escola não tem se dado conta do fato ou, pelo que parece, prefere colocar uma venda nos olhos a enfrentar a situação real.

Os jovens entrevistados se mostram insatisfeitos e perplexos com as omissões da escola, desejam o estabelecimento do diálogo nas relações. O tempo todo apelam para a introdução de conteúdos importantes que estejam relacionados com a realidade em que vivem. Conhecem as suas necessidades e demonstram saber o que querem da escola e também as lacunas que ela apresenta. Nesse sentido, pode-se entender que, quando se fala, hoje, que a droga invadiu a escola e que ela tem se revelado sua grande inimiga, talvez a escola esteja, em parte, equivocada, pois, muitas vezes, seu projeto educativo

também demonstra ser inimigo dos alunos. A droga em si é apenas um objeto, o que é mais importante é começar desde cedo a ampliar as percepções dos alunos para eles serem capazes de discernir qual a relação que podem estabelecer com as drogas. A questão, enfrentada de frente, sem sutilezas, parece ser a estratégia mais adequada para contribuir para o posicionamento do jovem em relação ao uso e/ou abuso. O enfrentamento dessa questão é, sobretudo, cultural e para a escola lidar com o problema seria, certamente, mais interessante, em primeiro lugar, tirar as vendas dos olhos para o fato e, em segundo, assumir a tarefa, não de exterminar as drogas, mas de construir um capital cultural e social fecundo para que os jovens ampliem suas percepções e passem a ter posicionamentos e repertórios criativos para forjarem os conflitos existenciais ao invés de se entregarem às soluções mágicas da droga. Isso implica, no entanto, em uma mudança de ponto de vista no trabalho com os adolescentes, no sentido de os perceberem enquanto atores sociais, capazes de alterar a realidade. Assim, a escola estaria convergindo com as reais necessidades apresentadas pelos jovens: ao contrário de silenciá-los, convidá-los-ia a respostas críticas diante da vida.

“As sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e, em seu lugar, se lhes oferecem “comunicados”, resultantes de compulsão ou “doação”, se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico.” (Freire, 1999, p. 77)

5 USO DE DROGAS: PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO COMO PRÁTICAS SOCIAIS

As contribuições da Sociologia Compreensiva de Max Weber e Peter Berger e da abordagem educativa de Paulo Freire se fazem pertinentes para o entendimento da relação entre uso de drogas e socialização dos sujeitos envolvidos por considerarem o homem um ser de relações com o mundo, em seus mais diversos aspectos, ou seja, psicológico, antropológico, cultural, social, político etc. Nesse sentido, o que se pretende enfatizar e sugerir acerca de abordagens na prevenção do uso de drogas na escola é que não se deve atribuir verdades “*a priori*” já que os objetos do conhecimento sempre se originam do que as pessoas fazem e este fazer sempre está embebido da cultura de um povo, de uma comunidade, de uma sociedade. O ponto a que se pretende chegar é que, para se propor uma abordagem preventiva ao uso de drogas por adolescentes, necessário se faz conhecer e considerar este ser em suas várias facetas, assim como conhecer sua realidade de vida, suas construções conceituais, representações acerca dos objetos que estão no mundo para, então, avaliar a melhor forma de aproximação com a verdade desses sujeitos; com os aspectos sociais e culturais e estes, por sua vez, são mutáveis. Passemos a compreender as contribuições dos teóricos escolhidos em relação a esse aspecto.

5.1 Max Weber e a Realidade Social

“... no campo das ciências sociais o que nos interessa é o aspecto qualitativo dos fatos. Devemos ainda acrescentar que, nas ciências sociais, se trata da intervenção de fenômenos mentais, cuja compreensão revivescente constitui uma tarefa especificamente diferente das que poderiam levar a cabo, as fórmulas do conhecimento exato da natureza.” (Max Weber, 1977, p.50)

O pensamento weberiano propõe que, para compreender e intervir frente a um fenômeno social, é necessário perceber que tais intervenções incidem sobre atores sociais e que, dessa forma, o ponto de partida deve residir na configuração real, ou seja, singular da vida sociocultural. Sendo assim, a ação diante dos fatos não pode prescindir da noção de qualidade. Os aspectos qualitativos dos fatos estão relacionados ao que Weber nomeia fenômenos mentais. Ora, se estamos buscando a compreensão do fenômeno social que é produzido pelo homem na sua relação com o mundo, os fenômenos mentais são inerentes a essa produção.

Em sua sociologia compreensiva, Weber se interessa em explicar o desenvolvimento das relações sociais tendo como referência as intenções e motivações subjetivas, bem como o contexto subjetivo de sentido em que se desenrolam. Não sendo assim, a tentativa de dar sentido aos processos sociais, passando por cima do indivíduo, cairia em construções metafísicas.

“Com efeito, para ele a essência da sociologia não consistia somente em encontrar leis gerais do comportamento social dos homens, mas também, e fundamentalmente, apreendê-lo compreensivamente em seu contexto de sentido subjetivo e, dessa maneira poder explicá-lo.” (Saint-Pierre, 1994, p.53)

Assim sendo, o conceito de ação na teoria weberiana se diferencia do conceito de conduta, pois aquela é constituída de sentido, ou seja, o significado que o agente social atribui à ação está relacionado com os motivos e conseqüências dela, sejam conscientes ou inconscientes.

“Por ação deve-se entender uma conduta humana (seja um fazer externo ou interno, seja um omitir ou um permitir) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação atribuam a ela um sentido subjetivo.” (Weber, 1979, p.05)

Dessa forma, é na ação do indivíduo e no seu significado que se dá a compreensão de um nível supra-individual.

Com esse breve esboço do pensamento weberiano referente ao conceito de ação, é possível elucidar que o entendimento das ações no cotidiano escolar só será possível através da compreensão do sentido da ação de cada ator social.

Pensar porque indivíduos, cada vez mais jovens, se drogam, não requer apreender, apenas, a sua causalidade, pois esta não passa jamais de uma visão fragmentária e parcial da realidade sobre a base de uma probabilidade, já que a diversidade do real é infinita.

Como analisa Weber:

“Em toda ciência empírica de caráter causal, a aparição de um efeito não se deixa estabelecer apenas a partir de um momento dado, mas sim desde toda a eternidade.” (Max Weber, citado por Freund, 1987, p.41)

Vista por esse prisma, a prevenção do uso de drogas na escola requer, então, uma análise para além da interpretação causal, ou seja, para

além de um entendimento subordinado a uma lei, a uma regra geral. Quando os alunos, de um modo geral, propõem que o método de prevenção assumido na escola leve em consideração, não uma verdade que é trazida de fora, mas uma verdade que é construída nas relações dos adolescentes com o mundo, eles solicitam, justamente, uma proposta que dê abertura a uma nova construção de verdades e conceitos, onde a premissa básica seja a percepção do aluno enquanto ator social e não um ser passivo que apenas recebe mensagens.

“O ponto de partida deveria ser a nossa experiência concreta, o nosso cotidiano. As pessoas que falam sobre o assunto deveriam se preocupar em conhecer a realidade dos alunos para os quais eles iriam falar, conhecer as informações que já possuímos. Os argumentos que elas utilizam deveriam coincidir com a nossa realidade, com a nossa vida, pois tentam, na maioria das vezes, impor um conceito, uma verdade que nem sempre é a nossa verdade, a verdade do usuário. Aí se dão mal, levam vaia e a gente também se dá mal, pois deveríamos aprender mais, mas como não faz parte do que somos acaba não servindo para nada a palestra, o trabalho, a pesquisa, enfim... Deviam saber em que terreno estão pisando para, então proporem alguma coisa. E, além do mais, adolescente não gosta de nada imposto, acho que ninguém, mas adolescente não tem paciência nenhuma. Nada que é na base da pressão não funciona com o adolescente. Quanto mais diálogo tiver mais chegam junto. Saca?” (Fabrícia, 17 anos, 1ºB 04/12/00- Grupo 2)

Este relato, que foi característico nos discursos dos adolescentes, enfatiza o respeito que um método de prevenção ao uso de drogas deve ter em relação à realidade concreta dos adolescentes, às verdades construídas e ao diálogo que devem permear a relação educativa.

Nas entrevistas feitas com os seis professores, foi notável a colocação de que acreditam que o método mais viável para trabalhar a prevenção com os adolescentes seria aquele que se aproximasse, o máximo, da realidade dos adolescentes e que também propusesse uma linguagem que tivesse afinidade com o mundo deles. Pontuaram que não seria possível entender os adolescentes ou aproximar-se deles sem que criassem um mecanismo para atingi-los. Sem ser assim, não seria possível compreender o significado que atribuem ao objeto droga. Entretanto, mesmo essa perspectiva sendo um consenso, os professores ressaltaram que, apesar, de pensarem dessa forma, não foram preparados para desenvolverem uma prática que esteja articulada com essa maneira de pensar. Apontaram que percebem tal necessidade, mas para transformarem isso em prática sentem muita dificuldade, seja pela falta de preparo didático ou de conhecimento teórico ou pela falta de apoio da instituição escolar.

“Acredito que o mais importante não seja conhecer o conteúdo, é preciso falar de forma que o adolescente se sinta à vontade, precisamos atingir o seu mundo para que eles participem e que a discussão esteja próxima da realidade deles. Isto é o mais difícil, não fomos preparados para isto. Como fazer? Eis a questão!” (P2, 05/03/01)

P2 ressalta a importância não apenas de conhecer e/ou dominar o conteúdo mas de se adotar um método que favoreça a participação e interesse dos alunos na prevenção, porém se percebe despreparado para contemplar uma dinâmica que faça parte da realidade vivida pelos alunos.

Nesse sentido, pode-se observar o relato dos alunos, em relação ao

método utilizado pelos professores quando abordam o tema. O relato abaixo caracteriza de forma unânime os depoimentos dos dois grupos de adolescentes participantes da pesquisa:

“Geralmente, eles dão trabalhos, tem pouca discussão, a gente não fala da nossa experiência. Sabe como? A maioria dos professores são caretas ou autoritários, aí não dá para a gente falar o que a gente pensa. O conteúdo é muito bem passado pelos professores de biologia e química, mas serve mais como aprendizado para a prova. Entende? O que seria legal é se a coisa fosse mais real, mais falada, mais discutida. Tem professor que envermelha quando a gente pergunta alguma coisa mais pesada, aí já vira bagunça. Então é isso, a gente vê mais enquanto conteúdo do que como uma realidade que está aqui dentro e lá fora. A não ser o professor de história que por ser meio filósofo dá abertura para gente falar sem receios.” (Fabiana, 17 anos, 3ªA, 04/10/00- grupo 1)

Nos relatos, tanto de professores, quanto de alunos, há a concordância de que a abordagem a ser utilizada é aquela que leve em consideração as necessidades reais dos sujeitos envolvidos, sendo que estas devem ser, sempre, contextualizadas. Para os professores, o impasse com relação ao método de prevenção é o “como fazer”, de “onde partir”, para despertarem o interesse dos alunos.

Voltando a Weber, lembramos que ele insiste que sejam levados em consideração os valores que os sujeitos atribuem às suas ações. Sendo assim, não há como efetuar a prevenção isolada dos contextos em que se dão as ações desses sujeitos, ou seja, contextos sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, biológicos, etc.

Se o significado das ações advém da contextualização e dos valores que os atores sociais atribuem a um determinado fenômeno, é importante ter

em vista que a análise de tal fenômeno deve permanecer no plano do que é dado empiricamente, abstendo-se o investigador dos seus juízos de valor.

A prevenção, vista assim, dar-se-á de forma a vislumbrar a realidade cotidiana dos alunos, sua historicidade, seus valores e significados diante do uso, ou não, das drogas.

“Sou tentado novamente a dizer de um professor que consegue êxito sobre tal aspecto, ele está a serviço de forças morais; ele cumpre o dever de provocar o auto-esclarecimento e um senso de responsabilidade. E creio que ele estará mais capaz de realizar isso na medida em que evitar conscienciosamente o desejo de impor ou sugerir, pessoalmente, à sua audiência a posição que tomou.” (Weber, 1982, p.179)

Portanto, para que ocorra esse tipo de prevenção, necessário se faz que os educadores compreendam o fenômeno para além da interpretação meramente causal, muito criticada por Weber.

5.2 Peter Berger e a Significação Subjetiva das Ações Sociais

Peter Berger teve influência da teoria weberiana no que se refere ao entendimento de que a constituição da realidade social é carregada de significados subjetivos. Assim, interessou-se em colocar como foco central da sociologia o estudo do conhecimento do senso comum, pois considera que é ele que constitui a realidade cotidiana, o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir.

“A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente.” (Berger, 1985, p.35)

A análise proposta por Berger, contempla uma análise fenomenológica da vida cotidiana, ou seja, a experiência subjetiva dos atores sociais. Abstém-se, dessa forma, de qualquer hipótese causal ou genérica, assim como de afirmações relativas ao *status* ontológico dos fenômenos analisados. A análise fenomenológica detalhada poderá descobrir as várias camadas da experiência e as diferentes estruturas de significação implicadas, interessando-se pelo caráter intencional da consciência que se dirige aos objetos. Nesse sentido, pode-se elucidar a necessidade apontada por todos os adolescentes, no que se refere à consideração de suas experiências para a prática preventiva:

“O ponto de partida deveria ser a nossa experiência concreta, o nosso cotidiano. As pessoas que falam sobre o assunto deveriam se preocupar em conhecer a realidade dos alunos para os quais eles iriam falar, conhecer as informações que já possuímos...” (Fabrícia, 17 anos, 1ºB 04/12/00 - Grupo 2)

A realidade da vida cotidiana está organizada em torno do vivido “aqui-agora”, não se esgotando, entretanto, nessas presenças imediatas, posto que é experimentada por seus atores por diferentes graus de aproximação e distância espacial e temporal. Todavia, sendo a vida cotidiana a zona mais próxima do indivíduo, é ela a mais acessível a sua manipulação. Esta zona contém o mundo que se acha ao alcance da pessoa, sendo seu mundo por

excelência. Além disso, a realidade cotidiana apresenta-se ao indivíduo como um mundo intersubjetivo, mundo que é compartilhado com outros homens, numa interação social através da linguagem. E é nesse sentido que Berger, assim como Weber, convida o pesquisador do conhecimento a adentrar na dialética do indivíduo e da sociedade, percebendo e compreendendo a realidade humana como uma realidade socialmente construída. Tem-se como consequência disso a concepção de que a pesquisa sociológica deva se realizar em contínuo diálogo com a história e a filosofia, onde se possa vislumbrar a sociedade *“como parte de um mundo humano, feito pelos homens, habitado por homens e, por sua vez, fazendo os homens em um contínuo processo histórico”*. (Berger, 1985, p.247)

Os depoimentos dos adolescentes dos dois grupos retratam a necessidade de que a abordagem utilizada na escola procure alcançar, o máximo possível, a realidade cotidiana. Isso pode ser ilustrado pela fala de dois deles, que representa o consenso:

“... deveriam se preocupar em conhecer a realidade dos alunos para os quais eles iriam falar, conhecer as informações que já possuímos...” (Flor, 14 anos, 8ª A, 04/12/00- Grupo 1)

“As pessoas imaginam que nós somos resistentes, mas não é por aí. Qualquer pessoa que for abordada para uma determinada coisa, se houver aquela forma especial de chegar junto, respeitando o que ela pensa e vive é mais fácil de trocar idéias com ela. É que este tema é polêmico, cada um pensa de uma forma, o adolescente quer mostrar sua liberdade, se o professor não encarar de frente a nossa realidade, a nossa forma de pensar, não vai haver sintonia. Entendeu? É preciso falar a mesma linguagem que aí dá tudo certo.” (Márcio, 18 anos, 2ºB, 06/12/00- grupo 2)

Os adolescentes insistem na necessidade dos professores compreenderem e respeitarem suas relações com o mundo, suas construções, sua linguagem.

5.3 Paulo Freire e a Abordagem de Educação para a Liberdade

Freire (1996) defende que uma das tarefas primordiais do educador é trabalhar com os educandos a partir de uma rigorosidade metódica¹², aproximando-se o máximo possível dos objetos cognoscíveis. Essa aproximação só será possível se a crítica fizer parte das condições do processo de aprendizagem e se essas condições transformarem os educandos em verdadeiros sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado. O objeto ensinado, dessa forma, é “apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos” (Freire, 1996, p.29).

“Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de idéias inertes do que um desafiador.” (Freire, 1996, p.30)

Freire acredita que é fundamental no processo de ensino-aprendizagem o educador lançar mão de um método que priorize a maneira de cada pessoa estar no mundo e ser no mundo, como seres históricos, capazes de conhecer e intervir no mundo. O conhecimento possui uma historicidade,

¹² Entenda rigor metódico. O termo utilizado por Paulo Freire foi conservado para preservar a idéia original.

assim como os seres humanos. Por isso, ao ser produzido, supera o que está aí e se dispõe a ser ultrapassado por um novo conhecimento do futuro.

“Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente.” (Freire, 1996, p.31)

O enfoque da pedagogia libertadora de Freire aposta numa formação que prepare os sujeitos para uma atuação em um mundo que lhes exige, o tempo todo, posicionarem-se frente a escolhas existenciais e, no enfrentamento dessas escolhas, os sujeitos terão a capacidade de criar possibilidades diante das contingências. Somente com uma educação que priorize a liberdade de construção e reconstrução e, em consequência, a criatividade, será possível a formação de um cidadão consciente de suas escolhas.

A idéia de uma educação que tenha como fundamento a formação conscientizadora do educando é o princípio fundamental da proposta pedagógica de Paulo Freire e é por este prisma que se propõe, aqui, a prevenção do uso indevido de drogas na escola. De que adiantaria impor informações distantes da realidade dos alunos num momento x, quando elas deveriam fazer parte de um contexto maior, que desse instrumentos aos educandos para possíveis escolhas do futuro? Se não há uma proposta educativa que viabilize a liberdade de ser dos educandos e que se apresente numa realidade vívida, provavelmente eles apresentarão resistência. Nesse

sentido, Freire propõe a pedagogia dialógica que se fundamenta na abertura ao diálogo educador X educando e na reflexão crítica.

“... tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude.”
(Freire, 1996, p.153)

É possível perceber a insatisfação, desinteresse e resistência da maioria dos adolescentes do grupo que representou a proposta preventiva repressiva. Parece que essa *“transgressão ao impulso natural da incompletude”* que Freire denuncia foi alojada nos alunos revertendo-os ao fechamento para o mundo, no que diz respeito à prevenção do uso de drogas. As representações que construíram ao longo de suas experiências referentes à prevenção, como não poderia deixar de ser, são extremamente negativas. Para a maioria deles esse tipo de trabalho desenvolvido pela escola não tem nenhum fundamento ou validade, visto que o que é priorizado é uma verdade intrínseca, desvinculada de sua realidade concreta e distanciada de sua linguagem. Isso é possível de ser percebido no relato do adolescente que representa a maioria dos depoimentos desse grupo:

“O que os palestrantes trazem são palestras que falam do mal da droga, o que ela provoca, os males à saúde, não saem disto. Nós não falamos nada, só escutamos e tudo

que falam já sabemos. Muita gente não está nem aí, pois sabem que a droga não é só isto. Tem gente que usa e sabe que ela é boa também, aí não está nem aí para que o palestrante falou ou deixou de falar. Eles não tocam no que a gente precisa, na maioria das vezes é um "porre". Os professores não desenvolvem nenhum trabalho com a gente, falavam um pouco quando vão dar conteúdo, mas não abrem espaço para a gente falar o que sente. Se a gente falar o que sente é capaz de mandar a gente para a diretoria ou então amarelarem de susto. Eu não falo nada para não "pagar mico". Eu não estou nem aí para esse negócio de prevenção." (Milton, 16 anos, 1º B, 08/11/00- Grupo 1)

Ao contrário, a maioria dos adolescentes que participou do projeto "Adole-ser" coloca que o seu maior diferencial é o espaço que é dado ao aluno para discussão, sendo que esta sempre tem como ponto de partida a própria realidade dos alunos.

“O que mais me chamou a atenção é que eles abrem espaço para nós iniciarmos a discussão, trazendo aquilo que a gente sabe ou não sabe e o que a gente tem curiosidade de saber. Discutem com a gente, querem saber de nossa opinião, querem escutar nossa experiência. Eles fazem, tipo assim, fazem a gente refletir e daí tirar nossa própria conclusão. Eu sei que saiu gente agoniada daqui sem saber se continua usando ou não a droga. Foi muito massa, foi bacana demais.” (Marcos, 16 anos, 1ºB, 24/10/00- Grupo 2)

A disponibilidade ao diálogo, o respeito às diferenças entre aquilo que penso e aquilo que os outros pensam revelam a possibilidade da aproximação existencial e é neste encontro que se torna possível a construção, a desconstrução e a recriação na prática educativa. *“É impossível criar a segurança fora do risco da disponibilidade”.* (Freire, 1996, p. 152). Escutar do educando sobre o seu conceito referente ao objeto droga, suas significações, a

compreensão desses significados dentro de um contexto real e particular é fundamental para a elaboração e reelaboração de uma nova concepção de vida e para o posicionamento referente às escolhas. Impor conceitos a pessoas que estão buscando sua auto-afirmação e identidade parece não contribuir para o amadurecimento pessoal.

A minoria dos alunos que representa a prevenção repressiva acha que foram válidas as suas experiências preventivas anteriores, a maioria concorda que os projetos que já vivenciaram até agora são repetitivos, não acrescentam muito em seu conhecimento e, além de tudo, não levam em consideração a sua realidade, colocam que, na maioria das vezes, as pessoas que falam para eles utilizam uma linguagem distanciada de sua cultura e que a forma de abordar o tema se constitui num discurso que pretende amedrontá-los ao invés de esclarecer dúvidas e construir valores próprios.

Essas questões podem ser observadas no relato da maioria dos adolescentes dos grupos 1 e 2, quando foi perguntado: **"Qual contribuição você percebe acerca dos projetos ou palestras sobre prevenção?"**

"Não acho que este tipo de prevenção ajuda em alguma coisa, pois só sabem dizer que a droga faz mal e ai de quem disser que ela dá onda, vai parar na diretoria. Não podemos trocar nenhuma idéia que já pensam que estamos zuando." (Milton, 16 anos, 1ºB, 08/11/00-Grupo1)

"É tudo uma repetição, não trazem nada de novo. Só repetem: não usem droga, a droga mata, a droga dá cadeia, a gente até dorme ou então não está nem aí." (Matias, 14 anos, 7ªA, 08/11/00 - Grupo 1)

"A gente não agüenta o blá, blá, quando vem alguém falar, a galera já faz cara feia, não presta atenção. Tem

que assistir porque é obrigatório. Mas é um saco.”
(Malaquias, 15 anos, 1º B, 08/08/00 - Grupo 2)

“A gente só não gosta de papo careta, mas se falarem coisas que nos interessam e deixarem a gente falar também é que seria legal. Temos muito para falar, só que não deixam. Chegam aí e querem achar que a gente tem que aceitar o que eles falam. Prevenção, assim, a gente aprende na rua, não precisa ser na escola, das que eu participei achei que não contribuíram em nada.”
(Filomena, 13 anos, 7ªB, 06/10/0 -Grupo 2)

Os depoimentos desses adolescentes giram em torno do não aproveitamento dos trabalhos desenvolvidos em sua escola, devido à indisponibilidade de uma abordagem que viabilize a aproximação existencial e o conhecimento.

Cortella (2000) coloca que Paulo Freire, ao pensar sobre a questão de metodologias para a educação, aponta que:

- “1. O saber pressupõe uma intencionalidade, ou seja, não há busca de saber sem finalidade. Dessa forma, o método é sempre a ferramenta para a execução dessa intencionalidade; como ferramenta, o método é uma escolha e, como escolha, não é nunca neutro.*
- 2. O melhor método é aquele que propuser a melhor aproximação com o objeto.*
- 3. A aproximação com a verdade depende da intencionalidade e esta é sempre social e histórica, assim a exatidão não se coloca nunca como absoluta, eterna e universal, pois a intencionalidade também não o é. A intencionalidade está inserida no processo de as mulheres e os homens produzirem o mundo e serem por ele produzidas e produzidos, com seus corpos e consciências e nos seus corpos e consciências.*
- 4. Assim, cada um e cada uma de nós é também método, pois corpos e consciências são ferramentas de intencionalidade.*
- 5. Assim existimos; fazendo. E porque fazemos, pensamos. E, porque pensamos, fazemos nossa existência. É por isso que a prática de pensar a prática - o que fazemos - é a única maneira de pensar - e de fazer - com exatidão.”* (Freire, citado por Cortella, 2000, p. 111-112)

O projeto "Adole-ser" propõe a construção do conhecimento enquanto fazendo parte de uma realidade viva, concreta, que se realiza a partir do encontro de intencionalidades humanas. Nesse encontro dialógico é que haverá a possibilidade de se chegar a novos conhecimentos, sabendo, no percurso, lidar com as diferenças, sejam elas de qualquer ordem.

O importante para que um método de ensino atinja a sua eticidade é que o educador se esforce no sentido de relativizar as situações para que possa romper com a mitificação. E isso somente será possível à medida que compreenda as condições culturais, históricas e sociais de produção do conhecimento. Mesmo os conhecimentos que possam parecer os mais estáveis e exatos precisam de uma relativização que os remeta às condições de sua configuração real e atual. No caso em estudo, não basta ao educador possuir o conhecimento científico acerca do objeto droga (que, como qualquer outro objeto de conhecimento, possui reflexos ideológicos). Necessário se faz compreender como se dão as relações dos adolescentes com esse objeto, como ele é veiculado no mercado, quais condições sociais, culturais e políticas sustentam o objeto, quais os aspectos biológicos e psicológicos implícitos ao uso, etc. Fazendo assim, é possível que o conhecimento abarque uma verdade que não seja absoluta, mas uma verdade que tenha relação com o existir de cada adolescente. Possuindo liberdade de construir o conhecimento junto-com o educador, o adolescente poderá exercer sua capacidade de, enquanto ser livre, escolher e acatar deliberadamente o curso das circunstâncias externas e internas. Afinal, uma proposta de prevenção deverá ter o objetivo de fincar

raízes, no sentido de sua conscientização ao longo da vida. Talvez não fosse proveitoso, então, apenas proibir, mas cada adolescente perceber se quer ou não proibir-se esse uso, percebendo, então, o significado da escolha que fez para sua vida.

Quando Freire (1996) propõe a prática educativa, enquanto prática libertadora, refere-se à formação conscientizadora do educando, fazendo-se junto-com o educador, no sentido de que quanto mais compreensão o ser possui de seu próprio mundo maior liberdade para ser ele mesmo. O método educativo proposto por Freire (1996) aposta numa relação não de oprimido (aquele que apenas aprende) e opressor (aquele que ensina), mas de uma educação emancipadora que liberta os sujeitos de forma consciente para suas relações com o mundo.

“A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor.” (Freire, 1999, p. 51)

Enfim, o enfoque da pedagogia libertadora de Paulo Freire fornece o instrumentário para decodificar os mitos que circundam o objeto droga, sendo que as pessoas que auxiliam na prevenção ao seu uso e/ou abuso devem se valer daquilo que é essencial à construção do conhecimento, isto é, o diálogo, pois é ele que permite deixar valer os valores e experiências dos atores sociais. Isso significa, segundo Freire (1996), reconhecer o outro como interlocutor competente.

Essas concepções dialéticas (sociológica e educacional) de entendimento dos possíveis processos de intervenção sobre uso de drogas constituem o vértice decisório para um tipo mais democrático e humanizador de ação educativa. Tais propostas ensejam que o educador conceba em seu fazer e em sua linguagem tipos também democráticos. Nesse fazer os atores sociais não perdem a categoria de sujeitos, não são apenas receptores de informações sobre os perigos das drogas, mas, ao contrário, poderão, através de uma autoconsciência, posicionarem-se diante das informações e esclarecimentos recebidos e questionados e, então, enquanto cidadãos, escolherem um modo mais saudável e efetivo em sua existência humana. *“A tarefa do professor é servir aos alunos com seu conhecimento e experiência e não impor-lhes suas opiniões políticas pessoais”.* (Weber, 1982, p.173)

O método de intervenção que caminhe por essa linha de pensamento não tem a pretensão de impor noções ou estabelecer verdades, mas apresentar fatos, esclarecer dúvidas através do conhecimento da realidade vivida pelos alunos. A proposta é que o instrumental fornecido pelos professores possa contribuir de forma significativa para as escolhas conscientes de seus alunos que estão se formando para a cidadania.

6 TRANSGRESSÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PREVENTIVA DO USO INDEVIDO DE DROGAS

A palavra transgressão (do latim, *transgressionem*) significa “*violação; desobediência a normas; ou ainda, passar além de; atravessar.*” (Ferreira, 1999, p.1987)

Como isso se aplica para entender o currículo e as práticas pedagógicas que dele decorrem?

Goodson (1995) assinala que o currículo abarca duas modalidades: uma prescritiva e outra ativa.

A prescritiva engloba as mistificações e a verdade intrínseca, sendo que estas tendem a se reconstruir sempre. Acrescenta que o vínculo entre currículo e prescrição foi forjado desde muito cedo e, com o passar do tempo, sobreviveu e se fortaleceu, no sentido de definir e operacionalizar o modelo pré - fixado. O entendimento do que se configura como currículo prescrito está no próprio enunciado daquilo que se considera como currículo, tanto para o senso comum como entre educadores. De um modo geral, as tentativas de conceituar currículo nos apresentam os seguintes componentes: conjunto de matérias, cursos, planos de ensino; processos e procedimentos de aprendizagem, conjunto de programas de curso; plano de organização das atividades escolares; seqüência de cursos de uma escola; previsão de atividades para se atingir os fins da educação; especificação das metas do processo de instrução e de socialização escolar.

A segunda modalidade é o currículo como ação, uma resultante das práticas dos professores levando em consideração as disposições e indisposições dos alunos, seu histórico pessoal, sua realidade sociocultural, etc. Essa abordagem está inserida numa proposta particular da realidade individual da escola para que possa socializar os conhecimentos e analisar, em todas as suas relações, "para quem", "porque neste momento e não no outro", determinadas necessidades. Goodson afirma que essa modalidade curricular combina a história de ação dentro de uma teoria de contexto. Em síntese, o que o autor propõe é que não se pode visualizar o currículo como se fosse um sistema fechado; em seu raciocínio, os conteúdos escolares devem estar o tempo todo articulados com a realidade viva. Portanto, para a construção social do currículo é essencial que os educadores tenham à frente a perspectiva, não de abandono dos conteúdos sistematizados, mas uma proposta interativa entre estes e a realidade social.

Silva (1994), ao discorrer sobre a teoria curricular crítica, aponta que o currículo educacional é o terreno privilegiado de manifestação e luta pela manutenção ou superação das divisões sociais. Assim, ele se constitui como uma representação e reflexo da realidade. Neste sentido, a visão convencional de currículo como prescrição terá obrigatoriamente de ser rejeitada, já que ela vê o currículo como um conjunto inerte de informações. Na perspectiva crítica do currículo não há uma preocupação apenas com a organização do conhecimento escolar, mas, principalmente, com os aspectos históricos e sociais dos alunos. Como salienta Silva, concordando com Goodson (1995), o currículo se constitui numa área contestada, numa arena política.

Do ponto de vista dos autores citados, a abordagem de currículo não deve estar centrada numa preocupação epistemológica com a verdade ou validade do conhecimento, mas deve orientar-se pela história social do currículo e estar centrada numa epistemologia social do conhecimento escolar, preocupando-se com os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacional organizado.

Visto por esse prisma, o currículo se revela enquanto um terreno cultural, onde se manifestam e enfrentam diferentes concepções de vida social. Sendo assim, o currículo passa a satisfazer necessidades individuais já que avaliará as condições reais ou situações de fato numa certa comunidade e, nesse sentido, ele deve ser construído na escola dando respostas ao que, dentro dela, emerge como necessidade e possibilidades para os atores que nela interagem.

O currículo lida com problemas que são singularmente educacionais. Dada sua independência disciplinar, sua história é marcada por conflitos, pois questionamentos relativos aos seus valores, crenças, pressupostos e propósitos é que orientarão os seus significados e direção. A história do campo do currículo pode ser lida, segundo Cherryholmes:

“... como uma série de repetidas invasões de idéias organizadoras que dirigem a atenção por um tempo até que sejam expulsas pela próxima invasão. Cada novo invasor está além do controle do educador individual, reflete eventos políticos externos assim como internos à educação, representa “ideologias contemporâneas proeminentes e pode ser desconstruído.” (Cherryholmes, 1993, p.161)

Cherryholmes (1993) enfatiza que a construção e a desconstrução

do currículo circundam uma questão central, ou seja, o porquê de se oferecerem oportunidades de conhecimento de um ou outro objeto e é na solução dessa questão que é possível julgar os objetos, as experiências de aprendizagem, a organização e avaliação do currículo. O autor acrescenta que os construtores curriculares devem compreender que o que é construído é temporal, limitado, falível, incompleto e negociável, e que, por outro lado, os que pretendem ser desconstrutores de currículo devem pensar a desconstrução repensando sua construção.

Na perspectiva dialética de construção – desconstrução, o objetivo curricular deixa de ser fragmentado e dissociado da realidade social, voltando-se para o questionamento do tipo de sociedade e escola necessárias e/ou que queremos. Assim, o currículo rompe com o isolamento e a autonomia, mostrando-se como parte da sociedade, já que está entrelaçado às relações entre os acontecimentos históricos e às práticas políticas.

Eisner (1994), outro estudioso do currículo, ressalta que a tradição curricular propõe que a escola se organize pelos conhecimentos validados pela ciência e enfatiza como é criminoso encaminhar a escola só nesta perspectiva. Julga que a questão não é jogar fora os conhecimentos sistematizados, mas considerar os vários conteúdos que fazem parte da realidade social dos alunos como relevantes e significativos. O autor denuncia que o currículo montado para atender apenas as habilidades e competências de ordem intelectual dos alunos impede a formação humanística do cidadão, ou seja, a formação para a vida. O currículo justo para Eisner é aquele que permite que tudo aflore, que

todos os interesses particulares e histórico – sociais sejam cotejados com relevância semelhante aos conteúdos sistematizados.

Para que o currículo possa contemplar tal movimento é necessário que os educadores estejam conscientes e empenhados em promoverem mudanças em algumas situações que estão associados à marca tradicional do currículo e que, por isso, podem ser consideradas obstáculos para um processo ativo de desenvolvimento curricular.

Como isso se manifestou na pesquisa desenvolvida ?

Relacionando o conjunto de obstáculos existentes para o desenvolvimento curricular, apontados por Eisner, pode-se destacar algumas situações pertinentes para o entendimento das práticas de prevenção ao uso indevido de drogas, quando incluídas ou abordadas nos currículos escolares.

1º) A mudança da imagem que os professores possuem do seu próprio trabalho: o que é tarefa do professor? Repassar os conteúdos que fazem parte da estrutura curricular vigente ou acrescentar a eles uma correlação com a realidade social? E, ainda, os professores são formados na concepção de construção/desconstrução? Qual o preparo que recebem?

Em entrevista com os professores, foi lançada a pergunta: **“Você julga possível acrescentar ao seu conteúdo temas relativos à prevenção do uso indevido de drogas?”**

“Possível é, eu só não sei como. Nunca pensei sobre isto. Vejo que os meninos precisam ser orientados sobre isto. No ensino fundamental a gente trabalha com projetos, aí dá para incluir a prevenção, mas no ensino médio a grande preocupação da escola é o preparo dos alunos para o vestibular, a gente quase não tem tempo, os

meninos têm provas e simulados toda semana, se a gente não correr com o conteúdo não dá para dar tudo que eles precisam.” (P4, 06/03/01).

"Acho que sim, nunca tentei. A questão é que são tantos os conteúdos que se tem que trabalhar para preparar os meninos para o vestibular que a gente acaba não se envolvendo com assuntos que fazem parte da vida deles. Passa batido." (P5, 06/03/01)

Os professores ressaltam a importância de vencerem os conteúdos para preparar os alunos para o vestibular. Com relação a esse aspecto, é interessante observar o depoimento do aluno que representa a colocação, sem exceção, dos adolescentes do ensino médio em relação a suas necessidades pessoais:

“Quando chega-se no ensino médio os professores acham que a gente só precisa de conteúdo e prova. É uma “doideira”, a gente fica cansado, coisas do nosso interesse não podem ser discutidas porque não tem tempo. Todo o conhecimento é voltado para o conteúdo que tem que ser vencido, parece que eles ficam meio alienados. Tudo bem que a gente quer passar no vestibular. Quem não quer? Penso que os professores poderiam dar uma relaxada para nos ajudar, sem perder de vista o conteúdo, em alguns momentos poderiam focar estes assuntos que são de nosso interesse. Acho que não seria perder tempo.” (Fabiana, 17 anos, 3ºA, 04/10/00-Grupo 1)

Uma característica que ficou marcada foi a de que os alunos demonstram a necessidade de aprenderem conteúdos, mas também necessitam de apreenderem os fatos da realidade concreta. Além de interesses acadêmicos, existe um interesse pessoal no processo de aprendizagem. Em

contrapartida, os interesses dos professores parecem estar mais voltados para o primeiro aspecto.

Com relação, ainda, a esse primeiro obstáculo, apontado por Eisner, pode-se perceber no discurso dos professores que eles se sentem despreparados para lidar com a prevenção do uso indevido de drogas. Os seis professores relataram sua insegurança nesse aspecto devido a sua formação não ter oferecido subsídios que os fundamentem e os orientem para essa atuação.

“Você sabe que a gente não é preparado em nossa formação para fazer estas articulações de conteúdos com necessidades e/ou realidade. Aprendemos o conteúdo na academia e depois o que cada um faz com ele depende muito do contexto de cada professor. Eu tento o máximo possível articular as coisas, mas não me sinto preparada para esta “ginga” toda, principalmente se tratando de uma questão tão ampla. Sei o conteúdo, mas sei que não basta.” (P2, 05/03/01)

A abordagem integrada de currículo só poderá alcançar os seus objetivos se, na prática, os professores conceberem tal articulação e é neste sentido que eles revelam dificuldade de domínio, principalmente porque não lhes são dados instrumentos para tal em sua formação.

2º - A estrutura organizacional da escola – Na maioria das vezes as características estruturais das escolas são reforçadas com normas a serem cumpridas pelos educadores. Vamos supor que, numa determinada escola, alguns educadores tenham preparo acadêmico humanístico e estejam voltados para objetivos articulados com a realidade social de seus alunos. Teria essa escola a flexibilidade de contemplar adequadamente esforços no sentido de

uma reforma curricular ou a desconstrução – construção curricular teria que se adequar às condições da estrutura existente?

A respeito desse aspecto pode-se observar o depoimento de P5:

“Olha, eu não me sinto qualificado para trabalhar especificamente o tema da prevenção de drogas. Agora, dentro da disciplina que dou, em qualquer escola que eu trabalhe, seja ela pública ou particular, eu trabalho muito com debates e isso favorece muito o desempenho dos alunos... eles se acostumam a falar, a duvidar, a questionar e eu dou abertura para que possam discutir tudo que é possível. Sei que há grande interesse de qualquer escola que o conteúdo seja cumprido, mas penso que não é só isso. Às vezes você se vê andando sozinho.” (P5, 06/12/00)

Na verdade, as pesquisas educacionais revelam esse impasse de forças antagônicas entre escola e educadores diante dos objetivos a serem alcançados na formação do cidadão. A tese ideal seria aquela em que a escola e seus profissionais se constituíssem num elo comum, mas na realidade nem sempre acontece assim. Daí, decorre a necessidade de, na prática educativa, se estar repensando a todo momento os possíveis mecanismos que possam alterar a estrutura, para que haja inovação.

3º - As expectativas de pais e alunos com relação às escolas – Pais de alunos que carregam consigo a idéia de que um currículo tradicional é aquele que garante um futuro melhor para seus filhos são, particularmente, resistentes à inovação e principalmente a conteúdos que são considerados “tabus”, ou, quando os aceitam, desejam formas mais autoritárias para abordar o tema.

Esta questão pode ser contemplada através dos depoimentos da

maioria dos adolescentes dos dois grupos entrevistados. Para tanto serão utilizados alguns relatos que ilustram de forma consensual os depoimentos:

"Os meus pais são super radicais com relação ao que a gente aprende na escola, têm certos temas que se falam na escola que eles preferem não dar palpites, pois ficam com vergonha. Na opinião deles o professor tem que dar matéria para usar no vestibular, tudo que se aprende na escola deve estar direcionado para o vestibular. Eles não são abertos para discutir problemas do cotidiano e acham que a escola está perdendo tempo e consumindo o dinheiro deles com bobagens, coisas desse tipo. Sabe como?" (Miguel, 16 anos, 3º A, 08/11/00- grupo 1)

"Meus velhos são do tipo tradicional, acreditam que tudo que a escola ensina tem que ter a ver puramente com conteúdos. Eles até acham que é necessário que a escola aborde assuntos da vida real, pois eles não são muito abertos para isto, mas acreditam que tem que ser com muita seriedade. Acreditam que estes ensinamentos alternativos são perda de tempo, acham que o professor deve ir logo ao assunto e pronto, assim bem formal. Entende." (Francislene, 17 anos, 1º A, 07/10/00- Grupo 1)

"Geralmente os pais da gente são mais fechados para falar deste assunto, apenas falam:" não usem drogas, faz mal, olha lá o que você vai fazer com sua vida. Também não acreditam que o professor ou a escola vai dar jeito nisto, então acham que falar disso na escola é perda de tempo, acham que deviam estar estudando para passar no vestibular, se estivermos estudando não estamos pensando em bobagens. Um dia eu estava estudando química, estava estudando sobre os efeitos das drogas no organismo, pois ia cair na prova, quando meu pai e minha mãe viram falaram juntos "tomara que isto entre mesmo na sua cabeça, decora tudo direitinho". Alguns pais de colegas meus falam a mesma coisa que os meus pais. Falam que usar droga é falta de vergonha na cara." (Manoel, 16 anos, 2ºA, 04/10/00- Grupo 2)

Pela própria tradição curricular prescritiva, alguns pais ainda podem considerar que o melhor ensino é aquele que fica memorizado e também que o que se deve ensinar na escola são os conteúdos tradicionais. Esse fator, por

vezes, se constitui em uma questão que necessita de muita habilidade, por parte dos profissionais da escola, para que possa ser redirecionado.

4º - A tendência das políticas educacionais serem modificadas de forma burocrática – Muitas vezes, professores e administradores escolares são vistos como executores de tarefas, ou seja, técnicos da educação. Essa concepção exige o comprometimento dos educadores com obrigações pré-fixadas, possibilitando, inclusive, uma resistência passiva que alcança uma mudança produtiva pouco ou nada eficaz. A perspectiva burocrática, ou seja, o delineamento de objetivos fixados de cima para baixo subestima a liberdade de ação dos educadores frente aos seus julgamentos de valor e de diferenças individuais. Nesse sentido tem-se o depoimento da professora que ilustra tal passividade:

“Sinto que eles precisam de ajuda, de conversar sobre este assunto, mas a escola nunca propôs que fizéssemos alguma coisa mais ampla, a gente conversa com os alunos quando vêm palestrantes de fora, a gente volta no assunto com eles, mas nada de muito formal. Eu sei que eles precisam de informações, mas eu acho que eles vêem este conteúdo em Biologia.” (P6, 06/03/01)

O relato de P6 evidencia a acomodação em relação ao assunto, apesar de perceber a importância de se tratar a questão, justifica a sua passividade pela demanda que não foi instituída.

Além desses quatro obstáculos assinalados por Eisner pode-se, ainda, ressaltar outros dois que fazem parte também da realidade cotidiana escolar, ou seja:

1º - A participação da família nas propostas educacionais nem sempre é efetiva – Uma das questões discutidas hoje pela educação é a participação das famílias dos educandos nas atividades desenvolvidas pela escola (Sacristan, 1999). Ela teria o objetivo, não apenas de acompanhar seus filhos nas atividades, mas da família estar dentro da escola sugerindo, acompanhando e desenvolvendo junto aos professores algumas atividades que lhe fossem pertinentes. Essa discussão tem gerado polêmica, pois misturam-se aí, se não há diretrizes sólidas e fundamentadas, o que seria tarefa dos pais e o que seria tarefa dos professores. Acostumada que está a escola a transmitir o saber e também a ser a sua detentora, pode sentir-se ameaçada ao partilhar tarefas. E as famílias, acostumadas que estão a colocarem na escola a responsabilidade da aprendizagem de seus filhos, podem sentir-se deslocadas ou coagidas ao enfrentarem essa nova situação. Assim, é fundamental que, se a escola se propõe a trazer os pais para dentro de sua realidade, defina e esclareça os papéis de professores e famílias para que sua ação seja coerente e eficaz.

2º - Os salários dos professores nem sempre condizem com a carga de trabalho exigida pela realidade escolar - É verdade que as condições salariais atuais da maioria dos professores deixam a desejar, o acúmulo de conteúdos e atividades que são atribuídos aos educadores quase sempre extrapola a realidade salarial e sua jornada de trabalho. Por isso tornou-se lugar comum o tipo de depoimento do professor entrevistado:

"São muitas as atividades que temos que desenvolver na escola. Tudo recai sobre o professor, somos nós que temos que dar conta de tudo, de todos os problemas que aparecem na escola. A primeira coisa que a direção fala

quando aparece um problema é "o professor X ou Y pode falar isto no seu conteúdo", aí a gente tem que arrumar um jeitinho. Eu que trabalho nas duas redes de ensino, pública e particular, sei bem como funciona isto. Na rede pública você mal recebe para ministrar os conteúdos que são obrigatórios pelo currículo, imagina ficar, ainda, inventando moda com coisas que a gente nem sabe por onde passa. E também nem dá tempo, por mais que o professor esteja interessado." (P1, 06/03/01)

Essa representação negativa que P6 carrega consigo referente ao salário e atividades desenvolvidas pelos professores na escola faz parte de uma realidade político-econômica e, dessa forma, de uma realidade vivenciada por grande parcela da mesma categoria. Porém, ainda assim, alguns educadores têm optado pelo enfrentamento da questão, mesmo sabendo que o seu esforço pessoal em atividades que extrapolem o seu conteúdo programático não terá um retorno financeiro.

A participação pessoal dos educadores nos projetos políticos de educação é absolutamente essencial para a viabilização de uma nova cultura e de resultados positivos diante de um projeto proposto. Não basta estabelecer leis em educação e fazê-las cumprir, pois, para que elas façam parte de uma realidade, é necessário que sejam carregadas da construção pessoal de significados de quem as executa.

Sem pretender esgotar os possíveis obstáculos que podem estar relacionados à desconstrução da estrutura curricular, esses seis itens pontuados parecem se constituir em questões fundamentais para se repensar a formação de uma política de currículo articulada com a historicidade de uma realidade social. Em especial, tratando-se da prática de uma educação preventiva relativa ao uso indevido de drogas, fica evidente que formas

tradicionais de enquadramento do tema em disciplinas escolares não funcionam.

Freire (1996), em sua proposta pedagógica, propõe que o ato educativo não se constitua apenas em transferir conhecimento. Sendo assim, nessa concepção pedagógica, o currículo não deve se caracterizar como um instrumento fechado em si mesmo, pré-estabelecido e, nesse sentido, acabado. Se as pessoas são seres históricos, são fadadas ao inacabamento e é essa inconclusão, própria da experiência vital, que revela a necessidade de se estar sempre construindo algo novo, junto com a cultura do ser social. Visto por esse ângulo, o currículo deve possuir a abertura para o novo, para a produção do necessário.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção... o conhecimento precisa ser constantemente testemunhado, vivido. Se a história em que me faço com os outros eu tomo parte, então este tempo é um tempo de possibilidades e não de determinismo.” (Freire, 1996: p.52-58).

Pensando assim, a tarefa dos educadores vai além de estabelecer uma série de objetivos mensuráveis, determinados pelo sistema. É nessa perspectiva que será possível aos educadores perceberem a prevenção do uso indevido de drogas enquanto tema transversal articulado às disciplinas clássicas existentes, já que é uma problemática atual situada no bojo da realidade social brasileira.

Pode-se dizer que um currículo que é planejado tendo em vista atender às necessidades decorrentes de uma dada realidade, caminha para as

possibilidades de desconstrução e construção contínuas e apresentará níveis sucessivos de desenvolvimento relativos às necessidades dos indivíduos como da cultura onde eles vivem.

Transgredir é possível, mas para violar as normas instituídas primeiro se faz necessário novo posicionamento, tanto diante dos valores estabelecidos pelo sistema, quanto dos próprios valores pessoais enquanto educadores de cidadãos do futuro.

Dessa forma, a educação preventiva do uso indevido de drogas somente será possível se os educadores vislumbrarem em seu fazer a necessidade de articulação entre prescrição e realidade de contexto e isso só será possível se o assunto for contemplado, em primeiro lugar **de forma interdisciplinar** tanto ao se pensar na organização das atividades pedagógicas quanto na realização da dinâmica pedagógica pelo conjunto de seus professores e, em segundo lugar, **como processo de construção** de saberes e de atitudes que tenham sentido para os alunos diante do fenômeno droga, sentidos esses que estejam relacionados com a sua vida dentro e fora da escola.

6.1 Prevenção Eficaz Requer Interdisciplinaridade: uma das formas de se transgredir o currículo prescritivo

“A questão fundamental, neste caso, está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhes seria indispensável ter antes a visão

totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada." (Freire, 1987, p. 96)

A educação problematizadora que Freire propõe esforça-se para oferecer aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade para que a sua análise crítica possibilite o reconhecimento e a interação de suas partes, enquanto uma totalidade. Nesse sentido, a captação da realidade assim como a sua compreensão se refazem ganhando um sentido que antes era inexistente. Essa abordagem metodológica que tende a articular um objeto a ser conhecido a uma realidade vivida possibilita uma apreensão crítica de seu mundo. Esse movimento, no ato educativo, somente é possível pela interdisciplinaridade, pois assim haverá a compreensão do conhecimento numa perspectiva de totalidade.

Para desvendar o real, necessário se faz compreendê-lo em sua riqueza e complexidade e isso exige que busquemos uma diversidade de olhares. A análise isolada de um objeto resulta na fragmentação do real, sendo que o processo dialógico interdisciplinar reconstitui a unidade numa dimensão que transcende o parcial para um nível mais abrangente e interligado.

Pensar e executar a prevenção do uso indevido de drogas na escola, enquanto uma prática educativa, e libertadora exige uma interação interdisciplinar dos vários campos do saber.

Na escola pesquisada, os profissionais não desenvolvem uma prática interdisciplinar quando abordam a questão das drogas, apesar de terem a consciência de tal importância. Não demonstraram, de imediato, saber como poderiam realizar atividades voltadas para o tema. Quando perguntado aos

professores **“Você veria possibilidade de se desenvolver, em sua escola, o tema prevenção do uso indevido de drogas de forma interdisciplinar?”**,

obteve-se como resposta:

“Seria interessante, mas eu não sei o que eu poderia estar fazendo, tenho interesse em trabalhar o tema com os alunos, eles precisam muito. Mas o que uma professora do conteúdo x poderia falar a respeito deste tema? Nunca pensei a respeito.” (P4, 06/03/01)

No decorrer da entrevista, depois de alguns minutos de diálogo, P4 relata:

“Espera aí, conversando com você, começam a vir umas idéias. Posso trabalhar o tipo de uso, idade e sexo de prevalência, pesquisa entre eles mesmos, sobre o abuso da drogas lícitas. Vivo falando com estes meninos que eles bebem e fumam demais e tenho certeza que outras coisas também podem ser trabalhadas. Com estes dados, eles podem pesquisar outras coisas com os outros professores. A gente fica tão impregnado com os conteúdos a serem vencidos que nem percebe que pode inovar.” (P4, 06/03/01)

É interessante perceber que P4 ainda não se tinha dado conta de que seria possível trabalhar o tema, uma vez que não consta em seu conteúdo programático. Ao discutirmos a questão, P4 começa a ver a possibilidade de fazer articulações entre os conteúdos prescritos e a realidade concreta, assim como também realizar uma prática interdisciplinar.

Com relação a P6:

“Especificamente com a disciplina em si não sei como poderia estar desenvolvendo uma ação

interdisciplinar. O que um professor do conteúdo y poderia falar com os alunos a respeito do uso de drogas? Eu não sei. Você sabe, a gente não foi preparado para isto. Mas gostaria de ajudar. Penso que todos os professores devem se envolver com um problema que é de todos, é um problema real na escola. Eu teria que pensar." (P6, 06/03/01)

P6 reconhece a necessidade do envolvimento de todos os profissionais, mas nunca se perguntou como poderia lidar com um conteúdo que não faz parte de seu programa.

O depoimento de P5 aponta que:

"Acharia super viável, pois a minha disciplina se articula a qualquer problema em estudo. Fico à vontade para falar do tema e fazer um trabalho interdisciplinar, o que me falta é maior conhecimento do tema, maior preparo. Acho que um trabalho desta dimensão tem que ser estruturado na interdisciplinaridade, pois o tema é complexo. Se houver a proposta por parte da escola terei prazer em participar." (P5, 06/12/00)

P5 denota a importância de se trabalhar o tema a partir da interdisciplinaridade, devido a complexidade da questão. Aborda a vasta possibilidade de articular o seu conteúdo ao tema, já que percebe a disciplina que ministra como parte viva dos conteúdos a serem trabalhados. Enfatiza, também, seu interesse pessoal de participação no trabalho. Em contrapartida, espera que a escola determine uma proposta para que possa desenvolver uma atuação mais efetiva e interdisciplinar. Nesse sentido, retornamos aos obstáculos que foram mencionados anteriormente, ou seja, a passividade dos profissionais diante do sistema burocrático que determina aquilo que o professor deve fazer.

Com relação aos professores de Biologia¹³ tem-se que:

“Acho o ideal, abordo este tema com os alunos porque faz parte do conteúdo, nunca o trabalhei de forma interdisciplinar, mas seria o mais interessante, pois apenas uma área não contempla um assunto de forma total. Os meninos têm muito interesse neste tema, eles se envolvem demais quando vou falar deste conteúdo, mas não é o bastante abordá-lo apenas enquanto conteúdo. Seria interessante, também, outros professores se envolverem, pois quando se trata destes temas relacionados à saúde acaba que nós, desta disciplina, é que temos que dar conta de tudo, porque em Biologia cabe tudo. A gente fica sobrecarregado e os outros professores nem sabem o que está acontecendo.” (05/03/01)

“A forma interdisciplinar seria muito pertinente, pois é um tema real que está aí e que nos preocupa enquanto educador, só que o professor desta área é aquele que carrega todos os conteúdos sociais necessários de serem trabalhados, tudo dá certo colocar dentro desta disciplina. Drogas, Aids, uso de camisinha, aborto, gravidez na adolescência, controle de natalidade, racionamento de água, preservação da natureza, enfim... Os outros professores têm o dever de se envolver pois são educadores. A escola também acaba acreditando que o professor de Biologia pode sanar todas estas arestas sozinho e não é verdade. Acaba que fica uma coisa fragmentada e também a gente fica trabalhando um tema tão importante na solidão. No ensino médio a situação é, ainda, mais crítica, pois não se tem tempo para nada, devido a preparação dos meninos para o vestibular e são os que mais precisam. No ensino fundamental a gente trabalha com projetos, aí dá para trabalhar o tema e de forma interdisciplinar, é só elegermos o assunto.” (05/03/01)

Os depoimentos dos professores abordam a necessidade que percebem de se trabalhar o tema de forma interdisciplinar. Apontam para duas

¹³ Os professores fizeram questão de se identificarem neste relato, como forma de contestação, já que se sentem sobrecarregados e solitários nos temas referentes à saúde, visto que professores de outras disciplinas, geralmente, não abordam esses temas de forma efetiva.

urgências: a primeira seria a de se trabalhar o tema sob vários olhares e a segunda a de compartilhar, inclusive, o peso que lhes é atribuído, em função da disciplina contemplar os conteúdos voltados à saúde.

P1 relata que:

“Quando chego ao conteúdo x trabalho o tema, mas só enquanto conteúdo, não entro em discussão relacionando com a realidade deles, é só como conteúdo mesmo. Acredito que vincular este conteúdo à realidade dos alunos da escola pública é pertinente, mas estes meninos aqui, se tiver algum usuário será peça rara, a coisa é pesada em escola pública, envolvendo tráfico e tudo mais. Nunca trabalhei este tema de forma interdisciplinar não. Talvez fosse importante, não sei.”
(P1, 07/03/01)

O relato de P1 sublinha a prática prescritiva do currículo, que visa apenas a transmissão do conhecimento enquanto conteúdo pré-estabelecido. Denota também a irreflexão diante da necessidade de uma prática interdisciplinar acerca do assunto prevenção do uso indevido de drogas. Demonstra, além disso, uma visão de que são os adolescentes das classes populares que necessitam da prevenção, pois os alunos das classes médias possuem uma realidade distante do uso abusivo ou do tráfico de drogas. Seu discurso demonstra acreditar que a diferença de classes sociais assegura o não uso e/ou abuso das drogas ou o envolvimento dos jovens com o tráfico. Acredita que essas questões estariam mais vinculadas às classes desprivilegiadas.

Tendo como referência os relatos dos professores, é possível perceber dois aspectos importantes, ou seja, o currículo escolar voltado a uma

prática prescritiva e a precariedade de uma prática interdisciplinar, principalmente, em relação ao ensino médio. A solidão à qual os professores de Biologia se referem parece evocar a necessidade de um trabalho mais conjunto e humanitário, no sentido de que todos os educadores deveriam estar comprometidos no empenho da prevenção junto aos alunos.

Para avaliar a percepção dos alunos relativa à interdisciplinaridade foi feita a seguinte pergunta: **“Quais professores você acredita que deveriam abordar a prevenção com vocês?”**

Dos vinte e oito alunos entrevistados, vinte e três responderam que todos os professores de todas as disciplinas deveriam estar comprometidos com tal questão, três responderam que os professores de Biologia, Química e Língua Portuguesa deveriam ser os maiores responsáveis e outros dois responderam que se pelo menos os professores de Biologia fizessem um trabalho mais efetivo, não seria tão importante o envolvimento dos outros professores. É interessante ressaltar que os cinco alunos que ainda não vislumbram a importância da interdisciplinaridade são alunos que estão cursando o primeiro e segundo anos do ensino médio, já a maioria dos alunos do ensino médio e todos do ensino fundamental acreditam que seria necessário o envolvimento de todos os professores. Talvez a prática cotidiana de atividades no ensino fundamental envolvendo projetos possibilite ao aluno perceber a importância da não desvinculação das disciplinas no processo de aprendizagem.

De uma forma mais geral, as respostas giraram em torno do depoimento abaixo.

“Todos os professores deveriam estar envolvidos, este tema faz parte da nossa vida, da vida de todos e não só da vida de algum professor de alguma disciplina, mesmo que ele não saiba o conteúdo é só estudar, ler para discutir, a gente pode aprender juntos, pesquisando. Por que não? A única coisa que ele tem que ter é abertura para discutir sem impor. Acredito que quanto mais pessoas participarem melhor é para todos, cada um traz uma idéia diferente e isto que é legal.” (Messias, 15 anos, 1º B, 04/10/00- Grupo 2)

Freire (1999) coloca que a educação autêntica é aquela que não se faz de A para B ou vice-versa, mas de A com B, mediatizados pelo mundo, ou seja, pela concretude vivenciada pelos indivíduos. Exemplo vivo disso é o que mostra o depoimento anterior do aluno: *“mesmo que ele não saiba o conteúdo é só estudar, ler para discutir, a gente pode aprender juntos, pesquisando”*. Nesse processo de aprendizado, a interdisciplinaridade é uma das molas-mestras do projeto pedagógico.

Segundo Freire, a interdisciplinaridade só se realiza fundamentada pelo trabalho dialógico.

“... e entendo o diálogo não como uma técnica que podemos usar para conseguir alguns resultados... ou uma tática que usamos para fazer os alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. O diálogo sela o relacionamento entre os sujeitos cognitivos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade... Além disso, através dessa forma de entender o diálogo, o objeto a ser conhecido não é de posse exclusiva de um dos sujeitos...” (Freire, 1999, p. 123 e 124)

Para Freire, o conhecimento deve se dar de forma dialética e esta dialeticidade se dá somente pelo diálogo entre os vários saberes e a interação

professor/aluno. A educação interdisciplinar ou dialógica é, portanto, uma posição epistemológica. E essa posição deve ser assumida pelos professores que se pretendem educadores, entendendo educadores não como transmissores de conhecimento, mas como formadores de cidadãos para o mundo. **E nessa perspectiva, qual seria o papel do professor na prevenção do uso indevido de drogas?** É o que será discutido a seguir.

6.2 Transgressão: seria este o papel do professor na prevenção do uso indevido de drogas?

Sobre o papel do professor na prevenção do uso indevido de drogas:

“Eu acho que a família deve orientar seus filhos, mas nós passamos muito tempo na escola, muito tempo com os professores. Muitos de nós temos mais abertura para conversarmos com os professores sobre alguns assuntos do que com os pais da gente. Além do que os professores, na maioria das vezes, possuem mais conhecimento sobre o assunto do que os pais da gente, conhecimento científico. Entende? Se eles não sabem ali na hora, eles pesquisam e trazem para gente, para a gente entender mesmo. É só saber com qual professor conversar, porque têm uns que são “fechadões”. Mas é muito importante o professor trabalhar este tema com a gente. Acho que para alguns falta é maior preparo. Tem dois tipos de professores: aquele que sabe o conteúdo, mas não é preparado para falar com agente, não discute e aquele que não sabe o conteúdo mas tem abertura para falar, discute reflete. O nosso professor de História é o segundo.” (Fabiana, 17 anos, 3ºA, 04/10/00 - Grupo 1)

*"Na maioria das vezes temos mais abertura com nossos professores do que com nossos pais, por isso é muito importante que os professores estejam preparados e abertos para discutirem um tema tão importante conosco."
(Matusalém, 13 anos, 8ª A, 07/11/01 - Grupo 2)*

Dos 28 alunos entrevistados, 20 acreditam que os professores devem orientá-los a respeito da prevenção do uso de drogas, pois percebem que seus pais ou os pais de alguns colegas não possuem abertura ou conhecimento mais profundo para conversarem com os filhos. Em contrapartida, apontam a necessidade de maior preparo por parte dos professores, já que, na maioria das vezes, aqueles que têm conhecimento do conteúdo não possuem uma metodologia adequada para abordar o assunto ou vice-versa. Os outros oito alunos acreditam que não é necessário os professores investirem em tal proposta, pois seria tarefa dos pais educar seus filhos. É interessante perceber que tais alunos relatam experiências de prevenção repressiva em suas vidas, não considerando válida qualquer orientação educativa relativa à questão das drogas. Interessante, também, perceber que eles não participaram do projeto "Adole-ser". Suas respostas giraram em torno dos tipos abaixo:

*"Todo mundo sabe que droga mata, dá cadeia e também provoca dependência, que às vezes não tem retorno. De que adianta os professores ficarem falando isto na cabeça da gente o tempo todo. Isto é um saco. Você não acha?"
(Fernanda, 15 anos, 1ªA, 06/12/00 - Grupo 1)*

"A pior coisa que tem na escola é quando os professores começam a dizer o que a gente tem que fazer ou deixar de fazer, ficam parecendo pai e mãe. Uns colocam medo na gente para que a gente se assuste e não faça aquilo. Quando vão falar de Aids, sexo, drogas, gravidez é bem

assim e isto é um porre, ninguém dá conta de ficar escutando aquela ladainha." (Miguel, 16 anos, 3º A, 08/11/00- Grupo 1)

Pelos relatos dos adolescentes acima é possível perceber que o significado que eles atribuem à prevenção advém de uma experiência de prevenção repressiva e não educativa. Parece pertinente avaliar que os alunos que possuem este tipo de experiências tendem a resistir, não reconhecendo validade nas propostas preventivas.

Com relação aos professores, todos eles apontaram a importância de seu envolvimento, independente da disciplina lecionada, ressaltando a necessidade de a escola fornecer subsídios para um preparo adequado à sua atuação. Foi consenso o tipo de resposta abaixo:

"Todos nós devemos estar empenhados nesta questão que é uma questão não só de cumprir conteúdo, mas cumprir um papel que é um papel cidadão, um papel ético. A questão maior é que não temos preparo, devemos ser preparados pela escola, a escola deve nos dar subsídios, o governo, as prefeituras, o estado. A sociedade nos cobra um comprometimento, mas não há envolvimento efetivo do governo para preparar os profissionais da escola. Não adianta, também, baixar leis, falando que o professor de tal disciplina é obrigado a ministrar tal e tal conteúdo, porque a questão não passa apenas por aí. Dar conteúdo por dar ou fazer uma atividade aqui e acolá não vai resolver o assunto. Precisamos de um apoio consistente para uma atuação eficaz. Eu não me sinto preparada para assumir um tema tão complexo sem o menor preparo, mas ao mesmo tempo somos cobrados o tempo todo, seja pela escola, pelos alunos, pelos pais." (P6, 06/03/01)

Vários pontos levantados por P6 são importantes de serem destacados, para posteriormente refletir sobre o papel do professor na

prevenção. Um deles é relativo ao preparo que consensualmente os professores e, também, os alunos acham relevante para uma atuação mais eficaz. Todos os professores abordam que lhes é exigido algo que não obtiveram em sua formação de professores e nem é oferecido enquanto formação continuada.

A proposta teórica da atual LDBEN – lei 9.394/96 – estabelece que é função da educação básica atender ao pleno desenvolvimento da pessoa. Um dos objetivos do ensino fundamental é a formação de atitudes e valores do educando (artigo 32, §3º), e do ensino médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética, a autonomia e pensamento crítico (artigo 35, §3º). Já o artigo 67 estabelece que cabe ao sistema de ensino o aperfeiçoamento profissional continuado do professor, com períodos reservados a estudos. Vista por estes novos estatutos, parece notório que a nova LDB privilegia, pelo menos teoricamente, a formação integral do educando em detrimento da formação meramente técnica e que o professor é o principal agente desse desenvolvimento.

Diante desse novo prisma, conceber tal tema que se constitui numa problemática do cotidiano escolar e numa demanda social emergente parece pertinente, mas, em contrapartida, na prática não é oferecida aos professores uma preparação específica para lidarem com a questão.

No que diz respeito à regulamentação de leis, mencionada por P6, remete a legislação brasileira de combate aos tóxicos, lei 6.368 de 21/10/76, que em seu artigo 5º determina que nos programas de formação de professores devem ser incluídos temas referentes às drogas que provoquem

dependência física e/ou psíquica. No parágrafo único do mesmo artigo, consta também que os programas de ciências biológicas e naturais, que integram o currículo do ensino fundamental, devem ter obrigatoriamente pontos que visem a esclarecer os efeitos dessas substâncias entorpecentes.

Duas questões devem ser pensadas diante dessa lei. A primeira é que enquanto lei, e não proposta educativa, ela nega ou ignora a importância da interdisciplinaridade, já que determina uma área específica para abordar o tema. A segunda é que não há uma efetividade sobre esse tema nos programas de formação de professores. Dos professores entrevistados, todos relatam que não obtiveram preparação para lidar com o tema em seu curso de formação. Os de Biologia comentam que apenas tiveram acesso ao conteúdo, como mais um, por fazer parte do programa de seu curso de Biologia. Relatam não ter havido ênfase em como trabalhá-lo enquanto uma demanda social.

Esses pontos abordados retratam dois lados substanciais para se pensar o papel do professor diante da prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes: de um lado as propostas teóricas e legais, de outro a realidade em que o professor se encontra junto aos seus alunos. Uma coisa é impor leis devido a um caos social que deve ser solucionado, outra é dar subsídios a quem efetivará de fato a lei.

O professor, por conviver com seus alunos no dia-a-dia e perceber as necessidades emergentes, pode optar por pelo menos duas escolhas, segundo o depoimento de P3:

“Às vezes, para alguns professores, é mais fácil pôr uma venda nos olhos e ignorar, ou então mandar o menino para a diretoria. Em alguns casos, é muito comum fazer

de conta que não se vê porque o professor não sabe da dimensão da coisa, que inclusive envolve o tráfico, muita gente tem medo. E quem não teria? Nesta escola aqui, a gente até sabe do uso, mas de tráfico não, pelo menos que a gente tenha conhecimento. Professores mais compromissados fazem alguma coisa, não sabem se é o melhor, mas fazem, afinal não fomos preparados para isto, mas o compromisso cidadão é que nos chama, aí a gente ralha com o menino, chama no compromisso, conversa, faz qualquer coisa na hora. Talvez até dê algum resultado, mas o que seria necessário mesmo é um trabalho de base com eles.” (P3, 05/03/01)

Uma das discussões atuais feitas pelos profissionais da educação é o que fazer e o que não fazer com relação à prevenção do uso indevido de drogas e, em consequência, às demandas que lhe são intrínsecas, ou seja, a violência, as DST/Aids, etc. Os pais e a comunidade, por se sentirem despreparados para orientar os jovens, tendem a transferir a responsabilidade para a escola, já que ela se constitui num espaço de socialização. Essa sobrecarga resulta numa grande ansiedade por parte dos professores, pois a eles cabe definir as melhores estratégias a serem utilizadas e, como se pode perceber em seus próprios relatos não se sentem preparados para tal.

Além de tudo isso, um aspecto muito importante levantado por P3 é o que diz respeito ao medo demonstrado por alguns professores de se envolverem na questão, pois não são incomuns, em algumas escolas, as ameaças recebidas por aqueles que querem encontrar uma solução para o problema. E é devido a essas e outras questões que se tem discutido até agora que a melhor forma de prevenção não seria aquela que reprime, que combate a droga. Uma proposta mais viável parece ser aquela que constrói uma consciência reflexiva acerca do tema, sem necessariamente focar a droga, enquanto elemento mais importante, já que ela por si só chama muita atenção.

A conscientização do adolescente voltada para uma vida saudável e para sua responsabilidade de atuação no mundo diante de suas escolhas parece ser um caminho viável, já que o foco será a saúde e a droga vem como consequência de seu descuido. Essa estratégia está relacionada à prevenção primária já discutida anteriormente.

Com base nessas discussões, é importante salientar que o papel do professor diante dos alunos usuários e/ou traficantes não seria aquele de reprimir ou discriminar. No que diz respeito à discriminação, o professor enquanto educador pode tentar resgatar junto ao aluno A ou B o significado de sua existência, orientando-o e/ou encaminhando-o para serviços especializados, ao invés de privilegiar os seus próprios preconceitos. No que diz respeito à repressão esta deve ser feita pela polícia, sendo que, neste caso, o professor deve estar atento aos riscos que corre em sua tentativa repressora, principalmente junto aos alunos que estão envolvidos com o tráfico. Assim, acredita-se que toda medida proposta pelos educadores deve ser cautelosa e sensata.

A discriminação da escola relativa aos alunos usuários de drogas tem sido uma constante e como P3 mencionou, às vezes, se torna mais fácil abafar o problema que tratá-lo. Principalmente nas escolas particulares, talvez não em todas, expulsar um aluno usuário é mais cômodo e lucrativo do que enfrentar o problema, visto que essa questão seria desfavorável para atrair sua clientela. A atitude pouco educativa adia um problema a ser discutido e solucionado.

Em virtude de todas essas amplas questões, parece ser complexo e, porque não dizer, difícil pontuar a definição do papel do professor diante da prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes. Mas, mesmo diante de enorme complexidade, é possível extrair das discussões até agora feitas que existem aspectos relevantes na atuação dos professores diante de tal tema.

Remetendo a Freire (1999), a educação enquanto “*prática de liberdade*”, diferentemente da prática opressora, coloca o aluno diante de seu próprio compromisso com a existência. A educação que tem como objetivo a construção cada vez mais ampla da consciência reflexivo-crítica oferece ao educando as possibilidades de escolha que ele possui e o remete à responsabilidade por sua vida. Assim, a preocupação dessa pedagogia é “*a educação para a decisão, para a responsabilidade social e política*” (Freire, 1999, p.20).

A droga revela um mito de liberdade e resolução das questões existenciais, principalmente para os mais jovens que buscam afoitamente a construção da própria identidade. Partindo dessa idéia, é notório que se a ação preventiva pressupõe a repressão, haverá por parte dos adolescentes a recusa de tal proposta, já que ela suplanta qualquer possibilidade de ele atingir aquilo que está em busca: sua liberdade. Em contrapartida, se a ação preventiva oferece ao adolescente também sua liberdade, mas uma liberdade que é real, diferentemente do que a droga oferece, talvez se tenha mais sucesso, sendo a concorrência de oferta droga X prevenção mais balanceada.

Nesse sentido, parece caber ao professor, enquanto educador que é, oferecer aos educandos a oportunidade de construir uma consciência

reflexivo-crítica cada vez mais ampla diante de suas relações com o mundo, podendo, assim, posicionarem-se responsabilmente diante de suas escolhas. Não sendo assim, o conteúdo repassado sobre o perigo das drogas representa apenas um depósito de informações, não havendo a transitividade da consciência, ou seja a passagem da consciência irreflexiva à consciência reflexivo-crítica. A esse depósito de informações, não contextualizado, que não evoca uma mudança de consciência, Freire (1999) chama de educação bancária ou opressora. Ao contrário dessa proposta educativa, ele propõe a educação dialógica que conclama a participação efetiva do educando no processo ensino-aprendizagem.

Isso significa ir além do que está prescrito, superando as amarras dos conteúdos oficiais dos currículos escolares, o que é desejado pelos alunos e pelos professores e apontando a direção para que seja realizado um trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas, de fato, efetivo.

6.3 O Projeto Adole-ser: existem diferenciais?

A aceitação do projeto “Adole-ser”, por parte dos adolescentes, parece ter sido marcada devido a autonomia que ele atribui aos sujeitos em suas atividades propostas.

Freire (1996) coloca que a prática educativa em favor da autonomia dos educandos se incorpora a saberes que são fundamentais a sua efetividade. O projeto "Adole-ser" demonstra que desenvolveu as atividades

preventivas, junto aos adolescentes desta pesquisa, tomando estes saberes como pressupostos.

Dentre os vários saberes apontados pelo teórico, identificam-se como necessários a uma proposta de ação preventiva:

1) Respeitar os saberes dos educandos: compreender que os saberes são socialmente construídos e que eles devem ser levados em consideração na transmissão e construção dos conhecimentos, pois fazem parte da realidade concreta dos educandos, é fundamental para uma prática mais eficaz.

2) Ensinar com criticidade: a superação da ingenuidade e o atingimento da criticidade em relação às coisas do mundo se dá pela aproximação entre os achados científicos e a vivência. Desta forma, se torna possível transformar uma curiosidade ingênua numa curiosidade epistemológica.

3) Ensinar com ética: pensar certo demanda profundidade na compreensão dos fatos, disponibilidade para a revisão dos achados e reconhecimento da possibilidade de mudanças de opções dos indivíduos e o direito de fazê-lo.

4) Aceitar o novo e rejeitar qualquer forma de discriminação: a tarefa do educador não é a de transferir, depositar, doar ou oferecer ao outro o conhecimento acabado, como se ele fosse um paciente, mas a de propor uma prática de inteligir, desafiando o educando a produzir sua própria compreensão de sua relação com o mundo. Nessa prática é necessária, também, a abstenção dos juízos de valor.

5) Reconhecer a assunção da identidade cultural: respeitar a identidade cultural de que faz parte a dimensão individual e de classe dos educandos é fundamental a uma prática educativa.

6) Consciência do inacabamento do ser: necessário se faz pensar os seres enquanto captadores e transformadores do mundo e isso só é possível devido ao inacabamento das pessoas que estão sempre num incessante porvir. Assim, estão sempre criando e recriando valores e conceitos referentes aos objetos de conhecimento.

7) Respeitar a autonomia do educando: por ser inacabada a pessoa está sempre buscando seu reconhecimento pessoal e nessa busca é necessário o uso de sua liberdade, que é característica ontológica do existir humano. Coibir a liberdade do existente é retirar-lhe a própria vida. Por isso, o respeito à autonomia de cada um se constitui num imperativo ético e não em um favor concedido ao outro. É exercitando sua liberdade que será possível à pessoa deparar-se com as responsabilidades das escolhas que fará para sua vida.

8) O uso do bom senso: o bom senso supera a atuação instintiva e a partir daí é possível avaliar o que é necessário ou não fazer e o que é preciso ser reelaborado.

9) Apreensão da realidade: conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática possibilita construir e reconstruir o conhecimento, aproximando-se cada vez mais da realidade concreta dos educandos. Isso inclui conhecer e compreender os vários contextos nos quais o educando está inserido e também como adentrar sua linguagem.

10) Disponibilidade para o diálogo: devido ao inacabamento do ser, é somente na abertura para os outros que ele poderá se reconhecer inconcluso e, a partir daí, reelaborar seus referenciais. Na prática educativa, se não há abertura ao diálogo, como poderá o educando se abrir ao mundo e aos outros na busca de respostas e perguntas?

11) Conceber a interdisciplinaridade: fundamental a uma prática contextualizada que pensa o objeto de conhecimento de forma complexa e não apenas por um prisma.

12) Rigorosidade metódica: nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos irão se tornando sujeitos da construção e reconstrução dos saberes ensinados por alguém que também é sujeito. Se o educador opta por um método que privilegia a repetição, retira dos alunos a possibilidade da construção de uma consciência reflexivo-crítica. O rigor metódico aponta para a necessidade de uma postura crítica do educador no sentido de avaliar sua prática educativa.

Tendo como pressupostos esses saberes é que foi desenvolvida a avaliação do projeto “Adole-ser”. Foi possível perceber que a aceitação dos adolescentes em participarem das atividades foi devido ao fato de que todos esses saberes se fizeram presentes. Dos quatorze adolescentes que participaram do projeto, todos avaliaram a proposta de prevenção como sendo interessante e necessária a sua realidade. Em entrevista foi perguntado aos alunos que participaram das atividades desenvolvidas pelo “Adole-ser” **“Você percebeu algum diferencial entre o “Adole-ser” e outras propostas de prevenção de que você já tenha participado?”**

Os depoimentos giraram em torno da seguinte resposta:

“Tudo é diferente, esta proposta dá espaço para o adolescente se posicionar, discutir, nada é imposto, a gente tem que construir um valor próprio a respeito do tema. Eles falam com a gente utilizando a nossa linguagem, usam recursos que fazem a gente querer participar, eles não falam que a droga é ruim ou boa, apenas põem a gente para pensar no significado que cada um tem e daí cada um escolhe o que é melhor para si. Eles põem a gente cara a cara com nossa liberdade e com a nossa responsabilidade diante das nossas escolhas. Na parte científica eles partiram daquilo que a gente sabe e também da realidade de vida de cada um. Falaram de mitos e verdades, mas se a gente estava agarrado no mito eles respeitavam isso e colocavam a gente para pensar até que a gente mesmo na discussão com os outros colegas mudávamos de idéia. Foi muito... foi “manero” demais. Todas as salas queriam que chegasse logo a vez de participar, porque quem participava ia espalhando como foi manero. Teve colega que saiu de lá perguntando para si mesmo se era uma boa continuar usando e engraçado que foi sem eles imporem nada. Eles não combatem, aí todo mundo acha legal, não acha chato. Precisa existir mais propostas assim, pois acho que todo adolescente tem muita dúvida e insegurança quando se trata destes temas difíceis na vida da gente.” (Marcos, 16 anos, 1º B, 24/10/00 - Grupo 2)

Pode-se extrair do relato do adolescente a presença, basicamente, de todos os saberes necessários a uma verdadeira aprendizagem. É marcante em sua fala, principalmente, a necessidade que o adolescente tem de posicionar-se frente aos seus próprios valores e a sua liberdade. Notória também a importância vista na abertura que deve ser colocada na relação de aprendizagem, sendo que o ponto de partida deve considerar a realidade concreta de cada pessoa.

Em contrapartida a essa visão, os alunos do grupo 1, ou seja, aqueles que não participaram da proposta do “Adole-ser”, diante da pergunta

“Você vê importância no desenvolvimento de programas de prevenção do uso indevido de drogas na escola? Responderam, em sua maioria, que, da forma como é feita, a prevenção na escola não tem validade nenhuma, pois tudo que é falado se torna uma repetição sem fim. Foram encontradas respostas como a seguinte:

“... quando falam sobre drogas é uma canseira, pois a gente tem que escutar sempre a mesma coisa sentados lá no auditório. Tem gente que dorme, outros dão vaia, outros não estão nem aí, fazem cruzada, rabiscam o caderno para ver se o tempo passa. Sempre dizem a mesma coisa, falam que droga mata, dá prisão. Mostram uns filmes para colocar medo na gente. Acho que isto não tem nada a ver. Cada um escolhe o que quer não adianta pôr pressão, o pessoal sai daqui e usa do mesmo jeito. Entendeu? Por isto que acho que prevenção não está com nada, a não ser que fosse uma coisa diferente.” (Flor, 14 anos, 8ªA, 07/10/00 - Grupo 1)

O relato da adolescente aponta para uma insatisfação em relação à metodologia adotada em alguns programas de prevenção de que já participou, onde se utilizam discursos repressores e não possibilitam um espaço de atuação do adolescente. Vista assim, ela acredita que não seja importante tal programa na escola. Quando se perguntou **"que coisa diferente deveria ser esta"**, a maioria dos adolescentes deu uma resposta semelhante à transcrita abaixo:

“Deveria ser uma proposta onde a gente pudesse falar o que acha sem ir parar na diretoria ou ser censurado pelos colegas e professor, pois cada um acha uma coisa a respeito das drogas, ninguém pensa igual e não é falando para não usar que a gente vai deixar de usar. Esse jeito de falar de prevenção é muito careta e ninguém se liga. Flagra? De todas as escolas que já passei nenhuma nunca propôs algo legal que desse realmente resultado. Sempre achei um porre ter que participar destas coisas, não dá em nada. A gente até pode começar a ter interesse de participar e entender mais sobre o assunto,

mas tem que ser uma coisa que tenha a ver com a gente.”
(Miguel, 16 anos, 3ºA, 08/11/00 - Grupo 1)

O adolescente aponta para a necessidade de uma prática preventiva que proponha uma metodologia que esteja articulada com sua realidade, demonstrando, inclusive, desinteresse por uma prática que não possua abertura para a construção de valores pessoais.

A partir dos contrapontos apresentados nos relatos dos adolescentes que participaram do “Adole-ser” e dos que não participaram, parece pertinente concluir que a prática preventiva que viabiliza a inserção do educando na construção do conhecimento, considerando-o e respeitando-o, enquanto sujeito do processo, atende melhor aos objetivos da formação do indivíduo enquanto cidadão. Assim sendo, como Freire retrata, é possível propor que a prática docente jamais seja concebida como transferência de conhecimento, mas sempre como uma aventura criadora.

A pedagogia de Paulo Freire é influenciada pela filosofia existencial e, portanto, acredita que o homem estabelece relações com o mundo, relações essas que apresentam características diferenciadas dos puros contatos. Elas se realizam em vários aspectos, ou seja, com os objetos, com os outros e com ele próprio. Por ser o homem, então, diferenciado dos animais, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Ser no mundo em suas relações é o que possibilita a sua abertura à realidade.

A diversidade de possibilidades de escolhas diante do existir no mundo revela desafios que colocam o homem, o tempo todo, diante de sua própria liberdade de ser. Com isto ele está em constante busca de respostas para suas questões existenciais. Tal busca é incessante porque, sendo o

homem um contínuo vir-a-ser, ele transcende o viver para atingir o existir. Isso significa que o que o liberta é justamente a sua condição de discenir entre uma coisa e outra, entre os dados da realidade e a sua verdade particular.

Transcender, dessa forma, caracteriza a possibilidade de o homem ir além do dado imediato, das condições pré-estabelecidas e, a partir daí, construir sua própria essência. Esta, por sua vez, é construída através do diálogo e da participação do ser em suas relações sociais.

Diante da condição de existente é possível também que o homem se perceba finito, descobrindo-se, assim, um ser no tempo. A noção de temporalidade lhe fornece a possibilidade de atingir o passado, de reconhecer o presente e de descobrir o amanhã. É a capacidade de discernimento e transcendência que situa o homem no tempo, caracteriza-o como um ser cultural, libertando-o da característica unidimensional e chamando-o para a construção de um significado individual de sua existência.

Para Heidegger (1996), por exemplo, que é um dos filósofos existencialistas, transcender significa ultrapassar o apenas viver, significa existir estando no mundo e sendo com ele. Essa possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo incorpora o existir de forma crítica e livre, diferente do simples viver. O existente, assim, através de sua liberdade existencial, ultrapassa a consciência ingênua (irreflexiva/inconsciente) para atingir a consciência reflexivo-crítica, podendo com isso criar várias possibilidades de escolhas diante de seu existir que se faz na relação com os semelhantes.

Nas suas várias obras, Freire incorporou a influência da filosofia existencialista não se cansando de afirmar que, se o processo educativo não respeita a capacidade humana de transformação da consciência, esta se transforma numa consciência hospedeira.

Na sua obra "*Pedagogia do Oprimido*" inicia seus escritos afirmando:

"Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência "hospedeira" da consciência opressora..." (Freire, 1988, p. 34)

E acrescenta que:

"Desta forma, não distingue presentificação à consciência de entrada na consciência... Tenho a consciência dos objetos, mas não os tenho dentro de mim." (idem, p. 63)

Com relação ao educador coloca que:

"Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar essa possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador." (idem, p.62)

Em seus escritos sobre a "*Educação como Prática de Liberdade*", aborda que:

"Herdando a experiência adquirida, criando e recriando,

integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo – o da História e o da Cultura”. (Freire, 1999, p. 49)

Também, em sua obra "Educação e Mudança", tal tendência é explícita:

"O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir-se entre um eu e um não-eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo. (Freire, 1999, p. 30)

Para Freire, a integração do homem ao seu contexto, caracterizada por sua relação com o mundo, situa-o no tempo e no espaço, assim como o humaniza e o enraíza em seus valores. Essa situação, diferenciada da mera acomodação e do ajustamento acrílicos, é aperfeiçoada à medida que a consciência se torna crítica. Tal criticidade somente se torna possível a partir do uso da liberdade. Se esta for suprimida, torna-se o ser apenas adaptado ao dado, restringindo sua capacidade de posicionar-se e responder por suas escolhas. O responder pelas decisões é que coloca o homem numa situação de responsabilidade diante de seu existir, integrando-o a sua própria realidade. O homem que escolhe, que responde por suas escolhas, que consegue se adaptar-se às situações e, ao mesmo tempo, transformar sua realidade torna-se sujeito de suas ações. Ao contrário, a mera adaptação transforma o homem

num ente passivo, incapaz de alterar sua realidade, minimizando as suas possibilidades de escolhas.

“Quando o homem julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto”.
(Freire, 1999, p. 53)

Freire aborda que foi através de um processo histórico da sociedade, de fatos novos e tentativas de mudanças de atuação do homem no mundo que a sociedade teve que se abrir. A transição da sociedade de uma época para outra tem exigido, pela rapidez e flexibilidade que a caracteriza, a formação e o desenvolvimento de um espírito também flexível. A exigência é a de que o homem seja cada vez mais intelectual e menos instintivo em suas opções de vida. A educação, por isso, é o instrumento mais valioso a que o homem deve ter acesso, pois através dela poderá abrir seus horizontes para o leque de possibilidades diante de sua existência exercitando, assim, a plenitude da liberdade. Porém, a educação da qual se trata aqui não é a bancária e sim a transformadora, aquela que transforma o homem e o mundo através do diálogo. Este diálogo possibilita o exercício da liberdade à medida que amplia o poder de captação e de respostas às sugestões nas relações com outros homens e com o mundo.

Freire considera que a consciência transita por dois níveis, ou seja, num primeiro momento ela transita pela ingenuidade, que corresponde a um gosto acentuado pelas explicações fabulosas, pela fragilidade nas

argumentações, por forte teor de emocionalidade, pelas explicações mágicas; é a consciência intuitiva.

Nesse sentido, pode-se dizer que quando jovens utilizam drogas cada vez mais cedo e que este número vem crescendo de forma alarmante, nas últimas décadas, talvez um dos fatores que venha contribuindo para tal demanda seja a precariedade da educação em fornecer subsídios para que os educandos possam alcançar um segundo nível de consciência: a reflexivo-crítica. Se a própria educação aposta numa posição epistemológica fechada em si mesma, como abrirá a consciência do educando para o mundo? Como uma educação ingênua pode preparar o homem para o mundo? A educação ingênua apenas impõe, ela é autoritária e, sendo assim, não dialoga. Não dialogando, inibe o exercício da liberdade com responsabilidade. O educando não apreende os fatos da realidade, posicionando-se de forma crítica e isto lhe retira o poder de sujeito da ação. Sendo assim, a educação autoritária informa, mas não forma cidadãos críticos aptos a fazerem escolhas responsáveis para suas vidas.

Não se constitui em tarefa educativa por demais fácil alcançar o segundo nível de consciência dos educandos. Para tanto, é necessário atingir outra tarefa em primeiro lugar: a transformação do professor em educador libertador. Isso gera medo, pois, para isto ele terá que lutar contra o *status quo*. Porém, este medo é nobre porque se ele sente medo é porque tem um sonho político.

“...negar o medo é negar o sonho. Quanto mais você reconhece que seu medo é consequência da tentativa de

praticar seu sonho, mais você aprende a pôr seu sonho em prática.. A conseqüência disso é que, em certos momentos, em vez de racionalizar o medo, você o entende criticamente. Então, o reconhecimento do medo que limita sua ação permite que você chegue a uma posição muito crítica na qual você começa a atuar conforme as relações dialéticas.” (Freire,2000, p.70-71).

Freire aposta nessa coragem de enfrentar o medo, mas reconhece também que existem autoridades que inibem a prática libertadora do professor. Nesse caso, sugere que o professor, ao sentir tal opressão, deverá perceber os sinais de limitações, a situação em que tal limitação ocorreu e os métodos que foram utilizados naquele momento. Acredita que diante da repressão é necessário fazer um recuo tático e descobrir uma nova forma de trabalho.

Uma outra característica fundamental à transformação de uma educação preventiva do uso indevido de drogas voltada à prática da liberdade é o preparo que o professor deve buscar para fundamentar seu fazer. A formação continuada deve ser o instrumental de que o professor deve lançar mão para se fazer cada vez mais crítico. Só assim poderá perceber que sua prática está alicerçada em princípios sólidos e efetivos.

Na perspectiva libertadora da prevenção do uso indevido de drogas o professor, seja de que disciplina for, nunca cala frente às questões sociais, não lava as mãos em relação aos problemas decorrente delas. A única coisa que o professor não se vê no direito de fazer é impor sua posição aos outros. Ao contrário, ele constrói junto com os educandos subsídios para que eles possam elaborar conceitos e valores próprios e, a partir daí, serem capazes de discernir de forma crítica o que é melhor para sua vida. Tal prática objetiva contribuir com a possibilidade dos educandos vislumbrarem uma compreensão

mais ampla acerca de sua realidade e, a partir daí, mudá-la se possível e necessário.

A educação preventiva do uso indevido de drogas enquanto “*prática de liberdade*” reserva aos educandos o direito de atuarem como atores sociais responsáveis por seu modo de estar e ser no mundo. Objetiva construir, através de uma realidade dada, subsídios necessários à formação de cidadãos conscientes e responsáveis por suas escolhas. Cidadãos que serão capazes de estar diante de um conflito e, ainda assim, conseguirem abrir-se a várias possibilidades de escolhas diante de seu existir.

Pensando assim, tem-se que a transgressão curricular será possível à medida que os objetivos da educação transcenderem às taxonomias de objetivos, às estruturas de disciplinas e objetivos de aprendizagem, convertendo-se a questão curricular na busca de experiências de ensino-aprendizagem para o tipo de sociedade e escola necessárias e pretendidas, tendo-se em vista que a escola e a sociedade se constituem mutuamente.

CONCLUSÕES

A proposta educativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os ensinos médio e fundamental, elaborada em 1997, recomenda que a prática curricular seja ampliada com temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania. Entre eles, é proposta a abordagem preventiva do uso indevido de drogas, incluída no tema "Saúde", tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio. Os PCN, ainda, acrescentam que a eleição de temas relativos à vida social não devem ser tratados como dados abstratos, mas como dados concretos oferecendo aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletirem e mudarem suas vidas. Assim, ao proporem a formação integral do educando, a partir da vinculação entre conhecimentos transmitidos e vividos, defendem uma nova concepção educativa para a formação da cidadania.

Vista por esse prisma, a prevenção do uso indevido de drogas, enquanto tema transversal necessário à formação do cidadão, está assentada nas propostas dos PCN. O que falta, nesse caso, é que a escola se revele executora de uma proposta adequada. Nesse sentido, o que urge é os educadores lançarem mão de uma nova concepção de educação, voltada a uma nova visão de mundo e de homem para que não só a lei se efetive, mas principalmente uma prática educativa mais sintonizada com as novas demandas educativas dos alunos.

A análise das experiências vividas pelos dois grupos de adolescentes referentes às práticas preventivas do uso indevido de drogas

revelou que a proposta mais favorável seria aquela que contemplasse a formação de uma consciência crítica dos adolescentes, veiculando um espaço de construção de conhecimentos a partir de sua própria realidade. Essa construção, segundo os adolescentes entrevistados, deveria ter como ponto de partida seus conceitos, sua cultura e linguagem, posto que somente a partir da educação preventiva enquanto “*prática de liberdade*” seria possível que desenvolvessem uma consciência reflexivo-crítica a respeito da escolha do uso ou não uso de drogas. Essa premissa levantada corrobora a concepção freireana de educação para a liberdade.

Como conclusões do estudo realizado podem-se destacar alguns pontos.

O Adolescente e a Droga

Especialmente na adolescência, fase de construção de uma nova identidade, que tem como característica marcante a busca de auto-afirmação, o uso e/ou abuso de drogas assume dimensão importante, visto que o mito cultuado em torno da oferta da droga é aquele de favorecer ao adolescente a tríade perfeita: liberdade, prazer e potência. As entrevistas realizadas com os dois grupos de adolescentes apontam que as confusões apresentadas nos conflitos nucleares dessa fase da vida contribuem para o início do uso e para o abuso das drogas, justamente pela ilusão de que seus efeitos poderiam aliviar de alguma forma os conflitos oriundos das escolhas e posicionamentos diante da existência.

É importante ressaltar, porém, que nem todos os adolescentes utilizam drogas devido a tais conflitos, assim como também que não são apenas os aspectos psicológicos que favorecem o uso e/ou abuso, mas estes devem ser avaliados juntamente com outros fatores importantes, ou seja, culturais, sociais, políticos, econômicos, biológicos etc.

A Concepção de Prevenção Repressiva sob o Olhar do Adolescente

Para os adolescentes, o enfoque repressivo de prevenção do uso indevido de drogas não contribui para a construção de uma consciência crítica, apenas coloca em destaque a necessidade que o jovem possui de ser livre, posicionando-se de forma contrária ao imposto, pois essa abordagem desperta-lhe a curiosidade, o interesse e o incentivo a condutas negativas. Sendo assim, a prevenção que prioriza uma perspectiva de combate acaba por criar uma demanda de uso e/ou abuso devido a sua arbitrariedade, não contribuindo, assim, para o exercício pleno da cidadania. Atentam para o fato de que esse enfoque de prevenção é estático, fechado em verdades absolutas, não priorizando o indivíduo e suas responsabilidades. Demonstaram insatisfação com as palestras proferidas por pessoas de fora do contexto real da escola, pois elas, geralmente, não interagem com a realidade do aluno, nem tampouco oferecem um programa contínuo.

O grupo de adolescentes pesquisados que vivenciou o modelo de prevenção repressiva, na sua maioria, apontou para o desinteresse em participar de atividades preventivas na escola devido a suas experiências

anteriores terem gerado representações negativas. Alguns alunos indicaram que tais atividades apenas seriam produtivas se a escola modificasse a forma de abordar o tema. Caso contrário, seria melhor que apenas a família interviesse.

A Concepção de Prevenção enquanto “*Prática de Liberdade*” sob o Olhar do Adolescente

O grupo de adolescentes pesquisados que viveram a experiência do "Adole-ser" revelou muito interesse na participação das atividades, relatando que se a prevenção sempre estivesse favorecendo a abertura de espaço para o diálogo, para a construção de conhecimentos e para a elaboração e reelaboração de valores seria proveitosa para suas vidas. Acreditam que o adolescente necessita ser escutado para daí construir seus valores. Por isto, contestam: "*Prevenção com repressão, não queremos!*"

Divergências entre o que a Escola Faz e o que os Adolescentes Precisam

Aliada à contestação da prática repressiva, os adolescentes dos dois grupos salientam: "*A escola não sabe do que a gente precisa!*", pois percebem as contradições e omissões no enfrentamento da questão do uso de drogas por parte dos profissionais da escola.

De fato, nas entrevistas feitas com a diretora e com a supervisora pode-se observar em seus relatos a tentativa de falseamento da verdade, encobrindo o uso e/ou abuso de drogas pelos alunos, negligenciando,

inclusive, o alto índice de consumo de álcool pelos adolescentes próximo à escola. Tentam afirmar que intervenções preventivas têm sido feitas pela escola através de profissionais de fora, convidados esporadicamente porém, com isto confirmam que a instituição tem fechado os olhos para o problema preferindo repassá-lo para outras pessoas e/ou para a família. Há pouca implicação e envolvimento da escola com a questão.

Os professores, por sua vez, avaliam como baixo o rendimento escolar dos alunos com suspeitas de serem usuários de drogas, devido a falta de concentração nas aulas, de interesse, de motivação, à infreqüência, porém não se sentem preparados para abordarem os alunos repassando, em alguns casos, a questão à diretoria e supervisão em forma de advertência.

Os adolescentes entrevistados, de ambos os grupos, apontaram para a precariedade dos programas de prevenção realizados pela escola, porque estes não enfatizam suas experiências particulares. Retrataram a necessidade de que a abordagem utilizada na escola alcançasse, o máximo possível, a realidade cotidiana e que os professores respeitassem suas relações com o mundo, suas construções e linguagem.

Percebe-se, também, que a cultura prescritiva possui prioridade no fazer dos professores, principalmente no ensino médio, onde o objetivo principal da educação ainda se fundamenta no acúmulo de informações visando à preparação para o vestibular. Essa idéia pôde ser confirmada nos relatos tanto dos professores quanto dos alunos.

Sendo assim, a escola pesquisada demonstrou estar divergindo em relação às reais necessidades apresentadas pelos jovens silenciando-os e restringindo suas opções diante do existir.

A Importância da Prevenção na Família e Escola sob o Ponto de Vista dos Adolescentes

A maioria dos adolescentes entrevistados revela a importância da prevenção realizada na família e na escola, considerando essas duas instituições os pólos centrais para essa discussão, já que são os dois espaços que garantem, para grande parte dos adolescentes, sua interação e socialização. Muitos deles indicaram a família como a primeira responsável a intervir na prevenção, sendo que a escola teria o papel de complementar a formação e informações a respeito do tema. Acreditam também que a escola, enquanto instituição educativo-formativa poderia colaborar com as famílias no sentido de preparar melhor os pais para abordarem seus filhos, já que percebem que muitos deles não são abertos ao diálogo ou informados para lidarem com o tema, ou, ainda, também apresentam problemas relacionados ao uso das drogas, sejam lícitas ou ilícitas.

A maioria dos adolescentes, dos dois grupos, se posicionou favorável à aliança entre as duas instituições para que as intervenções sejam mais efetivas e coerentes.

Os educadores revelam em seus depoimentos a importância da participação dos pais nas atividades de prevenção, porém não conseguem definir o limite de atuação de cada um nessa empreitada, principalmente pelo

fato de que a escola, por muito tempo, enquanto apenas transmissora de conhecimentos, não precisou da presença dos pais. Nesse sentido, parafraseando Freire, somente com a libertação da "*concepção bancária*" de educação é que será possível desconstruir e construir algo novo entre escola e sociedade.

O Despreparo dos Professores em Relação à Prevenção do Uso indevido de Drogas

Os relatos dos professores entrevistados demonstraram, por um lado, a consciência de que de fato a prevenção deveria articular os conhecimentos com a realidade concreta dos alunos, mas por outro retrataram que não se sentem adequadamente preparados para lidar com a temática do uso indevido de drogas entre adolescentes, visto que em sua formação acadêmica não foram contempladas essas demandas sociais, que exigem do professor uma formação com abordagem mais abrangente com as dimensões social e humanitária da educação e menos conteudista.

Os professores relataram, também, a importância de se desenvolverem atividades interdisciplinares voltadas ao tema, principalmente as das áreas de ciências naturais e biológicas, uma vez que apenas nessas disciplinas se abordam temas sociais e relacionados à saúde.

Alguns professores revelaram nunca terem pensado, anteriormente, sobre uma proposta interdisciplinar para desenvolver o tema. Especialmente os das áreas exatas relataram que seria necessário repensar junto com outras pessoas o que poderia ser feito em sua disciplina.

Ficou evidente na pesquisa que as questões do cotidiano escolar exigem dos professores um posicionamento frente aos jovens, mas, ao mesmo tempo, eles não sabem o que e como fazer, pois não receberam formação acadêmica voltada para as questões sociais. Essa condição gera uma certa acomodação por parte de alguns professores no que tange ao trato da questão, sendo que alguns, ainda, esperam uma iniciativa vinda da escola.

Apesar dos vários motivos que podem impedir uma implicação maior dos educadores em lidar com a questão da prevenção, é necessário perceberem-se como agentes prioritários nesse trabalho, uma vez que são eles que mantêm contato e relações diárias com a população jovem que está na escola. O mais viável, então, seria a busca de subsídios através dos vários órgãos estaduais, federais, municipais ou da própria escola para adquirirem preparo adequado para o desenvolvimento de atividades relacionadas à prevenção.

A Transgressão Curricular na Educação Preventiva do Uso Indevido de Drogas

Cherryholmes, Eisner, Goodson, Silva e Freire contribuíram para a discussão da visão prescritiva e dialética do currículo, salientando que a prática pedagógica que vise a uma formação integral do aluno deve conceber as pessoas enquanto seres históricos, inacabados e, sendo assim, o currículo deve possuir abertura para o novo, para a produção do necessário.

Em síntese, pode-se dizer que um currículo planejado para atender as realidades concretas dos atores sociais tem como premissa básica a construção e desconstrução contínuas, apresentando sempre níveis necessários de desenvolvimento relativos às necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Pensar assim revela a transgressão da norma estabelecida pela cultura conteudista e nessa quebra de paradigma é necessário vislumbrar a prática interdisciplinar que convoca todas as áreas do saber a dar a sua contribuição, pois, como Freire aborda, a análise isolada de um objeto resulta na fragmentação do real, ao passo que o processo dialógico interdisciplinar reconstitui a unidade numa dimensão que transcende o parcial para um nível mais abrangente e interligado.

Desta forma, a concepção de prática pedagógica libertadora da prevenção do uso indevido de drogas se contrapõe à concepção repressiva de prevenção já que ela não contextualiza as dimensões que estão envolvidas no uso e/ou abuso de drogas. A própria lei 6.368/76, determinando apenas as áreas de ciências biológicas e naturais para contemplar no currículo o conteúdo referente às drogas psicoativas, revela seu caráter unidimensional e exclusivamente de combate, perspectiva esta influenciada pelo próprio contexto histórico-político vigente da época.

Essa concepção arbitrária de educação não demonstrou êxito, visto o crescente número de adolescentes, com uma faixa etária cada vez menor, utilizando drogas na atualidade. Tal concepção contestada por vários autores, entre eles, Carlini, Bucher, Silveira Filho é, ainda, utilizada por algumas

escolas, percebendo-se urgente a quebra desse paradigma pelos profissionais da educação. A escola, enquanto espaço de socialização da maioria dos adolescentes, parece não ter como se furtar a tal demanda e, sendo assim, talvez seria mais prudente enfrentar a realidade sem vendas nos olhos, buscando subsidiar-se de conhecimentos para lidar com a situação.

A Abordagem Pedagógica do Projeto "Adole-ser"

O projeto "Adole-ser" demonstrou que busca as possibilidades concretas de uma prática preventiva do uso indevido de drogas pela via de uma educação libertadora. Sendo esse o seu diferencial, pode-se afirmar que se identifica com a concepção pedagógica de Freire que tem como premissa a formação de pessoas autônomas, capazes de se posicionarem responsabilmente frente a suas escolhas existenciais. Essa possibilidade aberta a todos os seres humanos requer, para o seu desenvolvimento, uma prática educativa alicerçada naquilo que o "Adole-ser" buscou priorizar, ou seja, a compreensão dos saberes socialmente construídos pelos adolescentes, o respeito a sua identidade cultural, a compreensão de sua linguagem e valores, a consciência do inacabamento do ser, a apreensão da realidade concreta com todas as suas dimensões, a disponibilidade para o diálogo, a negação de uma verdade estabelecida a priori.

Os relatos dos adolescentes durante as entrevistas confirmaram que a prevenção do uso indevido de drogas na escola só é bem aceita por eles e capaz de produzir resultados efetivos quando o adolescente é o sujeito da ação e não um objeto de manipulação. Revelaram o interesse em participar das atividades do "Adole-ser", enquanto criticaram outras atividades desenvolvidas pela escola sustentadas pelo enfoque repressivo.

A concepção libertadora de educação fornece o instrumental viável à descodificação dos mitos que circundam as drogas e seus usuários, pois o diálogo, sua premissa fundamental, permite uma relação de parceria, que se diferencia da condenação e da compaixão. O que conta na relação dialógica são os valores e experiências que podem ser avaliadas, renomeadas, e reestruturadas. Sempre haverá a possibilidade de uma arrumação, uma desarrumação e uma nova arrumação.

Educação Preventiva enquanto Prática Social

Os referenciais da Sociologia de Max Weber e Peter Berger confirmam a pertinência da abordagem de tratamento da questão da droga no universo escolar como uma prática social voltada para a construção de valores autônomos, uma vez que ambos propõem que as intervenções frente a um fenômeno social deva residir na configuração real e singular da vida sociocultural, posto que tais intervenções incidem sobre atores sociais. Essa análise sociológica reforça a concepção educativa de Freire que propõe que a realidade concreta dos educandos seja o ponto de partida do ato educativo.

A educação preventiva, enquanto prática social, favorece a realização de intervenções educativas que sejam articuladas com o contexto real dos educandos.

Na concepção pedagógica de Freire, a educação somente é efetiva enquanto “*prática de liberdade*”, posto que ela abre possibilidades para que o homem compreenda sua realidade desafiando-a e criando soluções.

Assim, “*a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo... vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor.*” (Freire,1999, p.51). Ao contrário desse pressuposto, a educação se reverte em depósitos de informações, domesticando os sujeitos sociais, o que significa tomá-los como instrumentos.

Para Freire, uma proposta educativa deve girar sempre em torno da formação de uma consciência crítica que permita ao homem transformar a realidade concreta que vive e para isso é necessário que lance mão de sua liberdade. Liberdade alicerçada na consciência para a escolha parece ser a premissa educativa básica para trabalhar com adolescentes se nossa intenção de educadores é vê-los livres das drogas.

Algumas Contribuições da Pesquisa para os educadores

A análise das duas concepções de prevenção do uso indevido de drogas, ou seja, repressiva e libertadora, sugere que é possível e pertinente propor à escola que assuma uma abordagem preventiva que

priorize a experiência que cada ser possui em relação ao mundo, suas construções conceituais e suas representações acerca dos valores sociais e condutas pessoais e de seus pares para, então, avaliar a melhor forma de aproximação com a verdade desses sujeitos.

A concepção educativa de Freire fundamentada na prática dialógica, propõe a abertura ao diálogo educador/educando, a reflexão crítica e a contextualização da vivência do educando. Essa concepção, tendo como fundamento a formação de sujeitos conscientes, prepara-os para uma atuação em um mundo que lhes exige posicionamentos contínuos.

Parece pertinente afirmar que para se desenvolver um trabalho de prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes a abordagem mais viável seria aquela fundamentada nessas premissas, uma vez que ela está direcionada para a formação de cidadãos que possam escolher no presente e no futuro opções saudáveis de vida.

A concepção repressiva de prevenção tem como foco a droga e não o sujeito responsável por sua escolha e, sendo baseada em depósitos de informações, não favorece a formação de uma consciência reflexivo-crítica a respeito das escolhas individuais.

Para que uma abordagem educativa atinja sua eticidade é importante que o educador relativize as situações, respeitando os saberes socialmente construídos e estabelecendo junto aos educandos uma coerência entre o que é transmitido e o que é pertencente à realidade concreta.

Espero que este trabalho tenha alguma contribuição social, uma vez que o uso de drogas tem se constituído numa questão comum da realidade

social e escolar. Acredito que, apesar de ser uma tarefa não pouco árdua para os educadores, devido aos esforços que deverão fazer, ela é possível.

A prevenção, realizada de forma adequada, poderá contribuir com a diminuição do uso abusivo e da dependência química, que hoje alcança altos índices entre adolescentes e jovens. Porém, somente quando aprendermos a fazer prevenção e soubermos atingir a realidade dos jovens é que poderemos chegar a esse ideal.

O mito que a droga carrega consigo é o de poder, prazer e liberdade. Será que, enquanto educadores, não poderemos favorecer essa tríade que o jovem procura? Porém, com um diferencial, não seria um mito, seria uma verdade que o jovem construiria dentro de si.

Se conseguirmos atingir o jovem, despertando-lhe a consciência reflexivo-crítica, provavelmente ele poderá distinguir escolhas responsáveis de mitos e seduções. Isso será possível se a educação preventiva do uso indevido de drogas se revelar enquanto "*prática de liberdade.*"

SUMMARY

This dissertation presents the evaluation results from preventive pedagogical approaches of drug inadequate use by adolescents. The study interest purposes to analyse the motivations, postures, attitudes, and adolescents' perceptions facing to proposals of prevention developed in schools. Two preventive conceptions of inadequate use of drugs were analysed: a coercive approach and a free one, both in an elementary and high private school from Belo Horizonte. That school includes preventive regular activities in its pedagogical practices, and in the years from 1999 to 2000 it performed an innovating preventive experience presented by a university as an extension class of Pedagogy and Psychology courses.

The research subjects were the economical medium class adolescents from 12 to 18 years old, but they also include teachers and other school administrative professionals.

The study was centred in two groups of 14 adolescents each one. The group 1 represents the preventive repressing pedagogy, placed in fighting against the drug. The group 2 represented the alternative pedagogy, with experiences came from activities suggested a project called "Adole-ser", that was developed by a professional staff from Unicentro Newton Paiva.

The methodology used is the qualitative approach, working with the involved subjects discourse, expressed in the semi-directed interviews.

This research aimed to reach three objectives: 1st.) understanding and analysing the perceptions related to the preventive ideas lived by the two

groups; 2nd.) evaluating the results of the preventive activities usually developed by the school; 3rd.) together school adolescents, raise appropriate elements to support a new preventive way of the inadequate drug use, that are more adequate to the educational aim to secondary school (ending of elementary and high schools), in order to answer these students' expectancy.

To design such objectives, it was necessary to discuss the curriculum as prescription and action, betting it must be a dialect instrument came to the citizenship background. The PCN¹⁴ validates the conception above when it presents how important is to elect the transversal themes¹⁵, related to citizenship, in the curricula of secondary schools.

The attained data pointed that the preventive inadequate drug use as “practice of freedom” suits a more enlarged instruction of adolescents, making possible a critical view of reality and of their responsibility about the use or not of drugs.

The ending of this investigation point to the approach between Paulo Freire's idea of freedom education and the practical use of the thesis supported by this dissertation. The pedagogical progress can be identified from this focus and the necessity to enlarge this proposal in everyday school.

Key-words: preventive inadequate drug use, adolescents, transversal themes.

¹⁴ PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: A proposal from the Government Educational Department to rearrange the secondary schools curricula in Brazil.

¹⁵ TRANSVERSAL THEMES: A set of themes proposed by the PCN and that permeate the conceptions of all subjects

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTINI, Paulo. Drogas: mal estar e prazer. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summers, 1998.

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. **Drogas: uma abordagem educacional**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

APPLE, Michel. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ARIÉS, R. **Centuries of childhood**. New York: Knopf, 1962.

_____. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BECKER, Fernando. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOYD, W. **The Emile of Jean Jacques Rousseau**. New York: Bureau of Publications, Columbia University, 1955.

BUCHER, R. **Reforma de Educação Continuada: prevenção ao uso indevido de drogas**. 2º ed. Brasília: UNB, 1991. vol2. cap 7:p.31-44

BUSQUETES, M. D. ; LEA, Aurora. *et al.* **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Secretaria de Educação do Ensino Médio. **Parâmetros curriculares**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/pcn>> Acesso em 04 set. 2001.

CADERNOS CEDES . **O Professor e o ensino**: Novos olhares. Local, n. 44, ano XIX abril, 1998.

CANDAU, Vera Maria (Org). **Magistério**: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CARLINI-COTRIM, B. **Movimentos e discursos contra as drogas nas sociedades ocidentais contemporâneas**. Revista da Associação Brasileira de Psiquiatria, 1995, n.17, v.3, p.93-101.

_____. **A escola e as drogas**: o Brasil no contexto internacional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado em Psicologia Social).

CARLINI, E. A; NOTO, Ana Regina, GALDUROZ, José Carlos F. **IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º Graus em 10 Capitais Brasileiras**. São Paulo: Escola Paulista de Medicina: CEBRID, 1997.

CARLINI-COTRIM, B e ROSEMBERG, F. **Os livros didáticos e o ensino para a saúde: O caso das drogas psicotrópicas**. Revista de Saúde Pública, 25/04/1991. pp. 290 a 305.

CARLINI-COTRIM, B.; PINSKY, I. **Prevenção ao abuso de drogas na escola**: uma revisão da literatura internacional recente. Cadernos de Pesquisa, 1989, n.69, p.48-52.

CERVO, A . L., BERVIAN, P. A . **Metodologia Científica**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1993.

CHERRYHOLMES, Cleo H. Um projeto social para o currículo: Perspectivas Pós-Estruturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento**: Fundamentos Epistemológicos e Políticos. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
CURY, Carlos Roberto Jamil. **Medo à liberdade e compromisso democrático**: LDB e Plano Nacional de Educação. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

EISNER, Elliot W. **Cognition and Curriculum Reconsidered**. 2ed. New York and London: Teachers College Press, 1994. Tradução/adaptação: Maria Inês Salgado de Souza.

ERIKSON, E. **Identity: Youth and Crisis**. New York: Norton, 1968.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1999. **Novo Aurélio Século XX: o dicionário da língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GALLATIN, Judith Estelle. **A adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da psicologia da adolescência**. São Paulo: Harper & Row do Brasil LTDA, 1978.

GOERGEN, Pedro; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Formação de Professores: a experiência internacional sob o olhar brasileiro**. Campinas, SP: NUPES, 1998.

GOODSON, Ivon F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONÇALVES, Marco Antônio. **Formação da Cidadania**: Proposta Educacional. São Paulo: Paulus, 1994.

JAFFE, Jerome H. Transtornos relacionados a substâncias. In: KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. (Orgs). **Tratado de Psiquiatria**. Tradução Andréa Callefi et al. 6 ed. Porto Alegre, vol. 1: Artes Médicas, 1999.

LODI, João Bosco. **A Entrevista**: Teoria e Prática. São Paulo: Pioneira, 1993.

MAY, Rollo. **O homem à procura de si mesmo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEIRELLES, João A. B. Os pluriversos da droga: In: AQUINO, Júlio Groppa (org). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

MESQUITA, F.; BASTOS, F. I. (Orgs). **Drogas e AIDS**: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **A Lei de Entorpecentes no Brasil**. Brasília: CONFEN, 1992.

MUUS, Rolf. **Teorias da Adolescência**. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, Suely F., NETO, O . C., MINAYO, M. Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, R.J: Vozes, 2000.

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO - **Educação e Sociedade**. Formação de profissionais da educação: políticas e tendências. Local, n.68, Ano XX, dezembro, 1999.

SACRISTAN, J. Gimeno. De onde provém o bom critério em Educação? A privatização como derrota. In: **Poderes instáveis em educação**. Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 1999.

_____. **Poderes instáveis em educação**. Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 1999.

SAINT-PIERRRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1994.

SANTOS, R.M.S. **Prevenção da droga na escola: uma abordagem psicodramática**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVEIRA FILHO, D.X.; GORGULHO, M. **Dependência: Compreensão e Assistência às toxicomanias**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996

STRECK, D.R. ; REDIN, E. *et al.* **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Revista da Faculdade de Educação: Número especial Formação do Professor**. São Paulo, n.22, julho/dezembro, 1996.

VIZZOLTO, M. S. **A droga, a escola e a prevenção**. Petrópolis: Vozes, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Portugal: Editorial Presença, 1977.

_____. **Economia y Sociedad**. México. Fondo de Cultura Económica, 1979.

ANEXO A

Dicionário de gírias encontradas nos relatos dos adolescentes

- Babaquice – algo bobo, idiota, ridículo.
- Bagulho – maconha.
- Batata quente – problema.
- Branquinha, farinha – cocaína.
- Cara limpa – sem usar drogas.
- Careta – arcaico, antigo, autoritário.
- Curtir uma onda – prazer, sensação agradável.
- Deprê – depressão.
- É um porre – coisa chata, cansativa.
- Flagra - entende, compreende.
- Galera – colegas, turma.
- Grilos – dúvidas.
- Jogar um 7/1 – mentira.
- Light - leve, menos cansativo.
- Mais-mais – o poderoso.
- Manero – bacana, legal.
- Massa – bacana.
- Marra - a força.
- Mina – namorada, paquera.
- Paia – mesmo que careta, ridículo.
- Pagar mico – passar vergonha.
- Viajar na maionese - sair da realidade, viver de imaginação.
- Velhos – pais.
- Zuando – debochando, zombando.

ANEXO B

Instrumento preliminar para coleta de dados

Redação para o Grupo 1

Escreva em, no máximo, 50 linhas sobre:

- a) O que significa para você prevenção do uso de drogas. (relatar o seu conceito)

- b) As suas experiências de prevenção vivenciadas na escola. (como foram sentidas por você)

- c) Como o tema foi trabalhado pelos profissionais. (o discurso que as pessoas utilizaram para abordar o tema e os recursos didáticos utilizados)

Observação: A redação teve o objetivo de verificar se os sujeitos do grupo 1, de fato, haviam participado de experiências repressivas de prevenção do uso indevido de drogas.

ENTREVISTAS

Entrevistas com os Adolescentes dos Dois Grupos

Quadro 1 – Quadro Comparativo Grupo 1 e 2 (N.º de alunos por grupo=14)

PERGUNTAS	RESPOSTAS DE ALUNOS QUE NÃO PARTICIPARAM DO PROJETO ADOLE-SER GRUPO 1		RESPOSTAS DE ALUNOS QUE PARTICIPARAM DO PROJETO ADOLE-SER GRUPO 2	
1. O que significa, para você, prevenção do uso e/ou abuso de drogas?	É informar para as pessoas sobre o mal que as drogas causam.		É conscientizar o jovem a respeito das drogas para que ele possa fazer escolhas responsáveis para sua vida.	
2. Você percebe necessidade de a escola desenvolver atividades que abordem a prevenção?	06	SIM	14	SIM
	08	NÃO	00	NÃO
3. Na sua opinião, quais pessoas devem falar com os adolescentes sobre prevenção?	05	SÓ A FAMÍLIA	03	SÓ A FAMÍLIA
	09	FAMÍLIA E ESCOLA	11	FAMÍLIA E ESCOLA
4. Você já participou de alguma atividade de prevenção do uso de drogas em sua escola?	14	SIM	14	SIM

5. Das atividades de prevenção de que você já participou, alguma trouxe contribuições para você?	05	Contribuiu pouco	09	Contribuiu pouco (outros projetos)
	07	Não contribuiu	05	Não contribuiu (outros projetos)
	02	Contribuiu Muito	14	Contribuiu Muito (Projeto Adole-ser)
6. Sua escola desenvolve algum projeto contínuo de prevenção do uso de drogas?	14	NÃO	14	NÃO
7. Qual a forma (estratégia) mais viável para abordar a prevenção com os adolescentes?	Seminários, debates, depoimentos de usuários, pesquisas, música, dança.		Seminários, debates, depoimentos de usuários, pesquisas, música, dança, oficinas igual do Adole-ser.	
8. Quais pessoas da escola deveriam estar envolvidas em atividades de prevenção?	03	Não sabe	12	Professores , diretora, supervisora etc.
	11	Os professores	02	Os professores
9. Quais disciplinas poderiam abordar em seu conteúdo a prevenção do uso de drogas?	01	Biologia	01	Biologia.
	01	Biologia, Química e Português	02	Biologia, Química e Português.
	12	Todos os professores	11	Todos os professores
10. Você julga que seus professores estejam preparados para abordar este tema com vocês?	14	NÃO	14	NÃO
11. A escola está preparada para lidar com a prevenção?	02	SIM	02	Nem todas
	12	NÃO	12	NÃO

12. Há necessidade de aproximação da escola e família para desenvolver a prevenção?	08	SIM	13	SIM
	04	NÃO	01	NÃO
13. A sua família é aberta para falar de prevenção com você?	04	SIM	05	SIM
	10	NÃO	09	NÃO
14. Quando os professores abordam a prevenção com vocês, quais são as drogas que eles mais enfatizam?	Maconha, cocaína e crack.		Maconha, cocaína e crack.	
15. Você acredita que existam na sua escola adolescentes que façam uso de drogas?	13	SIM	12	SIM
	01	Não têm certeza.	02	Não têm certeza.
16. Qual a atitude da “escola” diante dos alunos que são usuários de drogas?	Chamam os pais para contarem sobre a suspeita do uso de drogas e em caso de “flagra” é avisado que será suspenso.		Chamam os pais para contarem sobre a suspeita do uso de drogas e em caso de “flagra” é avisado que será suspenso.	
17. Quais drogas você percebe que são mais usadas entre os adolescentes com quem você convive?	Maconha.		Maconha, álcool e cigarro.	
18. Qual a droga você julga mais prejudicial?	Cocaína e crack, pois são drogas mais pesadas.		Todas, as lícitas e ilícitas.	
19. Na sua opinião, qual seria o principal motivo para os adolescentes utilizarem drogas?	Curiosidade, para ser aceito no grupo, tristeza, falta de diálogo, busca de liberdade, falta de confiança em si mesmo, pressão do grupo, dificuldade em se definir sexualmente e de arrumar emprego.		Curiosidade, para ser aceito no grupo, tristeza, falta de diálogo, busca de liberdade, falta de confiança em si mesmo, pressão do grupo, dificuldade em se definir sexualmente e de arrumar emprego.	

<p>20. O que as pessoas que já desenvolveram atividades de prevenção com vocês falam sobre as drogas?</p>	<p>Eles falam do mal que as drogas provocam e que não devemos utilizá-las, porque causam dependência. Falam também das perdas que podemos ter devido ao uso.</p>	<p>Eles falam do mal que as drogas provocam e que não devemos utilizá-las, porque causam dependência. Falam também das perdas que podemos ter devido ao uso. Com relação ao 'Adole-ser' foi diferente, pois o pessoal não falava apenas de drogas queriam saber o que a gente pensava sobre elas, colocavam a gente para refletir sem impor se deveríamos usá-las ou não, a preocupação não era apenas com as drogas.</p>
<p>21. Que tipo de atividades foram desenvolvidas por essas pessoas?</p>	<p>Palestras contra as drogas. Eles utilizam vídeos, slides, cartazes e retroprojeter mostrando os tipos de drogas e seus efeitos no organismo, sua origem. Mostram também dados estatísticos sobre dependência, mortes e violência devido ao uso das drogas.</p>	<p>Palestras contra as drogas. Eles utilizam vídeos, slides, cartazes e retroprojeter mostrando os tipos de drogas e seus efeitos no organismo, sua origem. Mostram também dados estatísticos sobre dependência, mortes e violência devido ao uso das drogas. No caso do "Adole-ser" fizeram oficinas onde houve o interesse de todos participarem, pois não se trabalhou com aquelas palestras cansativas, nem ficaram combatendo o uso das drogas, as pessoas partiam das nossas dúvidas quando eram oficinas de informação.</p>

Quadro 2 - Entrevista com Professores - (N.º de professores entrevistados = 06)

PERGUNTAS	RESPOSTAS MAIS COMUNS	
1. O que significa, para você, prevenção do uso indevido de drogas?	São ações que visam evitar o uso e/ou abuso de drogas.	
2. Você julga possível acrescentar ao seu conteúdo programático a prevenção do uso indevido de drogas?	04	SIM
	01	Teria que pensar
	01	NÃO
3. Você já desenvolveu alguma atividade de prevenção junto a seus alunos? Quais?	04	SIM. Aula, leitura de texto, pesquisa.
	02	NÃO
4. É possível inserir a prevenção do uso indevido de drogas no currículo escolar?	06 SIM	
5. Você tem conhecimento das propostas atuais dos PCN?	06 SIM	
6. Você percebe flexibilidade na estrutura da escola para redirecionar o currículo para contemplar a prevenção?	<ul style="list-style-type: none"> • Para o ensino fundamental: 06 SIM - é mais fácil, por que se trabalha com projetos; • Para o ensino médio - 06 não - é mais complicado, pois o acúmulo de conteúdos voltados à preparação do vestibular é muito grande. 	
7. Você vê a importância no seu envolvimento em atividades de prevenção desenvolvidas na escola?	06 SIM	
8. Você já propôs, na escola em que trabalha, alguma forma ou projeto para abordar a prevenção de forma consistente?	06 NÃO	
9. Você se sente preparado para abordar a prevenção, junto aos adolescentes?	06 NÃO	
10. Em seu curso de formação você foi preparado para abordar este tema?	06 NÃO	
11. Você veria a possibilidade de desenvolver, em sua escola, o tema prevenção do uso de drogas de forma interdisciplinar?	04	SIM, com certeza.
	02	Nunca pensaram, mas acham que sim
12. Você tem claro de que forma a interdisciplinaridade poderia acontecer?	04	SIM
	02	NÃO
13. A escola está preparada para lidar com a prevenção?	06 NÃO	

14. Há necessidade de aproximação da escola e família para se desenvolver a prevenção?	06 SIM - mas não sabem como seria.	
15. Você tem claro qual seria o papel dos pais e dos professores num projeto de prevenção do uso de drogas?	01	Acha que sim, não tem tanta certeza.
	05	NÃO
16. Você conhece os objetivos dos níveis de prevenção utilizados nos programas de prevenção atuais?	06 NÃO	
17. Esta escola tem buscado investir na preparação dos professores para a prevenção do uso de drogas?	06 NÃO	
18. Você gostaria de receber preparação adequada para abordar a prevenção junto aos alunos?	06 SIM	
19. Você tem conhecimento de alunos usuários de drogas nessa escola?	02	SIM
	01	Suspeita que há
	03	NÃO
20. Qual a sua atitude diante do aluno usuário de drogas?	<ul style="list-style-type: none"> • Conversa com o aluno; • Encaminha à diretoria e/ou supervisão da escola. 	
21. Como você toma conhecimento de que o aluno é usuário de drogas?	<ul style="list-style-type: none"> • Geralmente ficam muito dispersos; • A aprendizagem e rendimento ficam comprometidos; • Dormem em sala constantemente. 	
22. Qual a sua opinião com relação as atividades desenvolvidas pelo "Adoleser"? Teve algo que lhe chamou mais atenção?	<ul style="list-style-type: none"> • A forma de abordar o adolescente e de fazê-lo participar das atividades; • A abertura e linguagem utilizadas; • As atividades desenvolvidas; • Enfocou a realidade concreta do aluno. 	

Quadro 3 - Entrevista complementar para os adolescentes que participaram do “Adole-ser” – Grupo 2.

PERGUNTAS	RESPOSTAS MAIS COMUNS
1. Qual a sua opinião em relação às estratégias utilizadas pelo “Adole-ser”?	<ul style="list-style-type: none"> • Foi muito legal; • Diferente demais; • Não foi autoritário; • Deu espaço para o adolescente falar; • Falou de fatos reais que sempre acontecem em nossa vida; • A verdade é a gente que constrói e não os outros a trazem.
2. Você percebeu algum diferencial entre o “Adole-ser” e outras propostas de prevenção que você tenha participado?	14 sim
3. Se sim, quais foram os diferenciais que você percebeu?	<ul style="list-style-type: none"> • Gerou discussão; • Todos participaram; • Colocou os adolescentes para pensarem nas suas escolhas; • Alguns alunos usuários procuraram tratamento; • Eles falaram a nossa linguagem; • As atividades desenvolvidas foram interessantes.
4. Você vê a necessidade de alguma modificação no “Adole-ser” para que ele possa ser mais efetivo?	<ul style="list-style-type: none"> • Eles deveriam voltar mais vezes; • Eles deveriam preparar os professores para eles terem uma visão mais ampla das coisas; • Eles deveriam dar cursos para as escolas de como trabalhar a prevenção com a gente.
5. O que você mais gostou e menos gostou nas atividades propostas pelo “Adole-ser”?	<ul style="list-style-type: none"> • O que mais gostaram: ter a oportunidade de participar de todas as atividades. • O que menos gostaram: as atividades não continuarem durante o ano.
6. O que significou para você participar das atividades propostas pelo “Adole-ser”?	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência diferente das outras, pois Eles não impuseram o que a gente deve fazer em relação as drogas; • Eles participaram das nossas questões; • Começamos a pensar em coisas que antes não tínhamos pensado; • Reflexão e crescimento.
7. Você gostaria de participar novamente das atividades do “Adole-ser”?	<p>14 SIM</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com certeza, todas as vezes que for acontecer.

ANEXO C

Auto-avaliação dos adolescentes referente ao projeto "Adole-ser" Grupo 2

"Pela primeira vez participei de uma atividade de prevenção que não é "paia". O Adole-ser não deu canseira na gente, foi muito legal participar. A gente é quem mais fala, o pessoal do projeto coordena, também tinha muita coisa que eu não sabia e fiquei sabendo através daquela oficina de mitos e verdades. A oficina é legal porque informava pensando nas necessidades que o grupo colocava." (Moisés, 13 anos, 7ª B, 12/12/00)

"Foi demais. O pessoal do "Adole-ser não vem com aquela coisa cansativa de ficar só falando o que a gente já sabe, nem fica dizendo o que é melhor. O pessoal fala sobre escolhas, sobre responsabilidade e dá informações que a gente necessita e é isto que é legal, pois a gente chega a conclusões pessoais sobre o uso. O pessoal coloca a gente para pensar. Depois daquele trabalho sei de colegas que buscaram tratamento, a ficha caiu . Entende? Vocês poderiam treinar os professores para trabalharem com a gente. (Múcio, 17anos, 3º A, 12/12/00)

"Foi 10! O pessoal deveria voltar de novo, pois até aqueles que diziam que não gostam de nada careta participaram e gostaram. O pessoal não é autoritário, isto que é bacana, eles deixam a gente falar o que sente, falar da nossa vida e também quebram os mitos que existem. Aquela oficina de mitos e verdades foi 10 e aquela de percepções também foi 10. Eles dão informações sem ser aquela canseira que é palestra, onde o palestrante fica dando um tanto de informação e ninguém entende nada." (Marcelo, 14 anos, 8ª A, 05/02/01)

"Foi manero, o pessoal poderia voltar outras vezes. É muito bom poder falar e discutir com pessoas abertas. A droga está em todo lugar seduzindo a gente, mas pessoas que educam como as desse projeto não tem em toda parte." (Feliciano, 17 anos, 2ºA, 05/02/01)

"Foi massa este trabalho, ninguém nunca fez nada assim aqui no colégio. O pessoal não traz uma verdade pronta, estabelecida. O pessoal faz a gente participar de forma agradável e interessante e em cima das nossas dúvidas fazem a gente enxergar as coisas de forma diferente. A gente muda de percepção sem forçar a barra." (Marcos, 16 anos, 1º B, 05/02/01)

"O que mais gostei foi que o pessoal não impôs nada, não foram autoritários, chegou junto da nossa realidade, conquistaram nossa confiança. Pudemos falar o que sentimos, muita gente saiu daqui pensativo, pelo menos questionando se valia a pena continuar do jeito que está." (Manoel, 16 anos, 2º A, 05/02/01)

"Achei diferente de todos os trabalhos que participamos na escola. Eles dão espaço para a gente falar de nossas dúvidas, trabalham com a nossa realidade, não utilizam aqueles discursos autoritários, caretas e nem discriminam ninguém. Eles sabem chegar junto. Foi muito legal, muito proveitoso para nós." (Francislene, 17 anos, 1º A, 05/02/01)